



**UNIVERSIDADE ABERTA**  
**MESTRADO EM GESTÃO/MBA**

**DISSERTAÇÃO**  
**Para a obtenção do grau de Mestre em**  
**Gestão**

**SONANGOL - O PETRÓLEO E A**  
**ESTRATÉGIA DE**  
**DESENVOLVIMENTO**  
**ECONÓMICO EM ANGOLA**

**ORIENTADORES:**

**Professor Doutor José António Porfírio (Orientador)**

**Professor Doutor Tiago Carrilho Ribeiro (Coorientador)**

**RUI DUARTE ABANO RODRIGUES**

Licenciado em Gestão de Empresas

Lisboa, 2013

*Aos meus pais António Rodrigues Júnior e Filomena Rodrigues  
Aos meus irmãos Claudio, Edson, Celso e Denise A. Rodrigues  
A minha esposa Dra. Luisa Raquel Monteiro Casneuf Rodrigues  
As minhas filhas Yasmine Daniela e Yoana Rafaela C. Rodrigues  
Aos meus tios Atânasio Rodrigues e Ludovina Sousa Rodrigues  
E aos meus sogros Filomena Casneuf e Luis Mariano Casneuf*

## ÍNDICE GERAL

Agradecimentos.....	6
Sumário executivo.....	7
<b>Capítulo 1</b>	
<b><u>Introdução</u></b>	
1.1 Razões para a escolha do tema.....	9
1.2 Objetivos da investigação.....	14
1.3 Questões de investigação .....	17
1.4 Conteúdo e esquema concetual do trabalho .....	20
<b>Capítulo 2</b>	
<b><u>Estratégia e Principais Teorias de Crescimento Económico</u></b>	
2.1 O crescimento económico baseado na poupança.....	23
2.2 O crescimento económico baseado na procura agregada.....	25
2.3 Ligação entre os setores.....	28
2.4 O crescimento económico baseado no progresso técnico.....	31
2.5 O crescimento económico baseado no investimento em capital e trabalho.....	34
2.6 A estratégia de desenvolvimento económico.....	36
<b>Capítulo 3</b>	
<b><u>Modelo de Desenvolvimento e Crescimento Económico em Angola</u></b>	
3.1 A atual estratégia de desenvolvimento em Angola.....	46
3.2 A estratégia corporativa da Sonangol.....	51
3.3 A Sonangol e os projetos estratégicos.....	55
3.4 Comparação entre a estratégia seguida por Angola e os ensinamentos dos modelos de crescimento económico .....	58
3.5 Proposta de modelo de crescimento económico.....	61
<b>Capítulo 4</b>	
<b><u>Metodos/Methodologias</u></b>	
4.1 Tipo de investigação.....	64



4.2	Construção do modelo de análise.....	65
4.3	Variáveis em estudo.....	66
4.4	Hipóteses de investigação.....	68
4.5	Benefícios da metodologia escolhida.....	68
4.6	Limitações da metodologia escolhida.....	69

### **Capítulo 5**

#### **Resultados do Estudo/Análises**

5.1	Desenvolvimento económico em Angola.....	71
5.2	Autossuficiência financeira.....	77
5.3	PIB/Balança comercial.....	84
5.4	Investimento estrangeiro.....	97
5.5	Qualidade das infraestruturas.....	103
5.6	Qualidade da força de trabalho.....	105
5.7	Taxa de inflação e a moeda local.....	106
5.8	Bem estar social.....	109
5.9	A Petro-dependência.....	111
5.10	Sumário dos resultados & análises.....	116

### **Capítulo 6**

#### **Conclusões&Recomendações**

6.1	Conclusões & Recomendações.....	121
6.2	Limitações da investigação.....	130

### **Capítulo 7**

#### **Reflexões&Pistas Futuras de Investigação**

7.1	Reflexões Finais (A Era Pós-Petróleo).....	130
-----	--	-----

### **Capítulo 8**

#### **Bibliografia**

8.1	Bibliografia.....	134
-----	-------------------	-----

### LISTA DE FIGURAS & TABELAS

Figura 1: Mapa de Angola e sua localização.....	10
Figura 2: Reservas Líquidas de petróleo por região em Angola.....	12
Tabela 1: A missão da Sonangol e o desenvolvimento de Angola.....	12
Figura 3: O petróleo e o Orçamento de Estado em Angola.....	13
Figura 4: Produção líquida por regiões e estimativas futuras de petróleo em Angola.....	15
Figura 5: Despesas por sector em Angola do orçamento geral do Estado de 2010.....	16
Figura 6: Mapa das Concessões Petrolíferas de Angola.....	19
Tabela 2: Fases do Desenvolvimento Económico.....	42
Tabela 3: Angola – Classificação do IDH.....	45
Figura 7: Mapa de Concessões petrolífera em Angola.....	48
Tabela 4: Estratégia de combate à pobreza em Angola.....	49
Figura 8: Estratégia da Sonangol.....	53
Figura 9: Plataforma Benguela-Belize Lobito Tomboco em Angola.....	55
Tabela 5: Matriz Comparativa dos diversos modelos de desenvolvimento económico.....	58
Figura 10: Proposta de novo modelo estratégico para o desenvolvimento de Angola.....	63
Tabela 6: Relação entre variáveis do modelo escolhido.....	66
Tabela 7: Mapa de Definição Operacional do modelo teórico escolhido.....	67
Tabela 8: Indicadores Macroeconómicos de Angola.....	71
Figura 11: Crescimento Económico em Angola (Mil Milhões de Kwanzas).....	72
Figura 12: Relação entre o preço do crude e o PIB de Angola.....	73
Figura 13: Receitas do OE de Angola por Setor de Atividade.....	75
Figura 14: Relação entre a descoberta de novos campos e o saldo da BC.....	78
Figura 15: Produção de Petróleo oriunda da descoberta de novas jazidas em Angola.....	79
Figura 16: Dívida Pública de Angola (% PIB).....	80

---

Figura 17: Relação entre o preço do Petróleo e a Dívida Pública.....	81
Tabela 9: Evolução recente do PIB de Angola.....	85
Figura 18: O PIB angolano e a dependência do Petróleo.....	85
Figura 19: Distribuição da Produção Diária de Crude em Angola.....	87
Figura 20: Atual distribuição dos Production-sharing agreements para o petróleo.....	88
Figura 21: Atual Exportações (Milhões de Dólares).....	95
Figura 22: <u>Principais Importações de Angola (%)</u> .....	96
Figura 23: Ligações acionistas de Angola a Portugal.....	101
Figura 24: Evolução da Taxa de Inflação de Angola.....	107
Figura 25: Taxa de Câmbio Angola (Kwanzas Vs. Dólares).....	108
Figura 26: Índice de Preços do Consumidor Angola.....	109
Figura 27: Despesas do Estado (Milhões de Kwanzas).....	110
Figura 28: Listagem dos maiores produtores de Petróleo em África.....	111
Figura 29: Listagem dos maiores produtores de Petróleo em África.....	112
Figura 30: A composição do PIB em Angola (%).....	113
Figura 31: Relação entre a descoberta de novos produtos alternativos e o PIB.....	114
Tabela 10: Evolução das principais rubricas do OGE de Angola.....	115
Figura 32: Síntese das conclusões.....	117
Tabela 11: Rubricas principais do OGE de Angola nos últimos 5 anos.....	123



### **Agradecimentos**

O autor gostaria de agradecer aos Professores Doutores *José António Porfírio*, e *Tiago Carrilho Ribeiro*, pelo seu apoio e dedicação na preparação desta dissertação.

Contudo, especial agradecimento a minha família, em particular a minha esposa *Luisa Casneuf Rodrigues* pelo apoio moral ao longo do Mestrado.

Finalmente um grande agradecimento aos meus pais *António Rodrigues Júnior* e *Filomena Rodrigues*, e ao meu Tio *Atânasio Rodrigues* pelas palavras motivadoras e incentivo para participação neste mestrado.

## Sumário Executivo

Este trabalho de investigação tem como objetivo, analisar a dependência petrolífera de Angola e as implicações que tal facto pode ter para o seu desenvolvimento económico, bem como estudar a estratégia que tem vindo a ser adotada pelo país, por intermédio da Sonangol, com vista ao desenvolvimento económico e social, perspetivando qual o modelo de desenvolvimento expectável para o país, nesta vertente.

A metodologia utilizada foi sobretudo a análise documental, consubstanciada na análise de diversos relatórios económicos e financeiros publicados por diversas agências internacionais, bem como na análise de diversos artigos especializados nestas matérias. Foram ainda realizadas várias entrevistas a altos responsáveis pela tomada de decisão e política de desenvolvimento relacionadas com esta temática, no país.

O setor petrolífero representa atualmente 57% do PIB angolano, 80% das receitas, e 97% das exportações. Angola produz hoje cerca de 1.7 milhões de barris de petróleo por dia, sendo o número 2 em África, no que concerne à produção de petróleo.<sup>1</sup>

Não admira, por isso, que o setor petrolífero continue a ser uma das áreas que mais tem impulsionado o crescimento económico em Angola.

*De acordo com o Orçamento de Estado dos últimos cinco anos, a indústria petrolífera é o ramo que mais contribui para o desenvolvimento económico de Angola. A Sonangol, empresa concessionária, tem o domínio e controlo das jazidas de petróleo existentes no país (Revista o Petróleo, Sonangol, Janeiro de 2010, pág.5).*

No contrato de concessão, o Estado chama a si os seus direitos de pesquisa e de exploração. Na Lei 13-76 de 26 de Agosto de 1976 que rege a atividade petrolífera – foram atribuídos poderes à Sonangol que representava o estado na concessão. Assim, esta empresa, no caso de Angola, é quem assume os direitos de concessão para o desenvolvimento de uma determinada área petrolífera (denominada “Campo de desenvolvimento”).

De acordo com as regras estatuídas, caberá à concessionária a definição da estratégia, a propriedade das instalações, o financiamento da área de pesquisa, a decisão sobre o desenvolvimento e exploração de descobertas, a propriedade da produção, o pagamento de impostos ao estado, entre outros.

---

<sup>1</sup> Fonte: Banco Nacional de Angola, 2010. Estatística publicada no website do BNA ([www.bna.ao](http://www.bna.ao))

Fruto do significativo desenvolvimento das descobertas e consequente exploração do petróleo, em Angola, este país tem vindo a assumir uma posição cada vez mais ativa na organização dos países exportadores de petróleo (OPEP), da qual é membro de pleno direito desde janeiro de 2007.

Contudo, e não obstante os aspetos positivos que o petróleo pode representar (e representa) para Angola, a forte dependência do País de uma única *commodity*, faz com que este se apresente geralmente muito vulnerável às oscilações dos preços do petróleo nos mercados internacionais. Se uma subida no preço do petróleo faz com que a Sonangol e o Estado angolano consigam arrecadar mais receitas, já as frequentes quedas de preços originam um impacto negativo no Orçamento do Estado (excessivamente dependente das receitas do petróleo) que, conseqüentemente, originará uma necessidade de reajuste nas estratégias de desenvolvimento do país.

É com base nestes pressupostos que se irá desenvolver o presente tema de investigação, onde se procurará demonstrar, através da metodologia escolhida, que a estratégia de desenvolvimento de Angola não só está fortemente dependente do desempenho da Sonangol como também esta dependência pode ter efeitos negativos no futuro desenvolvimento do país, pelo que poderá ser necessário, a prazo, assistir-se a uma diversificação do risco, consubstanciado numa diversificação das fontes de receita onde assenta o desenvolvimento económico nacional.

## Capítulo 1

### Introdução

#### 1.1 Razões para a Escolha do Tema

A escolha do presente tema prende-se com o facto de Angola ser atualmente, uma das economias mundiais com mais rápido crescimento, sendo a sua evolução recente marcada por um forte aumento do PIB, e por uma quebra acentuada na inflação e nas taxas de juros, pelo aumento das reservas externas e por um crescimento acentuado nas exportações (BNA, 2011).

Pretende-se analisar como Angola tem conseguido alcançar o tão desejado desenvolvimento económico e social, bem como reduzir o défice público e inferir as implicações da presente situação, através da análise da evolução das condições de exploração do Petróleo de Angola, porque este é o grande garante das receitas do Estado, e da própria estratégia da Sonangol, porque esta é a empresa que em nome do Estado angolano decide sobre a respetiva estratégia de exploração petrolífera.

Angola é o país africano mais rico em recursos energéticos, quer pelas suas reservas, quer pela diversidade de fontes de energia. Angola dispõe de reservas de petróleo bruto e gás, um grande potencial hidroelétrico e amplos stocks de biomassa. Quase todas as energias renováveis estão presentes em Angola (Vicente, 1995:16).

Segundo Nicholas Shaxson, jornalista especializado em assuntos económicos, Angola é considerado um dos países mais atrativos do mundo para a exploração petrolífera (Carvalho, 2011:83). As maiores companhias petrolíferas (Exxon, Chevron, Total, BP) (Fernandes, 2004: 16) presentes no país, consideram Angola, “*The world’s most exciting oil exploration frontier*”. A indústria petrolífera é, assim, o principal motor da economia Angolana.

As receitas do petróleo foram durante largos anos utilizadas para financiar o esforço de guerra. Atualmente, e segundo o governo Angolano, as suas receitas são utilizadas para a redução da dívida pública, estimada em 2012, em 16.2 mil milhões de dólares, e aplicadas nos esforços de reconstrução do país.<sup>2</sup>

Angola tem uma área de cerca de 1.246.700 Km<sup>2</sup>, uma costa de 1.650 Km e uma fronteira terrestre de 4.837 Km. Com uma população estimada em cerca de 20 Milhões de habitantes,

---

<sup>2</sup> Relatórios do Fundo Monetário Internacional, da KPMG, e de Organizações Não-Governamentais como a Global Witness.

Angola fica situada na costa ocidental da África Austral, a Sul do Equador, sendo que, a sua divisão político-administrativa compreende presentemente 18 províncias.

**Figura 1: Mapa de Angola e sua localização**



Área Total	1.246.700 Km <sup>2</sup>
Population	20 million (2011)
Capital	Luanda
Língua Oficial	Português
Moeda	Kwanza

Fonte: Wood Mackenzie, 2011

Em termos de potencial de exploração petrolífera, estima-se que Angola tenha uma reserva líquida de petróleo na ordem dos 12 Mil Milhões de barris, e pressupõe-se que se Angola mantiver os mesmos níveis de produção (1,7 m barris/dia), esta quantidade perdure pelo menos para os próximos 20 anos (Wood Mackenzie, 2011).

Por outro lado, o setor diamantífero é a segunda maior fonte de receitas do Orçamento Geral do Estado, sendo Angola o quinto maior produtor de diamantes em bruto.<sup>3</sup> O enorme potencial não explorado industrial e agro-industrial do país, apresenta excelentes oportunidades para o seu desenvolvimento mas, para que tal ocorra, torna-se imprescindível que se reúnam as condições endógenas que permitam a sua potenciação.

O petróleo, através das suas exportações e da estratégia traçada pela Sonangol, deverá continuar a proporcionar os recursos que mantêm o funcionamento da economia em Angola. Com um sistema produtivo ainda muito debilitado pela recente condição de conflito militar, será expectável num futuro próximo que, tal como no passado pós-independência, o petróleo ainda suporte por um longo período a sobrevivência do país, permanecendo como a principal fonte de receitas pública e de divisas, e fornecendo os combustíveis e outros refinados para o próprio mercado interno. A pacificação em curso é acima de tudo uma demonstração do poder do Petróleo e da dependência de Angola nesta commodity.

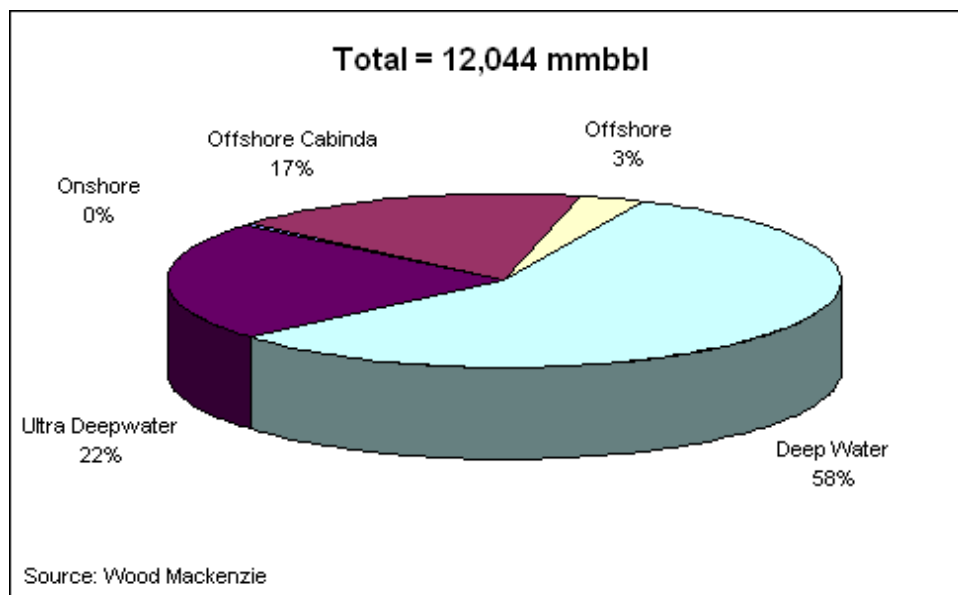
Assim, mantendo-se a situação atual dos mercados internacionais, o cenário petrolífero a longo prazo influenciará de forma determinante o crescimento económico em Angola, sendo expectável assistir-se ao crescimento assimétrico entre as diferentes regiões que compõem o território nacional, verificando-se casos em que este crescimento ocorre a um ritmo mais acelerado, e outros onde o crescimento será mais lento. Esta situação terá como fundamento, não apenas a dotação de recursos diferenciada das regiões, mas também a maior ou menor capacidade de se criarem as condições endógenas que potenciem o seu crescimento.

Por tudo isto, será fundamental que o país pondere a busca urgente de alternativas de desenvolvimento económico, que lhe permitam reduzir esta dependência.

---

<sup>3</sup> Fonte: Banco Nacional de Angola, 2010. Estatística publicada no website do BNA ([www.bna.ao](http://www.bna.ao))

Figura 2: Reservas Líquidas de petróleo por região em Angola

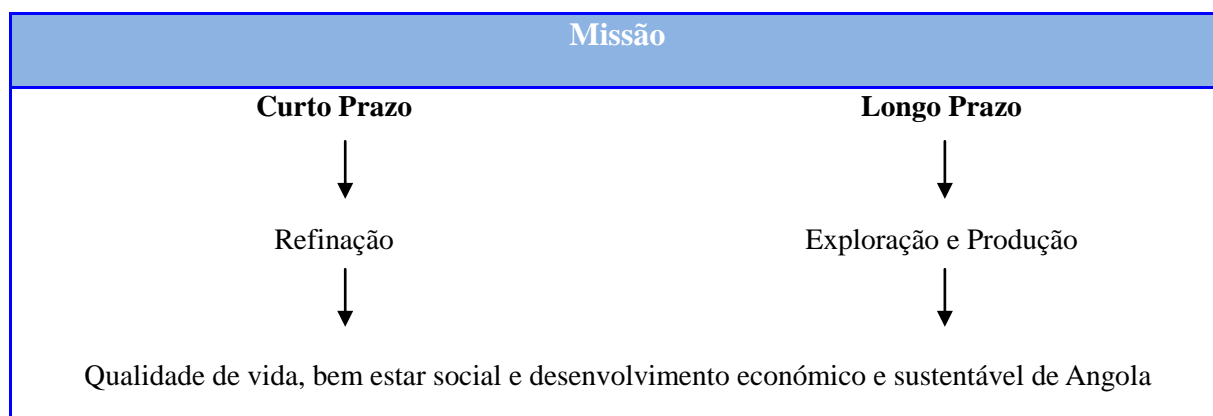


Fonte: WoodMackenzie, 2011

A Sonangol — Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, E.P. — é a concessionária exclusiva para a exploração de hidrocarbonetos líquidos e gasosos no subsolo e na plataforma continental de Angola e responsável pela exploração, produção, fabricação, transporte e comercialização de hidrocarbonetos em Angola. Esta empresa opera desde 1976 de maneira eficiente, segura, transparente e comprometida com a proteção ambiental, tendo por finalidade promover o desenvolvimento harmonioso do país e reforçando a utilização sustentável dos recursos nacionais de hidrocarbonetos.

A missão da Sonangol, poder ser resumida do seguinte modo:

Tabela 1: A missão da Sonangol e o desenvolvimento de Angola



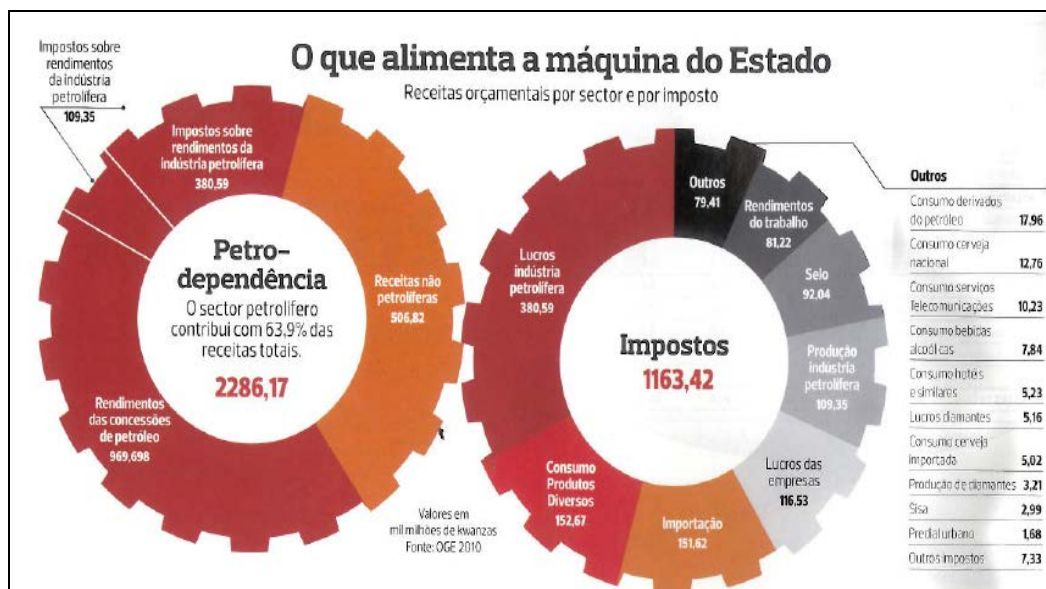
Fonte: Sonangol, 2010

Esta dissertação tem como objetivo a reflexão e análise crítica sobre o tema “*Sonangol – O Petróleo e Estratégia de Desenvolvimento Económico em Angola*”. Pretende-se com isso, demonstrar a forte dependência de Angola no petróleo, bem como a estratégia traçada pela Sonangol com vista ao bem estar social e desenvolvimento económico em Angola.

Angola e os angolanos, precisam de saber como e de que maneira o país tem gerado a riqueza, que está a ser direccionada para o desenvolvimento social e económico do país, avaliando da sua adequada utilização e potencial de continuar a financiar o desenvolvimento angolano. Este tema, e em particular este trabalho de investigação, é deveras importante para o autor, na medida em que procura dar resposta áquilo que o autor se tem questionado ao longo da sua carreira como economista, bem como em linhas gerais, neste curso de Mestrado, acerca das perspectivas de desenvolvimento de Angola.

Veja-se a figura abaixo, que tão bem evidência o contributo que tem sido dado ao Orçamento do Estado por intermédio das receitas do petróleo e pela política de exploração que tem vindo a ser adotada pela Sonangol.

Figura 3: O petróleo e o Orçamento de Estado em Angola



Fonte: Revista Exame, Dez2009

Se tudo correr conforme o programa orçamental, a melhoria do saldo orçamental ocasionado pelas receitas do petróleo, deverá traduzir-se numa redução da dívida pública nacional.

## 1.2 Objetivos da Investigação

Os objetivos da investigação constituem a finalidade de um estudo científico, ou seja, a meta que se pretende atingir com a elaboração da pesquisa.

Pouco antes da independência de Angola foi criado um grupo de trabalho, no seio da indústria petrolífera, para apoiar esta mesma indústria e para mobilizar os Angolanos que nela trabalhavam. O grupo de trabalho tinha como objetivo estabelecer uma estratégia que permitisse a continuação das atividades de exploração de produção de petróleo após a proclamação da independência. Posteriormente, o grupo de trabalho deu lugar à Comissão Nacional de Reestruturação da Indústria Petrolífera.

Em 1976 a nacionalização da ANGOL dá origem à Sonangol e à Direção Nacional de Petróleos que dependia do Ministério da Indústria. A ANGOL Sociedade de Lubrificantes e Combustíveis, SARL, tinha sido constituída em 1953 como subsidiária da SACOR (companhia Portuguesa) para atuar na área da comercialização e distribuição de combustíveis, lubrificantes e gases liquefeitos em Angola.

O Decreto-lei Nº 52/76 de 10 de Maio de 1976 estabeleceu a Sonangol como sendo a empresa estatal vocacionada para gerir a exploração dos recursos de hidrocarbonetos em Angola. No entanto apesar de ter como único accionista o estado Angolano, a Sonangol é uma empresa gerida nos moldes de uma empresa privada, sujeita a padrões de desempenho rígidos, de modo a assegurar total eficiência e produtividade, o que a coloca presentemente ao nível das suas congéneres internacionais.

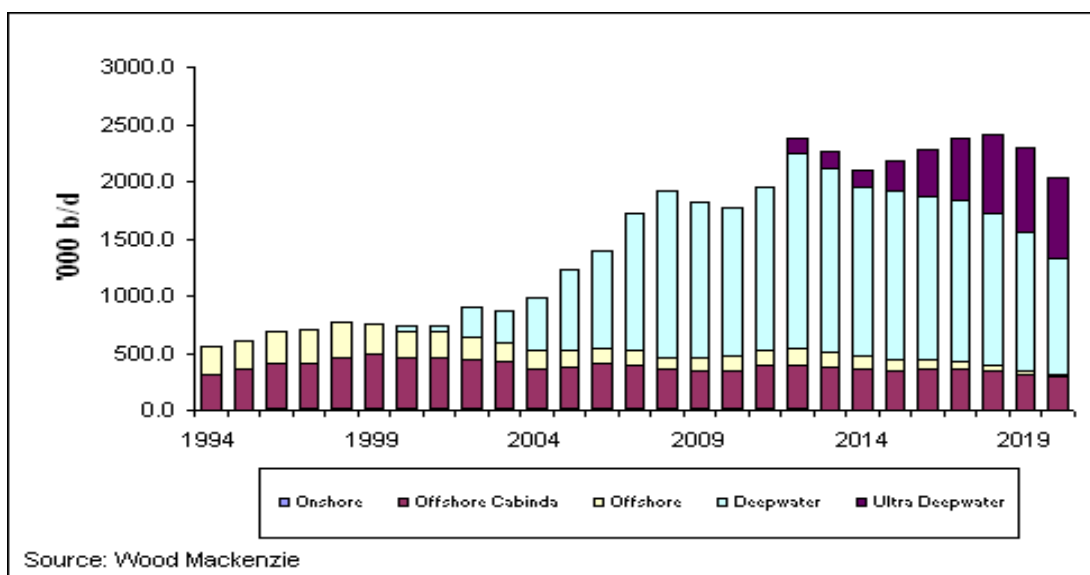
Através do estudo da Sonangol, e das políticas de desenvolvimento de Angola, associadas ao petróleo, serão os seguintes os objetivos desta investigação:

- A) Avaliar a influência do preço do Petróleo na arrecadação de receitas do Estado angolano ( que tem reflexos diretos no PIB – Produto Interno Bruto de Angola”.*

Como já tivemos oportunidade de referir, a evolução positiva da economia Angolana deve-se, sobretudo, ao petróleo que continua a ser o grande garante da economia do país, sendo a Sonangol responsável pelo estabelecimento da sua política de exploração. O Petróleo representa cerca de 92% das exportações de Angola, contribuindo em cerca de 57% para a composição do PIB nacional e sendo largamente responsável pelo aumento do PIB de Angola.

O forte investimento neste setor, e o peso absoluto da produção de petróleo na economia Angolana faz com que o desenvolvimento de Angola esteja largamente dependente da estratégia da Sonangol, e como procuraremos demonstrar ao longo do presente estudo, apesar das melhorias macroeconómicas estas ainda não tiveram ainda impacto relevante na melhoria efectiva das condições de vida da população, mantendo-se disparidades significativas na distribuição da riqueza, não obstante os elevados níveis de crescimento.

Figura 4: Produção líquida por regiões e estimativas futuras de petróleo em Angola



Fonte: WoodMackenzie, 2011

As estimativas disponíveis apontam para que a produção de petróleo venha a atingir os 2 milhões de barris por dia em 2012, face aos 1,7 milhões produzido atualmente, o que influenciará significativamente o PIB, dada a dependência da economia angolana neste setor. No entanto, a evolução a verificar neste domínio dependerá sempre do que for a evolução da procura de petróleo nos mercados internacionais, com o respetivo reflexo nos preços, bem como da capacidade de se encontrarem fontes alternativas de desenvolvimento do país (e do Mundo) o que, em última instância, mantendo-se o *status quo* atual, estará refletido na capacidade estratégica da Sonangol.

B) *Apurar o impacto da descoberta de novos campos Petrólíferos na geração de emprego e melhoria das condições sociais.*

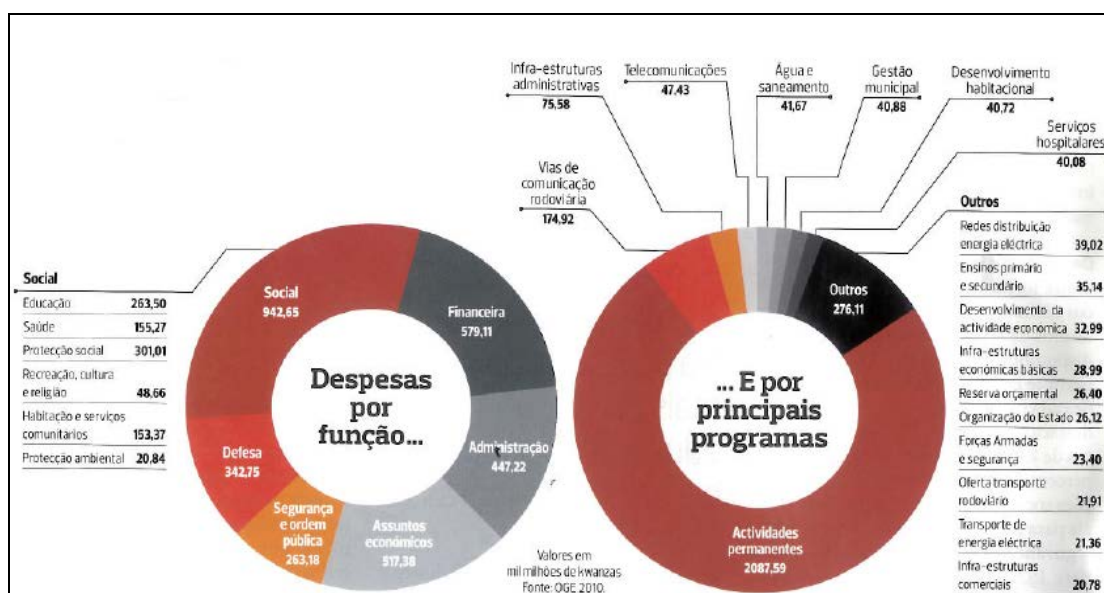
A indústria petrolífera é o grande garante de emprego em Angola (Revista Exame,

Dezembro, 2009). Apesar do acentuado crescimento económico, muito graças à descoberta de novos campos petrolíferos, e a alta dos preços do petróleo, os níveis de pobreza permanecem muito elevados no país. A estratégia de combate à pobreza (ECP), elaborada pelo governo em 2003, não exprimia o recente aumento das receitas do estado, e não reflecte de forma pormenorizada e atualizada os dados sociais e de desenvolvimento humano.

Um estudo levado a cabo pelo governo, em 2001 (Revista Exame, Dezembro, 2009), evidenciou que cerca de 68% da população vivia abaixo do limiar da pobreza (1,7 dólares/dia), sendo que a pobreza afectava 94% das famílias em meios rurais e 57% dos agregados familiares em meios urbanos. Por razões de segurança, a guerra e o conflito armado nas zonas rurais, conduziu a um forte movimento migratório das populações das zonas rurais para os centros urbanos, o que aumentou a pressão exercida sobre as estruturas da capital e contribuiu para uma degradação das condições de vida e ambientais.

O mapa abaixo evidencia uma forte aposta do governo nas áreas sociais, desenvolvimento educacional e melhoria do bem estar da população.

Figura 5: Despesas por sector em Angola do orçamento geral do Estado de 2010



Fonte: Revista Exame, Dez2009

Recentemente o governo de Angola, revelou que em 2011 a taxa de pobreza foi de 45.2%, o que corresponde a menos dez pontos percentuais do que o registado em

2001. Angola situa-se actualmente em 148º lugar no índice de desenvolvimento humano (num total de 177 países) (PNUD,2011).

A estratégia de combate à pobreza, formulada para o período 2003-2015, pretende constituir o quadro de referência para a definição de estratégias, programas de governo e orçamentos setoriais.

C) *Determinar a correlação existente entre a descoberta de Gás natural liquefeito (GNL), como fator gerador de mais receitas do estado Angolano.*

Pretende-se aqui medir o impacto da Política definida pela Sonangol, e outras condicionantes, no desenvolvimento económico de Angola, para isso pretende-se conceber e propor uma possível estratégia de desenvolvimento (no plano teórico) e recolher os dados relevantes, analisando-os para, de forma didática, se poder ajudar a encontrar a melhor solução para explicar a política adotada pelo país. Para isso, optar-se-á por analisar documentos que dizem respeito à política adotada, nomeadamente o **Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017**, desenvolvido pelo Ministério do Planeamento, bem como entrevistar as pessoas relevantes e envolvidas na política petrolífera, nomeadamente o Ministro dos Petróleos, Eng. Botelho de Vasconcelos.

### 1.3 Questões de Investigação

De acordo com a temática e os objetivos definidos acima referidos, é avançada a seguinte pergunta de partida:

***“Conseguirá Angola por intermédio da Sonangol reduzir a dívida pública de forma sustentada?”***

A dívida pública (ou dívida orçamental) corresponde ao saldo negativo das contas públicas, ou seja, à diferença entre as despesas do estado e as suas receitas durante um determinado período de tempo (geralmente considera-se o período um ano).

A redução da dívida pública de forma sustentada, é aquela que se regista no tempo, por um período de longo prazo, e que não hipoteca as condições para o desenvolvimento do país e da sua população. Desta forma abre espaço para as propostas de política económica e para a crítica eventual ao rumo seguido até ao presente pelo país de excessiva concentração da política no petróleo como alavanca de sustento e desenvolvimento do país.

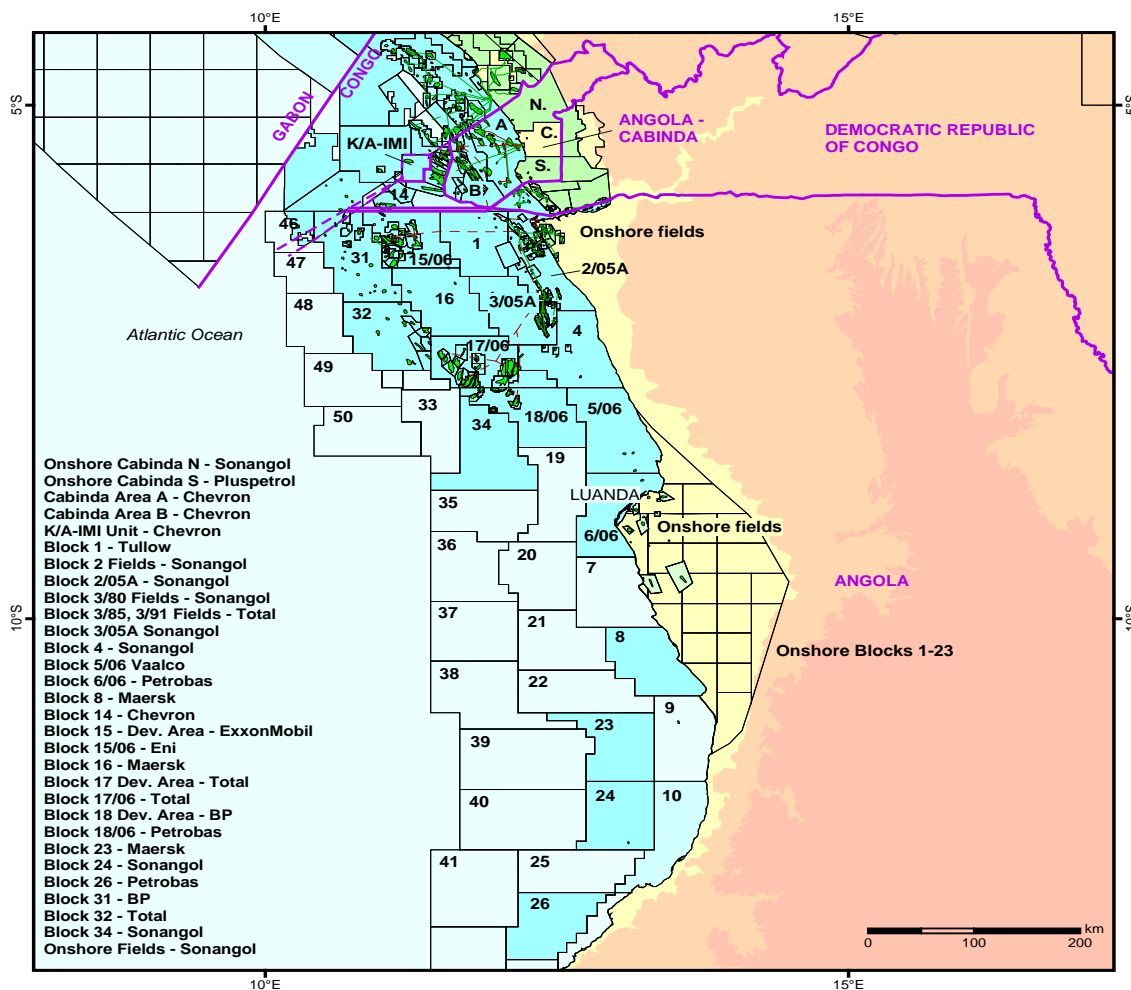
Geralmente, a dívida pública é apresentado em função do PIB (Produto Interno Bruto) de forma a poder efectuar comparações entre países de diferentes dimensões e de forma a avaliar o excesso de despesa do estado em relação ao total da riqueza produzida no país.

Procurar-se-á responder a esta questão, demonstrando que a política seguida pelo país, por intermédio da Sonangol, tem ocasionado reduções significativas na dívida pública, bem como implusionando o desenvolvimento económico de Angola.

Contudo, procurar-se-á também demonstrar que as metas definidas pelo Governo, por intermédio da Sonangol, têm um impacto no bem-estar social e no desenvolvimento de Angola como um todo. Estabelecendo-se aqui uma ligação directa entre os objetivos da presente investigação: ( *A – Avaliar a influência do preço do Petróleo na arrecadação de receitas do estado através da cobrança de impostos “ISP – Impostos sobre produtos petrolíferos”*; *B – Apurar o impacto da descoberta de novos campos Petrolíferos na geração de emprego e melhoria das condições sociais*; *C – Determinar a correlação existente entre a descoberta de novos produtos alternativos ao Petróleo, como fator gerador de mais receitas do estado Angolano* ) e a questão chave de investigação - ***“Conseguirá Angola por intermédio da Sonangol reduzir a dívida pública de forma sustentada?”***

A atividade das grandes petrolíferas internacionais é regulada pelos *Production-sharing Agreements* (PSA) estabelecidos pela Sonangol. O mapa atual das concessões petrolíferas em Angola surge conforme figura abaixo apresentada.

Figura 6: Mapa das Concessões Petrolíferas de Angola



Fonte: Gabinete de Gestão e Análise de dados (www.sonangol.co.ao).

No bloco 0, o grupo norte-americano Chevron detém 39.2% da produção, o grupo francês Total 10%, e a ENI detém 9.8% de participação. A Sonangol tem uma quota de participação neste bloco, no valor de 41%, cujo acordo de concessão e exploração, **Production Sharing Agreement (PSA)**, estabelece que à Concessionária correspondem 35% do valor das vendas do petróleo resultante da exploração petrolífera neste bloco, percentagem significativa e em franca progressão para Angola, se tivermos em conta, nomeadamente, as projeções do FMI, que estimava para 2011 uma produção petrolífera do país 90% acima da registada em 2005.

A Sonangol anunciou para 2012 a realização de investimentos na ordem dos 2,1 Mil Milhões de dólares na área de pesquisa, exploração e produção de crude no país, e afirmou existirem reservas de hidrocarbonetos avaliados em 12 Mil Milhões de barris, o que corresponde a mais de 20 anos de exploração e auspícia bons resultados neste nível de receitas.

De acordo com o Orçamento de Estado de 2013, o setor petrolífero, por intermédio da Sonangol, continuará a ser a maior fonte de receitas do Orçamento Geral do Estado, sendo estas, em grande parte, destinadas à redução da dívida pública, e à melhoria do bem-estar social da população (Ministério das Finanças, 2013).

#### **1.4 Conteúdo e esquema concetual de trabalho**

O conteúdo do presente trabalho parte do estudo de alguns modelos típicos de crescimento económico, procurando-se estabelecer o relacionamento de causa/efeito na linha do proposto pelos modelos clássicos referidos sobretudo a partir dos anos trinta, bem como analisar aquilo que os modelos propõem como estratégia a ser adotada para o desenvolvimento económico e social de qualquer país, e comparar os mesmos com a estratégia que tem vindo a ser seguida por Angola para a redução da dívida pública e aumento do bem-estar social.

No que concerne ao esquema concetual utilizado para a realização do trabalho de investigação acerca do tema “*Sonangol, O Petróleo e Estratégia de Desenvolvimento Económico em Angola*”, optou-se pela realização de entrevistas de campo onde pode extrair conclusões com a ocorrência de eventos naturais.

Neste contexto, haverá uma manipulação das variáveis independentes, tomando como referência, o aumento/diminuição do preço do Petróleo no mercado internacional, no sentido de correlacionar as variáveis e estudar efeitos e resultados das oscilações de mercado, bem como o seu efeito no desenvolvimento económico e bem-estar social.

Para uma correta identificação de uma relação causa-efeito, o horizonte temporal delineado deveria abranger as datas desde a criação da Sonangol até à atualidade, procurando-se analisar em que medida as oscilações ocorridas no preço do petróleo tiveram impacto, e em que sentido, na arrecadação de receitas do Estado, e conseqüente diminuição da dívida pública. Todavia, na medida em que durante grande parte deste período o país se encontrou numa situação extraordinária de guerra civil, a nossa análise incidirá mais sobre os anos mais recentes (último quinquénio ou, nos casos em que tal se justifique, os últimos 8/10 anos, na medida em que neste período se considere que as condições de mercado refletem uma situação mais normal de funcionamento das instituições e, assim, os impactos podem ser mais rigorosamente analisados.

Com este objetivo, o presente trabalho de investigação encontra-se dividido em seis capítulos, sendo que no primeiro, se faz uma breve resenha acerca das razões para a escolha do tema e a sua importância; no segundo capítulo abordam-se os principais modelos de crescimento económicos e estratégias de desenvolvimento. No terceiro capítulo apresenta-se uma visão sumária dos principais modelos de desenvolvimento económico aplicados à realidade de Angola. No quarto capítulo traçam-se os principais métodos e metodologias a serem seguidas; no quinto capítulo são descritos os diversos resultados obtidos do trabalho de investigação acerca do tema “**Sonangol – O petróleo e a estratégia de Desenvolvimento em Angola**”, no sexto capítulo apresentam-se as conclusões do estudo e a resposta da questão chave de investigação; e finalmente no sétimo capítulo analisa-se o que poderá ser o futuro de Angola quando se esgotarem as reservas petrolíferas “*A Era Pós-Petróleo*”.

## Capítulo 2

### **Estratégia e Principais Teorias de Crescimento Económico**

Conforme o definido em termos do esquema concetual do trabalho de investigação, procurar-se-á fazer uma análise muito breve e superficial sobre os principais modelos de crescimento económico, defendidos por vários autores a partir dos anos 30. Após esta abordagem procurar-se-á comparar a sua aplicação face à atual estratégia adotada pela Sonangol, e Angola, para o seu desenvolvimento económico e bem-estar social.

Contudo, existem questões centrais na economia do crescimento e desenvolvimento: porque é que num determinado espaço económico – seja ele a economia mundial, um continente, país ou região – acontecem transformações económicas que têm como consequência principal a variação do produto? Quais os fatores associados a essas transformações? São estas as questões centrais propostas por MADDISON (1991) na sua análise de longo prazo sobre a economia capitalista.

Para explicar o crescimento económico MADDISON (1991: 52-82) estuda diversos factores<sup>4</sup>:

- a) Fatores históricos - recursos naturais, demografia, oferta de mão-de-obra, comércio internacional (em ligação ao colonialismo) e o papel do Estado;
- b) Fatores «estruturais» - poupança, procura agregada e ligação entre sectores;
- c) Fatores inerentes ao processo produtivo – progresso técnico e investimento em capital e trabalho.

Relativamente a cada um destes fatores, procurar-se-ão explicar algumas questões teóricas propostas por autores a partir da década de trinta<sup>5</sup>, no sentido de abranger a atualidade, e não alargar demasiado o âmbito do trabalho de investigação.

---

<sup>4</sup> MADDISON integra-se no grupo de autores, como KUZNETZ e DEMINSON, que desenvolvem uma contextualização do crescimento económico de longo prazo com o intuito de identificarem fatores de crescimento.

<sup>5</sup> Embora uma das principais obras de SCHUMPETER date de 1911, o mesmo autor retoma a temática da inovação nos anos quarenta, no seu livro Capitalismo, Socialismo e Democracia.

## 2.1 Crescimento económico baseado na poupança

A poupança - refere-se à parte do rendimento nacional que não é utilizada para consumo e que está disponível para investimento.

O modelo de crescimento económico baseado no investimento e na poupança, foi desenvolvido por Harrod e Domar, e parte de um pressuposto comum a muitos modelos de crescimento:

*“O investimento produtivo, na generalidade dos casos é igual à poupança, isto é, depende da capacidade dos consumidores refrearem os seus apetites de consumo e, em vez de aumentarem o nível de consumo, canalizarem as suas poupanças, eficientemente, para projetos de investimentos”.* (Diniz, 2010:106)

Este pressuposto simplifica a fórmula do crescimento económico uma vez que cada unidade adicional de capital aumenta o produto e que cada aumento de poupança se traduz num aumento de investimento, então, um aumento de poupança acarretará sempre um aumento da taxa de crescimento

Keynes aborda a questão do equilíbrio macroeconómico de curto prazo referindo que o aumento excessivo da poupança é prejudicial se a conjuntura económica for de recessão. Um nível demasiado elevado da poupança tem como efeito uma diminuição excessiva do nível de consumo baixando, assim, o rendimento e acentuando, desta forma, a curva descendente do ciclo económico.

O modelo formal de Harrod-Domar é, normalmente, apresentado sob a forma matemática o que o torna mais simples. Começar-se-á por admitir que a economia está em equilíbrio quando:

$$Y = C + I \quad (1)$$

em que Y = nível do produto; C = Consumo; e I = investimento

Neste modelo o investimento surge como sendo a variação do stock de capital ( $\Delta K$ : em que  $\Delta$  significa variação). Se substituirmos I por  $\Delta K$  na equação ficará:

$$Y = C + \Delta K \quad (2)$$

Note que este pressuposto, de que a variação do *stock* de capital é igual ao investimento implica que o stock de capital existente não sofre depreciação.

Isto é, Harrod-Domar implicitamente assumem que o capital existente não se deteriora ou se torna obsoleto e assim o investimento sempre aumenta o *stock* total de capital.

O pressuposto de um rácio constante de capital-produto implica que:

$$K/Y = y \quad (3)$$

Sendo  $y$  uma constante

Mudando  $y$  e  $Y$  para lados opostos da fórmula de sinal igual torna-se claro que o produto é proporcional ao *stock* de capital

$$Y = (1/y) * K = AK \quad (4)$$

Sendo  $A = 1/y$

Podemos então concluir, segundo o modelo de Harrod-Domar, que a taxa de crescimento do produto é diretamente proporcional à taxa de poupança, uma vez que o facto de o rácio capital/produto implicar também a variação do produto proporcional à variação do *stock* de capital.

$$\Delta Y = (1/y) * \Delta K = A\Delta Y \quad (5)$$

No Modelo HARROD-DOMAR a taxa de crescimento do produto depende da propensão média a poupar. Apesar de, neste modelo, a propensão média a poupar ser constante e exógena, as variações do crescimento económico dependem do nível inicial daquela. Como em KEYNES, a poupança tem um papel relativamente passivo - depende de uma dinâmica económica anterior em termos de variação do rendimento que, por sua vez, depende de variações no investimento inicial. A propensão média a poupar permite distinguir a fatia do produto que é investida (ou, simplesmente, poupada em parte) da que é consumida.

Consideramos que apesar de ser de fácil compreensão, o modelo de Harrod-Domar não será o mais útil, quer para melhorar a compreensão da forma como as economias crescem, quer para a definição de políticas promotoras de desenvolvimento económico. Por um lado, com base neste modelo qualquer um pode colocar-se na pele de um técnico de planeamento económico e decidir acerca do nível de investimento necessário com vista a atingir-se determinada taxa de crescimento económico, e por outro lado, o modelo não põe limites ao crescimento da economia pondo como condição única a existência continuada de um dado nível de investimento e mão-de-obra ilimitada. Estas duas características tornam o modelo

de Harrod-Domar mais ambíguo, quanto as causas de crescimento económico.

Como alternativa, surgiu o modelo de Kaldor e Lewis, que vem sistematizar as hipóteses keynesianas e analisar os seus efeitos ao nível do crescimento.

Kaldor introduz na sua análise um pressuposto original relativo à taxa de poupança. Segundo o autor, as propensões médias à poupança, apesar de reflectirem comportamentos relativamente rígidos, são diferentes para quem auferir salários (trabalhadores) e para quem auferir lucros (os empresários), tendo estes últimos uma taxa de poupança mais elevada. Assim sendo, a taxa de poupança para a economia como um todo variará com a repartição fatorial do rendimento (Figueiredo, 2008:82).

Formalizando, começamos por considerar que o rendimento é repartido por salários e lucros:

$$Y = W + P \quad (6)$$

A propensão média à poupança dos trabalhadores é positiva e menor que um, sendo que a propensão média à poupança dos empresários é superior à dos trabalhadores. Assim sendo, a taxa de poupança pode ser expressa como função de repartição do rendimento, isto é, apesar da rigidez dos comportamentos em matéria de poupança, a taxa de poupança variará se a repartição dos rendimentos variar.

O aumento da taxa de investimento eleva a parte dos lucros no rendimento nacional o que permite subir a taxa de poupança ( $S/Y$ , com  $S$  – poupança e  $Y$  - rendimento), dado que a propensão média a poupar dos detentores de capital é superior. A subida da taxa de poupança cria condições favoráveis a um novo aumento da taxa de investimento, e assim sucessivamente.

Será com base nestes pressupostos e modelos, que procuraremos avaliar o impacto da estratégia da Sonangol no desenvolvimento económico de Angola e no bem-estar económico e social dos angolanos, analisando-se em que medida a poupança é efectivamente empregue para o crescimento da economia angolana.

## **2.2 O Crescimento económico baseado na procura agregada**

O modelo de Harrod dinamiza a abordagem de Keynes da determinação macro-económica do rendimento e do emprego com base numa representação da tecnologia que assenta na

rigidez de substituição entre os fatores (complementaridade estrita de capital e trabalho), no princípio da incerteza dinâmica das antecipações de **procura** e no primado da procura efectiva relativamente a **oferta** (Figueiredo, 2008:86).

A conjugação destes princípios conduz o modelo de Harrod ao conceito de crescimento a curto prazo em fio de navalha, o qual se traduz pela instabilidade dinâmica do equilíbrio no mercado de bens e pela forte probabilidade de ocorrências de expansões e recessões cumulativas.

Segundo Harrod, a instabilidade do equilíbrio dinâmico manifesta-se também no longo prazo, já que os três parâmetros que influenciam a ocorrência de equilíbrios dinâmicos a longo prazo (taxa de poupança, coeficiente capital-produto e taxa de crescimento demográfico) são determinados exogenamente e carecem de flexibilidade de ajustamento entre si e às diferentes situações. Depressões cumulativas, desemprego involuntário e crescimento com tensões inflacionistas constituem situações com ocorrência mais provável do que o equilíbrio de pleno emprego.

O modelo de Kaldor retoma a tradição keynesiana de análise, embora introduzindo um elemento de flexibilidade adicional relativamente ao modelo de Harrod. A taxa de poupança, para além de sua determinação institucional (os titulares de salários e de lucros não aforram segundo o mesmo padrão), depende da repartição fatorial do rendimento.

Na medida em que a repartição fatorial do rendimento apresenta flutuações, este elemento de flexibilidade possibilita novas condições de ajustamento da poupança ao investimento, mantendo este último o papel preponderante que a teoria keynesiana lhe atribui. Por esta via, o modelo proporciona novas possibilidades de ajustamento entre os parâmetros (salários, poupança), sobretudo se a variável investimento puder manter alguma relação com a dimensão de mercado.

O modelo de Kaldor introduz ainda alguma dose de realismo identificando limites superiores e inferiores de natureza político-institucional para a proporção dos lucros no rendimento nacional, devendo a flexibilização da taxa de rendimentos ser entendida dentro destes limites.

Ambos os modelos de Harrod-Domar e Kaldor, demonstram-se bastante úteis na medida que ajudam a compreender como o nível de rendimento influencia a captação de poupanças

e investimento.

Podemos concluir que:

- Para KEYNES o aumento da procura efetiva permite elevar o rendimento e o emprego. Esta procura é pública e privada, consiste em bens de consumo duradouro e não duradouro, e em bens industriais (infraestruturas, máquinas).
- Para o modelo de HARROD-DOMAR as variações na taxa de crescimento do produto ao longo de certo período dependem da diferença estabelecida, no fim do período anterior, entre a procura planeada ou prevista pelos empresários e a procura real ou que efetivamente ocorre. É este elemento dinâmico do modelo, inerente à natureza cíclica da economia, que explica a reformulação das decisões de investimento em termos de capacidade produtiva instalada. Neste modelo, no efeito multiplicador o investimento autónomo gera efeitos no rendimento via acréscimos no consumo e, no período seguinte, através do efeito acelerador o próprio investimento é estimulado através dos efeitos gerados pelos aumentos no consumo. O nível da procura e, mais concretamente, o nível de consumo, permite estabelecer o limite mínimo de crescimento que ocorre na economia: nas economias desenvolvidas o consumo não desce a taxas muito baixas, dado que as famílias pretendem manter um nível de vida mínimo.
- Para a teoria neoclássica, esta incide exclusivamente a sua análise no lado da oferta, centrando os seus esforços teóricos sobre os *inputs* (capital, trabalho e progresso técnico) da função de produção. Para estes autores. Para estes autores, a procura é exógena aos modelos.

No presente trabalho de investigação, procurar-se-á apurar qual o impacto que determinadas variáveis, como as recessões ocasionadas pela diminuição do preço do petróleo, tem na determinação da política da Sonangol para o desenvolvimento de Angola, bem como no nível socioeconómico dos angolanos relativamente à captação de poupanças e investimentos.

Em termos políticos, procurar-se-á apurar qual o nível de influência do Estado, na definição das políticas de emprego, desenvolvimento da rede de infraestruturas de estradas e pontes, e na maior ou menor aceleração da economia angolana como consequência da maior ou

menor procura da maior fonte de receitas de Angola – o Petróleo.

### **2.3 Ligação entre setores**

Em diferentes graus, os países em desenvolvimento têm todos uma economia caracterizada pela preponderância do produto agrícola e da população rural (Perroux, 1981:241).

A indústria beneficia, regra geral das taxas de crescimento da sua produção e da sua produtividade relativamente mais elevadas do que as taxas correspondentes na agricultura. São, então, observados efeitos cumulativos. Por consequência, na medida em que a remuneração dos agentes está ligada à produtividade, esta é relativamente mais elevada no espaço económico da indústria.

Além disso, a indústria e a agricultura estão em posição desigual perante a inovação. Quando um setor industrial extenso e progressivo se instalou, é facilmente detectável um sentido principal da transferência da inovação técnica e económica.

A inovação, passa do sector industrial para o setor agrícola, os tratores, os bulldozers, os aparelhos eléctricos, a aparelhagem mecânica e automóvel, os antibióticos, os herbicidas, os insecticidas..., todos estes artefactos que nasceram dos esforços da indústria foram desenvolvidos por ela e espalharam-se nos campos, assumindo a indústria, muitas vezes, os custos dos primeiros lançamentos (Perroux, 1981:244).

Hoje, são os centros industriais dos países há muito desenvolvidos que alimentam em inovações os países menos desenvolvidos, e, num mesmo país, as regiões menos desenvolvidas.

Nos pontos de impacto da inovação, o crescimento do produto e o aumento da produtividade aceleram-se, não podendo as estruturas de emissão da novidade ser consideradas independentemente das estruturas de recepção. Para as maiores inovações do nosso tempo – o uso pacífico da energia nuclear e da informática – o lugar de nascimento da inovação e o sentido da sua propagação, são a este respeito, manifestos e as consequências “revolucionárias” que daí derivam são já nitidamente perceptíveis.

Consideram-se hoje, os estilos de vida, as atitudes sociais, os hábitos sociais, os hábitos de consumo e de uso de bens duradouros. Nos países industrializados, as modalidades de vida quotidiana mudam por imitação dos centros urbanos e pelo emprego de aparelhos

produzidos pela indústria. As facilidades crescentes pelo transporte de pessoas e coisas, a difusão da informação pela imprensa e pelos mass media, o gosto progressivamente despertado pela novidade, a tendência para a imitação, mais ou menos cega, estão na origem das mudanças profundas que se verificaram em todas as zonas rurais europeias. O cinema, o aparelho de televisão, o gás butano, desestabilizaram os hábitos dos produtores e dos consumidores rurais.

O modelo de base é, pois a conjugação, por uma relação assimétrica, entre um subconjunto A (dinizador) e um subconjunto B (dinamizado).

A relação pode ser, com referência a um efeito benéfico, por exemplo o aumento do produto, quer positiva (dinamização), quer negativa (bloqueio). Entre um subconjunto estruturado dininizador, uma indústria por exemplo, e uma outra indústria, esta dinamização opera-se (Perroux, 1981:165):

- 1) Por ação sobre os preços e fluxos,
- 2) Por transferência de produtividade,
- 3) Por transferência de informação

De forma mais sumária, o efeito concebe-se como a dependência entre a taxa de crescimento de uma indústria (grupo de atividades) dinamizada (Ge B) e a taxa de crescimento de uma indústria dininizadora (Ge A).

Escreve-se

$$Ge B = F (Ge A) \quad (7)$$

durante um período determinado.

É em espaços estruturados que se desenham, para o desenvolvimento, as aplicações fecundas do modelo de base,

São:

**O Investimento motor**, um investimento real que suscita outros por meio de complementaridades;

**A empresa motriz** numa região que ela anima pelos fluxos de mercadorias, de investimento e de informação;

A **região motriz** que, pelos mesmos canais e pela influência dos centros urbanos, desencadeia ou estimula o desenvolvimento numa região de nações.

Estes modelos particulares conduzem-nos ao conceito de **ponto, centro ou pólo de crescimento ou de desenvolvimento**.

Designa-se assim, numa matriz não territorializada, num conjunto estruturado de indivíduos, ou numa matriz estabelecida com referência a um território, a densificação de agentes da produção, de recursos organizados e da capacidade técnica e económica.

Em suma, a consequência de toda a análise precedente, quanto a conjugação das indústrias e das agriculturas que um país em desenvolvimento desejaria pôr ao serviço das populações, parecem bastante claras. As transferências de técnicas e de tecnologias são alvos de concertação política, decididas pelos governos, para servir as suas estratégias.

A *ligação entre sectores* explicita que o crescimento económico de uma nação também depende dos efeitos de arrastamento induzidos de uns sectores para outros.

Em Perroux o crescimento económico assenta na criação de um impulso numa determinada atividade com grande procura – indústria motriz – que, posteriormente, provoca efeitos de arrastamento noutras atividades complementares à primeira. Desta forma, o crescimento baseia-se em determinados agentes, sobretudo empresários e investidores, e em certos setores económicos, nomeadamente industriais, que beneficiam de uma procura crescente e constituem dinâmicas tecnológicas e organizativas assinaláveis. Estes sectores «motrizes» dominam as atividades concentradas em determinado «ponto» do território e arrastam outras atividades localizadas em áreas periféricas, ou mesmo em outras regiões

Os pressupostos de Perroux, e dos modelos descritos acima, poderão contribuir para a conceção e implementação de uma nova estratégia para Angola. A abordagem seguida assenta no princípio de que o desenvolvimento económico de um país, está muito ligado à sua indústria, à sua agricultura e aos seus avanços tecnológicos, ao contrário do que se tem verificado em Angola, onde o progresso económico tem estado fortemente dependente do seu principal recurso natural “**o Petróleo**”, como se procurará demonstrar ao longo do presente trabalho de dissertação. Ainda que tal não tenha de ser necessariamente negativo, para ser positivo seria importante que este setor petrolífero tivesse demonstrado capacidade de “arrastar” consigo outros setores, promovendo o seu desenvolvimento, ou que as verbas

por ele geradas fossem também aplicadas nesse sentido. Infelizmente, como procuraremos demonstrar mais à frente e ao longo deste trabalho, pensamos que este não tem sido o caso verificado em Angola.

#### 2.4 O crescimento económico baseado no progresso técnico

O modelo de **Schumpeter** pressupõe que o desenvolvimento é impulsionado pelo progresso técnico, e este não se apresenta uniforme no tempo, como descrevem os modelos neoclássicos, mas alterna-se em períodos de prosperidade e de depressão: em determinados momentos da vida económica, multiplicam-se os projetos rentáveis e toda a economia prospera; em outras ocasiões, os negócios em geral se retraem e o desemprego aumenta.

O progresso técnico - corresponde à capacidade de inovação tecnológica de uma economia – o chamado fator «residual» ou «intangível» de crescimento. Embora existam diferenças entre os autores, o conceito de progresso técnico prende-se com uma certa forma de conjugar, ou combinar, a mudança tecnológica com a mudança organizativa (fatores produtivos) nas empresas e também na sociedade como um todo – sendo este último aspeto apenas salientado por Schumpeter.

O desenvolvimento económico resulta de três categorias de fatores: fatores externos (como grandes encomendas da administração pública), fatores de crescimento gradual (resultantes da atuação quotidiana) e **inovação**, que seria o fator dominante. A **inovação** será o fator que determina a evolução económica, atuando descontinuamente e impulsionando os ciclos longos de Kondratieff.

Para Schumpeter, **inovação** não se restringe à invenção e registo de patentes. Schumpeter admite outras formas como sejam a descoberta de novas matérias-primas ou novas fontes de aprovisionamento, a inovação de mecanismos de tratamento e transporte de mercadorias, inovações organizativas nas empresas ou no comércio. Mas para as inovações se tornarem atuantes, a ponto de influírem na evolução económica, elas têm de materializar-se (em equipamentos renovados e/ou empresas novas ou reorganizadas e/ou processos produtivos ou procedimentos renovados e/ou novos produtos) e para tal requerem uma componente subjectiva, personificada num empreendedor que introduz a inovação e é depois seguido por muitos outros, atraídos pelo exemplo de sucesso. Um exemplo eventualmente surpreendente é o procedimento ou a reorganização do funcionamento de mercado

designado "just in time" que, uma vez surgido na indústria automóvel, se espalhou pelos mais variados setores industriais.

Dentro deste trabalho procurar-se-á fazer uma reflexão acerca do desenvolvimento na visão Schumpeteriana, através de uma retrospectiva de factos económicos relevantes referentes às estratégias estabelecidas por Joseph Schumpeter com vista ao progresso técnico.

A teoria de Schumpeter permite em especial valorizar um facto cuja importância não é devidamente valorizada ou é habilmente camuflado, trata-se do papel-chave que o poder político de Estado pode ter na evolução do processo económico. Com efeito, Schumpeter explicita as encomendas da administração pública como uma das modalidades de potenciar a inovação; é o que óbvia e frequentemente acontece com a indústria da defesa mas também com a investigação científica em domínios de ponta ou que exigem investimentos pesados (exploração astronáutica, a física das partículas elementares, etc.).

Na década de 50 **Robert Solow** criou um modelo matemático que demonstrava como vários fatores interagem, contribuindo para criar o crescimento económico sustentado num país. Demonstrou pela primeira vez que avanços no ritmo de **progresso tecnológico** contribuem mais para o crescimento económico do que o aumento dos capitais ou da força de trabalho.

Solow (1957) observa que metade do crescimento económico não pode ser explicado por aumentos no capital e trabalho."

Esta diferença foi chamada de "*Resíduo de Solow*" à inovação tecnológica. Na década de 1960 empenhou-se a convencer os governos a investir em pesquisas tecnológicas para acelerar o crescimento económico.

O modelo de crescimento de **Robert Solow**, que poderemos designar como o modelo neoclássico de base, considera uma função de produção a dois fatores, trabalho e capital, com as seguintes propriedades económicas (Figueiredo, 2000:75):

- Os fatores são substituíveis e perfeitamente divisíveis;
- Cada fator observa a lei dos rendimentos físicos marginais decrescentes;
- Os rendimentos são constantes à escala;
- Tudo se passa como se, na economia, se produzisse um único bem homogéneo,

que tanto pode ser afecto ao consumo como à formação de capital.

Para **Solow** cada fator de produção está sujeito a rendimentos marginais decrescentes. O que significa que cada aumento de fator acrescido a um montante fixo dos outros fatores faz aumentar a produção mas este aumento é cada vez menor.

O progresso técnico pode não ser acompanhado pelo investimento ao longo do tempo. Em termos empíricos, a ausência de investimento pode acontecer, por exemplo, se as mesmas máquinas são instaladas numa fábrica diferente com um « *layout* » (organização fabril) diverso. Nos modelos neoclássicos a mudança tecnológica não está necessariamente correlacionada com o nível de intensidade capitalística. Na função neoclássica de progresso técnico em SOLOW separa-se analiticamente o acréscimo de investimento em capital – associado ao movimento ao longo da curva – da mudança técnica – deslocação da função.

**Solow e Meade** demonstraram que a taxa de crescimento do produto é função da taxa de crescimento do progresso técnico, tendo assim uma relação direta com o crescimento económico. Postulado - tendência mais ou menos constante para o progresso técnico ao longo do tempo, ou seja, o progresso técnico é função da variável T (tempo). Se o aumento do progresso técnico se reflete, por exemplo, num acréscimo superior da produtividade marginal do trabalho em relação à produtividade marginal do capital, então as empresas optam por uma utilização mais intensiva do fator mais eficiente: o trabalho. Na situação contrária o progresso técnico é intensivo em capital.

**Solow** mostrou que com rendimentos decrescentes um investimento contínuo pode não gerar um crescimento permanente porque os rendimentos decrescentes podem aproximar os ganhos no produto, por via do investimento, de zero.

Para **Kaldor** o progresso técnico está incorporado no novo capital físico criado e, portanto, não pode ser separado analiticamente deste. Se há sempre rigidez tecnológica no parque de máquinas existente, então o progresso técnico implica necessariamente um aumento de investimento em novos bens de equipamento; o aumento da taxa de crescimento da produtividade por trabalhador – outra medida possível do crescimento económico – com novos equipamentos depende do aumento da taxa de crescimento do investimento em capital por trabalhador. De forma diferente dos neoclássicos, Kaldor defende que a substituição dos fatores produtivos é sempre gradual e não instantânea.

Contudo, o **modelo de Solow** entra em conflito com uma realidade enfrentada pela maioria

de países menos desenvolvidos, nomeadamente o facto de que, apesar de serem aconselhados pelas grandes instituições supranacionais de desenvolvimento no sentido de poupança e investimento, é extremamente difícil, nesses países, gerar a poupança e, por conseguinte o investimento, devido sobretudo à existência de baixos níveis de rendimento per capita que são, na totalidade, canalizados para o consumo.

*«Mas se o investimento não é determinante para um crescimento a longo prazo então o que será? De acordo com o **modelo de Solow** o crescimento a longo prazo vem de outra fonte – o progresso tecnológico. Só se uma economia conseguir aumentar a produção através de um montante fixo de inputs é que pode evitar rendimentos decrescentes e assim conhecer crescimento sustentável e contínuo (Diniz, 2010:110)».*

No presente trabalho de investigação, procurar-se-á determinar se os modelos teóricos, em particular os seus princípios, serão úteis, como referência teórica, para se analisar o desenvolvimento económico em Angola.

## **2.5 O crescimento económico baseado no investimento em capital e trabalho**

Para **Keynes** o acréscimo do investimento, sobretudo estatal, é benéfico pois permite aumentar o rendimento e o emprego e funcionar como contra-tendência à fase recessiva do ciclo económico. O multiplicador keynesiano, no curto prazo, parte da variação autónoma do investimento, como hipótese inicial. Este aumento é explicado pelo acréscimo da propensão marginal a investir que acontece se a eficiência marginal do capital (medida pela taxa de rentabilidade interna do investimento) é superior à taxa de juro dos mercados financeiros. O aumento do investimento autónomo gera acréscimo de rendimento via propensão média a consumir, ou seja, através do aumento do consumo. Este gera novo acréscimo do produto e assim sucessivamente. A repartição mais equilibrada do rendimento a favor das classes médias e baixas permite expandir o consumo, dada a maior propensão média a consumir por parte destes grupos.

Segundo **Harrod** a longo prazo o efeito acelerador do investimento gera variações positivas no rendimento que, por sua vez, possibilitam o acréscimo do consumo e da poupança e, conseqüentemente, novo aumento do investimento, repetindo-se o processo. O investimento já não é autónomo mas sim dependente de uma dinâmica anterior com efeitos cumulativos.

Postula-se que a taxa de crescimento do produto depende do coeficiente capital/produto (a quantidade de capital necessária para produzir uma unidade de produto). Este coeficiente funciona como um dos elementos de reação dos empresários no caso de diferença entre a procura real e a procura planeada: é possível aumentar a taxa de crescimento do produto se diminuir o coeficiente capital/produto, isto é, se for possível gerar a mesma quantidade de produto com uma quantidade inferior de capital. É estabelecido um limite máximo para a taxa de crescimento do produto, dependente da variação populacional e do grau de intensidade na utilização da mão-de-obra: se esta é escassa a taxa de crescimento não poderá elevar-se por muito mais tempo.

Para os autores neoclássicos o crescimento económico depende da variação do trabalho e do fator capital e do nível a que se situam as produtividades marginais destes dois fatores. Estas relações derivam da função de produção neoclássica em que o rendimento depende de K e L (e também do factor T, como vimos). Um caso particular desta função (função de Cobb-Douglas) permite relacionar as variações do rendimento face a determinadas variações em K e L. Assim, teremos rendimentos constantes à escala se o aumento percentual em cada um dos fatores gera um acréscimo percentual igual no rendimento, economias de escala se este acréscimo é superior e deseconomias de escala na situação contrária. Na arbitragem entre investir em capital ou em trabalho, o empresário neoclássico reage instantaneamente aos «sinais» que o mercado lhe transmite em termos dos preços e produtividades marginais associadas a cada fator. Assim, se, por exemplo, a produtividade marginal do trabalho for superior à produtividade marginal do capital, ou se o preço do capital (taxa de juro) for superior ao preço do fator trabalho (salário), então a rentabilidade do trabalho é superior à do capital, logo, os empresários preferem investir em mão-de-obra. Na situação contrária é preferível investir em capital<sup>6</sup>.

Neste ponto que concerne ao desenvolvimento económico com base no investimento em capital e trabalho, procuraremos mais a frente apurar, se as políticas investimentos e desenvolvimento de capital humano que têm vindo a ser seguidas em Angola políticas de, estão ou não a ser empregues para o desenvolvimento económico de Angola e bem-estar

---

<sup>6</sup> Uma das hipóteses centrais dos paradigmas neoclássico e keynesiano é a homogeneidade dos fatores produtivos. A utilização de qualquer unidade de capital ou trabalho faz-se independentemente, por exemplo, do sector ou região a que estes pertencem, o que possibilita uma enorme variedade de combinações técnicas destes fatores.

social dos angolanos.

## 2.6 Estratégia de Desenvolvimento económico

A evolução da economia global poderá vir a caracterizar-se por uma diminuição das diferenças de rendimento entre países ricos e pobres, não devido a um declínio nos rendimentos das sociedades mais afluentes, mas graças a uma rápida aproximação por parte das outras (Sachs, 2008:217).

Sachs (2008), define do seguinte modo a estratégia para o desenvolvimento económico:

**A) Aproveitar as tecnologias avançadas:** Os governos podem adotar estratégias para acelerar o crescimento económico das suas nações e a capacidade de aproveitar os avanços globais na tecnologia.

Há quatro obstáculos que uma economia tem de superar para mobilizar uma nova tecnologia; um dos desafios centrais da ciência do desenvolvimento económico é compreender as diferenças regionais, o outro consiste em perceber como desencadear um crescimento económico mais rápido nas regiões atrasadas, por outro lado o fosso que se verifica em termos de rendimento *per capita* de África em relação aos países mais industrializados, e por último, embora o conhecimento em que se baseia a prosperidade esteja potencialmente disponível para todos, o facto de nem todas as regiões do mundo serem ricas.

**B) Aposta na poupança e investimento:** Com poupança e investimento suficientes, o governo constrói estradas, uma rede elétrica eficaz, um porto eficaz e um sistema básico de educação e saúde. O setor privado consegue maior produtividade e pode investir em atividades orientadas para a exportação. As exportações agrícolas incluem produtos comercializáveis (especiarias, bebidas, carne, fibras, etc.). As exportações manufacturadas podem incluir mercadorias agrícolas processadas (tecidos à base de algodão, confeções, etanol) bem como operações de montagem com utilização intensiva do fator trabalho (vestuário, calçado e outros produtos de couro, montagem de produtos electrónicos, etc.). Regra geral os setores exportadores beneficiam de vários tipos de tecnologia importadas (maquinaria, conhecimento técnico, melhoria de processos, etc.). A maior parte das novas tecnologias estão incorporadas em tipos específicos de maquinaria (como sejam um novo computador ou telemóvel) ou em competências

específicas (como seja a formação médica). Por outras palavras, mesmo quando as ideias subjacentes a uma tecnologia estão disponíveis para o mundo inteiro, a sua utilização requer investimento em capital físico (máquinas) e capital humano (competências). O investimento, por sua vez, exige poupanças. Para se investir numa máquina ou na formação de novas competências há que por de lado uma parte do rendimento atual para pagar o bem de capital, em vez de o gastar todo em consumo corrente. Cada dólar de investimento tem de ser financiado por um dólar de poupança. Por exemplo, se a economia for demasiado pobre para poupar, pode ser impossível financiar a adoção da tecnologia.

**C) Política de exportações e importações:** Com um crescimento suficiente nas exportações e da poupança doméstica, a economia comercial torna-se uma economia de mercado emergente, caracterizada pela cobertura quase total em termos de infraestruturas básica: estradas, energia, telecomunicações, portos, educação básica, serviços básicos de saúde etc. O investimento estrangeiro desempenha um papel crescente no desenvolvimento económico, proporcionando não apenas capital, mas também conhecimentos práticos, tecnologia e ligações a sistemas globais de distribuição e produção. Na maior parte dos casos, a nova tecnologia é importada do exterior, onde foi desenvolvida. Suponha-se que o governo de Angola, ou uma empresa angolana pretende encomendar um bem de capital produzido nos Estados Unidos. Para isso necessitará de dólares para pagar essa importação. Esses dólares são obtidos pelas exportações angolanas. Assim para que um país seja capaz de importar tecnologias do exterior, terá que ser também exportador. Se não conseguir criar mercados de exportação, esse país irá ver-se separado do progresso tecnológico.

**D) Investimento em capital público e privado:** As responsabilidades de um governo envolvem o investimento em infraestruturas básicas, especialmente estradas, energia, escolas primárias, centros de saúde e sanidade. O governo deve garantir as condições básicas do funcionamento de uma economia baseada no mercado, deve investir fortemente em capacidade científica, em educação e em novas tecnologias. Mesmo quando as tecnologias são inventadas pelo setor privado, a utilização das novas tecnologias depende habitualmente também de investimentos do setor público. Os automóveis necessitam de estradas, a maquinaria elétrica requer uma rede elétrica fiável e os medicamentos importados requerem, nos países mais pobres, hospitais e centros de

saúde públicos. Se o governo não fizer a sua parte, realizando o investimento público necessário, o setor privado não irá ser capaz de realizar investimentos privados lucrativos em novas tecnologias. Assim um Estado falhado ou um governo falido que não pode pagar investimentos públicos, ou um governo altamente corrupto, implicarão também a estagnação do setor privado.

**E) Adaptação à ecologia local:** A ecologia local influencia o desenvolvimento económico por razões claras e compreensíveis. Uma economia de subsistência acontece geralmente quando estamos perante situações de solos pobres, chuvas erráticas e culturas muito diferentes das dos países ricos (que dispõem de tecnologia avançada). Nesta situação a economia poderá permanecer presa à pobreza extrema. Os agricultores não cultivarão alimentos suficientes e haverá poucos excedentes disponíveis para se constituir poupança privada ou para o Estado arrecadar impostos que suportem investimentos públicos. As práticas agrícolas, as metodologias de saúde pública, os métodos e materiais de construção bem como a conceção de infraestruturas têm de adaptar práticas internacionais a condições específicas. Esta transposição requer frequentemente investimentos locais importantes, particularmente quando as novas tecnologias surgiram em zonas ecológicas (por exemplo, a zona temperada onde se situam os Estados Unidos, a Europa ou o Japão) e têm de ser adaptadas a outras áreas (por exemplo, aos trópicos).

Sachs (2008), diz que a **economia clínica**<sup>7</sup> é necessária para substituir os últimos 20 anos de desenvolvimento, conhecida como a era do ajustamento estrutural. Esta era, nascida com a reviravolta conservadora nos Estados Unidos sob a presidência de Ronald Reagan e no Reino Unido, com a primeira-ministra Margaret Thatcher, baseava-se numa visão simplista dos desafios do desenvolvimento. Os países ricos disseram aos países pobres «*A pobreza é culpa vossa. Sejam como nós (ou o que nós imaginamos ser – orientados para um mercado livre, empreendedores, responsáveis no que respeita ao orçamento do estado) e também vocês poderão usufruir dos bens materiais do desenvolvimento económico conduzido pelo*

---

<sup>7</sup> A economia clínica é um método sugerido pelo economista norte-americano Jeffrey Sachs que diz que uma nova espécie de economia do desenvolvimento vem emergindo, mais fundamentada na ciência: uma "economia clínica" semelhante à medicina moderna. Os atuais profissionais médicos compreendem que as doenças resultam da interação de um amplo conjunto de fatores e distúrbios: patógenos, nutrição, meio ambiente, envelhecimento, genética individual e da população e estilo de vida. Eles também sabem que uma chave para o tratamento apropriado é a capacidade de fazer diagnósticos individualizados da origem da doença. De forma semelhante, os economistas do desenvolvimento precisam de uma melhor capacidade de diagnóstico para reconhecer que as patologias econômicas têm uma ampla variedade de causas, inclusive muitas fora do alcance da prática econômica tradicional

*setor privado*» Sachs (2008:138).

A tecnologia possui a importante propriedade de não apresentar rivalidade no consumo: cada país pode adotá-la sem limitar a capacidade de outros fazerem o mesmo.

Em suma, os países devem abrir os seus mercados e garantir direitos de propriedade e de estabilidade macroeconómica. O desenvolvimento económico seguir-se-á. Em cada fase de desenvolvimento, e em cada área de desenvolvimento, o setor público e o setor privado devem apoiar-se mutuamente. O capital público – estradas, centros de saúde, escolas, portos, reservas naturais, serviços colectivos e em muitas outras formas – é essencial para que o capital privado – fábricas, maquinaria e competências laborais – seja produtivo. O desenvolvimento económico é um complexo jogo entre as forças de mercado e os planos e investimentos do setor público.

Em complemento, Perroux (1981) na sua obra “**A Filosofia sobre o novo desenvolvimento**”, frisa que o desenvolvimento pressupõe a expansão da atividade dos homens em relação aos homens pela troca de bens ou serviços e pela troca de informação e de símbolos.

Na ordem económica, é estudado em três níveis (Perroux, 1981:56):

- A) A articulação das partes num todo.** As partes são subconjuntos estruturados: ramos, indústrias, regiões, empresas. Cada subconjunto tem uma dimensão e um lugar nas redes especificadas de preços e de fluxos, de transferência de bens de estrutura física ou de bens cujo significado e valor não têm relação, estritamente referenciável, com o suporte físico. Estas redes são estabelecidas numa infraestrutura de transportes matérias e intelectuais de que a colectividade, na maior parte das vezes, suporta os encargos.
- B) A ação e a reação dos setores entre si,** diretamente ou indiretamente, que mais não é que a dialéctica das estruturas, tal como ela foi anteriormente definida. Na terminologia sistémica: as ações e os feedbacks exigem uma regulação. A reestruturação das partes ou do todo opera-se nesse processo. São agentes, decisórios ativos, que estão na origem das operações ficando bem entendido que elas não realizam, necessariamente, as intenções que estão na sua origem e que podem mesmo, muitas vezes, contradizê-las. As estruturas económicas estão assim, estreitamente ligadas às estruturas mentais e às estruturas sociais dos grupos na sociedade organizadas: Entre as primeiras e as segundas as interações são recíprocas.

C) **Os recursos humanos**, sob todas as suas formas, têm alguma probabilidade de ganhar em eficácia e em qualidade nas estruturas evolutivas. O aparelho económico e social tornando-se mais poderoso e mais complexo fornece produtos económicos e intelectuais mais amplos e mais sofisticados. Para os obter são necessários agentes mais capazes e mais competentes.

É com base na estratégia de desenvolvimento económico defendida por Sachs e por Perroux, que se espera que o tão desejado desenvolvimento seja alcançado. Iremos observar no decorrer do presente trabalho de investigação, que Angola enfrenta enormes desafios para atingir o tão desejado desenvolvimento, onde a tecnologia e a inovação continuam a constituir uma das metas a serem alcançadas pelas empresas e pelo governo, as políticas de importações e exportações encontram-se implementadas mas ainda com imensas lacunas a serem eliminadas, por outro lado a aposta no desenvolvimento dos recursos humanos e na qualificação avançada de técnicos, ainda constituem também um grande desafio para o governo.

**Perroux**, avança com o conceito de teoria dinâmica, elaborada a três níveis (Perroux, 1981:161):

O primeiro é o do **dinamismo de enquadramentos**, pelos quais são estabelecidas correspondências entre a exuberante riqueza dos fatores históricos e a sua análise económica.

Em segundo lugar, destaca-se a **investigação e desenvolvimento autónomo (estruturas)** – As realidades que a endogeneização assinala, por exemplo a reação do produto, sobre cada um dos dinamismos (estruturas agrícolas, estruturas de desenvolvimento externo, estruturas industriais, etc ) e sobre a sua combinação, parecem depender do grau de desenvolvimento.

Em terceiro lugar, destaca-se a **dinâmica de mercado**, o sistema funciona para satisfazer os gostos do consumidor, em todos os níveis, micro, e macroeconómico, a procura dinamizadora da oferta é indispensável para a soberania do consumidor, é ele que é suposto governar todo o sistema.

Para **Perroux**, distinguem-se três grandes grupos que influenciam o desenvolvimento:

- 1) População;
- 2) Técnica (invenção, inovação, tecnologia, isto é, conjunto de conhecimentos de que é

necessário dispor para por em funcionamento a técnica);

- 3) Regras do jogo social (*rules of the game*) relativas à constituição dos organismos económicos (por exemplo, a empresa) e às normas das suas relações (por exemplo, a propriedade dita privada, o contrato). Estas instituições-organismos e estas instituições-normas estão em relação umas com as outras.

A prosperidade partilhada significaria não apenas o fim de um sofrimento desnecessário em grande escala, entre aqueles que se encontram hoje presos à pobreza extrema, mas também um mundo mais seguro e mais democrático, com o crescimento dos rendimentos a ser um alicerce da estabilidade política e de sociedades cada vez mais abertas.

A razão fundamental para acreditar que a prosperidade se pode difundir a todas as regiões do mundo é que a própria ciência e tecnologia que constituem os alicerces do progresso no mundo rico estão potencialmente também disponíveis para o resto do mundo. Se os países ricos são ricos por terem adaptado estas tecnologias – geração de electricidade, medicina, transporte, construção e muitas outras – elas poderão ser igualmente adotadas pelos países atualmente pobres.

A implementação de uma estratégia de desenvolvimento apresenta, contudo, vários desafios profundos à governação.

- O primeiro e mais fundamental desafio é garantir que os políticos e as suas escolhas apoiem realmente o desenvolvimento, ajudando os mais necessitados, garantindo os cuidados básicos como a saúde, nutrição adequada, educação primária, água potável e satisfação de outras necessidades essenciais;
- O segundo desafio, é o fornecimento público de infraestruturas cruciais (estradas, portos e aeroportos, energia, telecomunicações, e ligações à internet e banda larga);
- O terceiro desafio, é garantir um bom ambiente de negócios, incluindo a estabilidade monetária, a proteção dos direitos de propriedade, a garantia do cumprimento dos contratos e de abertura do comércio internacional;
- O quarto desafio, é a provisão da segurança social, no sentido de garantir que todos os segmentos da população possam manter a sua segurança económica e o seu bem-estar na eventualidade de perturbações económicas inevitáveis.
- O quinto desafio, é a promoção e disseminação da ciência e tecnologias modernas.

Tal como a infraestrutura, a investigação científica pode ser deixada ao mercado, mas os benefícios de novos conhecimentos não alcançarão toda a sociedade, visto que por razões comerciais, estão protegidos por direitos de autor e patentes.

- O sexto desafio, é a salvaguarda do ambiente natural.

De uma maneira geral poderemos dizer que a África enfrenta uma dificuldade tripla em termos de desenvolvimento económico. O seu desempenho agrícola, medido pela produtividade cerealífera, é o pior do mundo. As terras agrícolas não se expandem ao ritmo de uma população rapidamente crescente, pelo que a área das explorações está a encolher. O peso da doença em África é também único no mundo. A esperança de vida está nos 46 anos de idade, aproximadamente menos 33 anos do que o mesmo indicador nos países de elevado rendimento (Sachs, 2008:239).

Vejá-se no quadro abaixo os principais desafios enfrentados pelos diversos setores:

**Tabela 2: Fases do Desenvolvimento Económico**

Fases do desenvolvimento	Desafios do setor publico	Desafios do setor privado	Desafios geográficos importantes
<b>Economia de inovação</b>	Excelência das universidades, financiamento público da ciência.	Gestão dos trabalhadores do conhecimento, qualidade de vida para os colaboradores.	Implementação de uma elevada qualidade de vida em zonas urbanas “criativas”, com universidades de topo, entretenimento e acesso a viagens e mercado globais
<b>Economia de mercado emergente</b>	Aprofundamento dos mercados financeiros, do direito comercial, de sistemas públicos de pensões, de sistemas judiciais, universidades e escolas técnicas.	Criação de capacidades de investigação, sistemas logísticos, controlo de qualidade e formação de trabalhadores.	Necessidade de serviços de transporte e comunicações competitivos, que liguem a economia nacional com fornecedores e clientes internacionais.

<p><b>Economia Comercial</b></p>	<p>Implementação de parques e zonas industriais com bom funcionamento, promoção de portos, aeroportos, telecomunicações, e educação.</p>	<p>Financiamento à exportação, funcionamento de zonas industriais, relações contratuais, incluindo parcerias com fornecedores internacionais.</p>	<p>Condições de transporte e das comunicações, fiabilidade da eletricidade, promoção da infraestruturas e políticas urbanas para lidar com uma urbanização rápida.</p>
<p><b>Economia de subsistência</b></p>	<p>Criação de uma rede básica de estradas, energia, saúde, escolas primárias, formação de professores, educação primária universal, formação de trabalhadores qualificados nas áreas de educação, saúde, agricultura e infraestruturas.</p>	<p>Promoção de uma agricultura geradora de excedentes monetários, empreendimentos agrícolas em pequena escala, microfinanciamento.</p>	<p>Vulnerabilidade a secas, epidemias, pragas agrícolas e outros riscos.</p>

Fonte: Adaptado de Sachs, 2008:250

O conceito de **investimentos de impacto rápido**, que ajudam a fazer sair regiões em desvantagem de pobreza extrema, esteve no centro das recomendações do **projecto Milénio da ONU**. Em cada setor de economia, entre os quais se incluem a agricultura, a saúde, a educação, e as infraestruturas, o projeto identificou investimentos práticos que pudessem ser prontamente aplicados, objeto de um acompanhamento bem-sucedido e facilmente adaptados às condições locais. Trata-se do tipo de ajuda que pode funcionar rapidamente, proporcionando um investimento fiável e fácil de acompanhar e de proteger contra a corrupção (Sachs, 2008:250).

O **projeto Milénio da ONU**, consiste na realização de um conjunto de investimentos de impacto rápido em aldeias pobres, de acordo com um orçamento que partilha o custo entre doadores externos, a comunidade local, ONG e autoridades governamentais.

Angola integra-se bem no **projeto Milénio da ONU**, na medida em que se regista um índice elevado de pobreza em certas regiões de Angola, que apresentam elevados índices de mortalidade, aliadas a baixa escolaridade; sendo assim necessário uma intervenção externa, em parceria com o governo local e ONGs, para a prossecução da melhoria e bem-estar da população, através do investimento em infraestruturas locais, energia, água, e acessos básicos à educação e saúde.

O relatório do PNUD para o desenvolvimento humano de 2011, cujo lema foi “*Sustentabilidade e equidade – Um futuro melhor para todos*” vem acima de tudo enfatizar que o crescimento impulsionado pelos combustíveis fósseis (Petróleo e seus derivados) não é um pré-requisito para uma vida melhor em termos de desenvolvimento humano, mas serão os investimentos que melhoram a equidade (por exemplo, o acesso a energias renováveis, água, saneamento, acessos básicos à educação e saúde), que podem promover a sustentabilidade e o desenvolvimento humano (PNUD, 2011). O petróleo é importante, na medida em que pode fornecer capital para um conjunto de investimentos que, de outra forma, numa economia de um país pobre, e onde as taxas de poupança são muito baixas, não seria possível realizar. Todavia, só por si, o dinheiro oriundo do petróleo nada permite, se não for devidamente enquadrado por adequadas políticas económicas e sociais que permitem tirar o melhor partido dos recursos disponibilizados por esta *commodity*.

***Porquê sustentabilidade e equidade?*** O IDH (índice de desenvolvimento humano) do relatório do PNUD de 2011, demonstra que há cada vez mais sinais de impacto devastadores no que se refere à sustentabilidade ambiental, e que a desigualdade de rendimentos também se agravou, ao passo que permanecem disparidades significativas em termos de saúde e educação.

Ficou assente que, existem alternativas à desigualdade e à insustentabilidade. Os investimentos que melhoram a equidade (por exemplo, no acesso a energias renováveis, água e saneamento e nos cuidados de saúde reprodutiva) podem promover a sustentabilidade e o desenvolvimento humano. A responsabilização mais sólida e processos democráticos podem melhorar os resultados. As abordagens bem sucedidas baseiam-se na gestão comunitária, em instituições amplamente inclusivas e na atenção aos grupos desfavorecidos. Para além dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, o mundo precisa de um quadro de desenvolvimento que reflecta a equidade e a sustentabilidade (PNUD,

2011).

O desenvolvimento humano é a ampliação das liberdades das pessoas para que tenham vidas longas, saudáveis e criativas, para que antecipem outras metas que tenham razões para valorizar e para que se envolvam activamente na definição equitativa e sustentável do desenvolvimento num planeta partilhado.

As pessoas são, ao mesmo tempo, os beneficiários e os impulsores do desenvolvimento humano, tanto individualmente como em grupos.

Angola é caracterizada por ser um país com um índice desenvolvimento humano “IDH” muito baixo, encontrando-se em 148º lugar (classificação do IDH – PNUD, 2011 para um conjunto de 187 países), apresenta uma média de escolaridade baixa “4ª classe”, em que a esperança de vida situa-se entre os 45-50 anos. Análises recentes mostram como os desequilíbrios de poder e as desigualdades de género ao nível nacional estão ligados à redução do acesso a água potável e saneamento melhorado, à degradação das terras e às doenças e mortes provocadas pela poluição do ar, amplificando os efeitos associados às disparidades do rendimento. As desigualdades de género também interagem com os resultados ambientais, agravando-os.

**Tabela 3: Angola – Classificação do IDH**

Classificação do IDH	EDUCAÇÃO							SAÚDE						
	Taxa de alfabetização de adultos (% idade a partir dos 15 anos)	Taxa bruta de escolarização			Recursos do ensino primário		Crianças de um ano não vacinadas contra		Mortalidade				Esperança de vida ajustada à saúde <sup>a</sup> (anos)	
		Primária (%)	Secundária (%)	Terciária (%)	Relação alunos-professor (alunos por professor)	Professores com formação para o ensino (%)	DTP (%)	Sarampo (%)	Menos de 5 anos (por 1.000 nados vivos)	Adultos (por 1.000 pessoas)		Prevalência de VIH (% idades 15-24)		
										Mulheres	Homens	Mulheres		Homens
2005-2010 <sup>b</sup>	2001-2010 <sup>b</sup>	2001-2010 <sup>b</sup>	2001-2010 <sup>b</sup>	2005-2010 <sup>b</sup>	2005-2010 <sup>b</sup>	2009	2009	2009	2009	2009	2009	2009	2009	
148 Angola	70,0	127,7	23,0	2,8	..	..	27	23	161	353	377	1,6	0,6	45

Fonte: PNUD, 2011

Com base nesta abordagem, pode-se concluir que, a melhor via para se alcançar o tão desejado desenvolvimento, e melhorar a classificação de Angola no IDH, será através da aposta na melhoria das infraestruturas, investimento na agricultura, energia, água, tecnologia, acessos a educação e saúde», só e só assim se poderá proporcionar um futuro melhor para Angola e para todos os Angolanos.

Neste trabalho de investigação, procuraremos contudo apurar de que maneira a política do governo no que diz respeito, a melhoria e aposta nas infraestruturas, a aposta em setores como a agricultura, pescas, educação e saúde, estão a afetar o desenvolvimento de Angola, bem como nível socioeconómico dos Angolanos.

## Capítulo 3

### **Modelo de Desenvolvimento Económico em Angola**

Neste capítulo, procurar-se-á estudar o modelo adoptado por Angola, para o seu desenvolvimento económico e melhoria social dos Angolanos, bem como compará-la com as principais teorias neoclássicas de crescimento económico.

#### **3.1 A Actual Estratégia de Desenvolvimento em Angola**

Após a independência várias companhias que operavam localmente abandonaram o país, deixando para trás as suas infraestruturas e funcionários. Por esta razão a Sonangol comprou as instalações da Texaco, Fina e da Shell e, fruto de um acordo, ficou com as da Mobil. No processo a Sonangol absorveu ainda os antigos trabalhadores de empresas petrolíferas que procuravam emprego (Sonangol, 2011).

A Sonangol ao longo de três décadas cresceu e tornou-se a empresa líder na distribuição de derivados do petróleo no país, contudo, tem expandido a sua atividade para além do seu core business (pesquisa, produção e exploração de petróleo), exercendo muitas das vezes o papel do estado na definição da política de arrecadação de receitas.

O prestígio da Sonangol nos mercados interno e internacional é fruto do seu bom relacionamento com as companhias petrolíferas que operam em Angola ou com interesses e investimentos no país.

*“As principais atividades da Sonangol abrangem a prospeção, pesquisa, desenvolvimento, comercialização, produção, transporte e refinação dos hidrocarbonetos e dos seus derivados e podem ser desempenhadas de forma autónoma ou em associação com outras empresas — nacionais ou estrangeiras. Para além disso a Sonangol assume integralmente o seu papel de empresa pública, cujas conquistas devem reverter diretamente a favor do desenvolvimento sustentado de Angola”<sup>8</sup>*

Com características de uma companhia de economia mista, a Sonangol expandiu as suas áreas de atividade e atualmente é uma empresa multinacional por mérito próprio.

Com sede na cidade de Luanda, a Sonangol orgulha-se de ser a única companhia que atua em todo o território nacional. A empresa tem também escritórios internacionais em:

Brazaville, Congo

---

<sup>8</sup> Fonte: [www.sonangol.co.ao](http://www.sonangol.co.ao)

Hong Kong, China

Houston, E.U.A.

Londres, Inglaterra e

Singapura

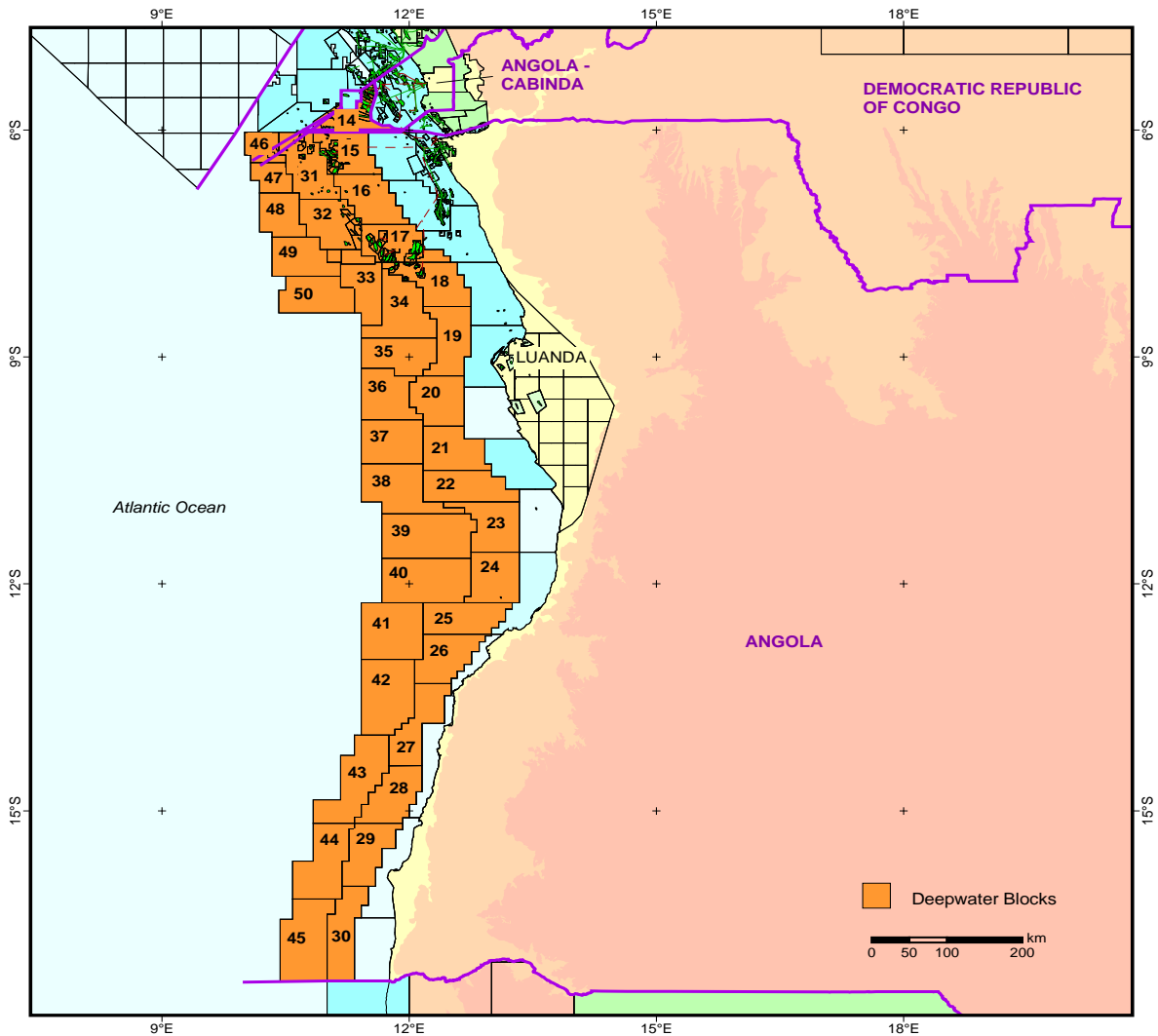
Atenta a novas oportunidades de negócios, a Sonangol cedo desenvolveu e criou parcerias para a implantação de unidades empresariais que contribuíssem para o desenvolvimento de Angola e para a sua própria expansão. Privilegiando os aspetos de gestão de recursos de hidrocarbonetos, preservação do meio ambiente e a segurança industrial a Sonangol elaborou um sistema empresarial em volta do petróleo do qual fazem parte mais de 30 subsidiárias e empresas afiliadas.

A produção petrolífera angolana começou em 1955. Vários pequenos campos terrestres produziram quantidades modestas de petróleo nos primeiros anos, mas foi só depois de 1968, quando o campo do Malongo (offshore de Cabinda) entrou em operação, que a produção angolana atingiu níveis significativos. Um grande impulso para a produção ocorreu em 1982 quando o campo gigante de Takula foi inaugurado (Wood Mackinsey, 2010).

Angola é hoje o segundo maior produtor de petróleo na África Sub-saariana depois da Nigéria. Estima-se que a produção continuará a aumentar ao longo dos próximos anos e deverá ultrapassar dois milhões de barris por dia (bpd) em 2008 (Sonangol, 2011).

Os projetos existentes em águas profundas e futuros projetos em desenvolvimento em águas de ultra-profundidade dos blocos 14, 15, 17, 18, 31 e 32, e na região de Cabinda, deverão vir a produzir volumes adicionais de petróleo e gás associado. Um plano de gestão do gás é, portanto, uma parte essencial dos novos desenvolvimentos previstos para a Sonangol. Todos estes desenvolvimentos de re-injectar o gás até que eles possam fornecer a Angola Gás Natural Liquefeito (GNL), que se espera em plena operação em 2013.

Figura 7: Mapa de Concessões petrolífera em Angola



Quota definida pela OPEP	1800 thousand b/d (2013)
Reservas Líquidas (Restantes)	12.66 billion barrels (1/1/2013)
Produção Líquida	1712 thousand b/d (2013)
Reservas Líquidas/Produção	19.8 years

Fonte: Wood Mackenzie, 2013

Por outro lado, o governo elaborou uma estratégia de combate à pobreza formulada para o período **2003-2015**, a qual pretende constituir o quadro de referência para a definição de estratégias, programas de governo e orçamentos setoriais na fase de recuperação pós-conflito, tendo por objetivo central a consolidação da paz e da unidade nacional através da melhoria sustentada das condições de vida dos angolanos mais carenciados e vulneráveis.

Esta estratégia estabelece como meta global a redução do nível de pobreza para metade até 2015, em alinhamento com os objetivos de desenvolvimento do milénio. Os objetivos

definidos na estratégia são operacionalizados em dez áreas de intervenção prioritária, conforme seguinte tabela:

Tabela 4: Estratégia de combate à pobreza em Angola Angola (2003-2015)

Estratégia combate pobreza 2003-2015	Objetivos específicos	Metas genéricas
<b>Reinserção Social</b>	Apoiar o regresso e a fixação dos deslocados internos, refugiados e desmobilizados para zonas de origem ou realojamento, integrando-os de forma sustentável na vida económica e social	Inserir na sociedade os atuais 3.8 milhões de deslocados, 450.000 refugiados e 160.783 desmobilizados de guerra e seus dependentes.
<b>Segurança e proteção</b>	Garantir as condições mínimas de segurança física do cidadão através da desminagem, do desarmamento e da garantia da lei e da ordem por todo o país.	Desativar as minas anti-pessoais e outros engenhos em todo o território nacional com potencial agrícola e próximos das zonas habitacionais.
<b>Segurança alimentar e desenvolvimento rural</b>	Minimizar o risco de fome, satisfazer as necessidades alimentares internas e relançar a economia rural como setor vital para o desenvolvimento sustentado	Aumentar de forma sustentável a produção agrícola interna para níveis que assegurem a segurança alimentar para toda a população.
<b>VIH/SIDA</b>	Controlar a proporção do VIH/SIDA e mitigar o impacto nas pessoas vivendo com o VIH/SIDA e suas famílias.	Assegurar o conhecimento do VIH/SIDA e das suas formas de transmissão.
<b>Educação</b>	Assegurar o acesso universal ao ensino primário, eliminar o analfabetismo e criar as condições para a proteção e integração de adolescentes, jovens e pessoas com necessidades educativas especiais,	Garantir o acesso à escolaridade obrigatória a todas as crianças até 2015. Erradicar o analfabetismo dos adultos até 2015.

	garantindo sempre a equidade de género.	
<b>Saúde</b>	Melhorar o estado de saúde da população, em especial através do aumento do acesso a cuidados primários de saúde de qualidade e do controlo da propagação do VIH/SIDA.	Assegurar a cobertura universal de vacinações contra as principais doenças infantis (Sarampo, Pólio, etc...). Reduzir a taxa de mortalidade de menores de cinco anos em 75% até 2015. Reduzir a taxa de mortalidade materna em mais de 75% até 2015.
<b>Infraestruturas básicas</b>	Reconstruir, reabilitar e expandir as infraestruturas básicas para o desenvolvimento económico, social e humano.	<p>Reabilitar e fazer trabalhos de manutenção periódica na rede nacional de estradas, que permitam a circulação (15.500 Km)</p> <p>Melhoria operacional dos caminhos-de-ferro, através da implementação do programa de reabilitação dos caminhos de ferros de Angola</p> <p>Aumentar o acesso à água potável para 76% nas áreas urbanas e 48% nas áreas rurais</p> <p>Aumentar o acesso ao sistemas de saneamento para 79% nas áreas urbanas e 32% nas áreas rurais</p> <p>Aumentar a proporção de agregados familiares com energia elétrica em casa para 25%</p> <p>Disponibilizar habitação social para as famílias vivendo em situações mais precárias (11.500 famílias em Luanda e 17.000 nas províncias)</p>

<b>Emprego &amp; formação profissional</b>	Valorizar o capital humano nacional, promover o acesso ao emprego e auto emprego e dinamizar o mercado de trabalho garantindo a proteção dos direitos dos trabalhadores.	Meta genérica não especificada
<b>Governança</b>	Consolidar o Estado de Direito, tornar mais eficiente a prestação da administração pública, aproximando-se mais do cidadão, e das suas necessidades, e assegurar a transparência e responsabilização na formulação de políticas e na gestão dos recursos públicos.	Assegurar o registo de nascimento e a emissão do bilhete de identidade a todo o cidadão até 2015
<b>Gestão Macroeconómica</b>	Criar um ambiente de estabilidade macroeconómica que evite desequilíbrios nos mercados (prejudiciais para os mais pobres) e estimule o crescimento económico assegurando uma redução sustentável da pobreza.	Reduzir e estabilizar a taxa de inflação média anual em torno dos 10%.

Fonte: Ministério do Planeamento de Angola (2006)

No presente trabalho de investigação, procurar-se-á apurar de que maneira as metas traçadas pelo governo, no que diz respeito a redução da pobreza, melhoria e cuidados de saúde básica para os Angolanos, aposta na educação com a formação de quadros, e melhoria das atuais infraestruturas, estão a afetar o desenvolvimento de Angola, bem como nível socioeconómico dos Angolanos.

### 3.2 A Estratégia Corporativa da Sonangol

Com a independência de Angola em 11 de Novembro de 1975, o país teve a necessidade de se impor em matéria de exploração dos seus recursos naturais. A referida independência ocorre em um momento muito importante para o setor da indústria petroquímica, na medida em que tinha lugar mais um choque petrolífero a nível internacional.

A Sonangol foi criada em 1976, a partir da nacionalização da Angol, conforme consubstanciado no decreto-lei nº 52/76. A Sonangol U.E.E (Unidade Empresarial Estatal) foi apresentada como sendo uma empresa estatal vocacionada para gerir a exploração dos recursos de hidrocarbonetos em Angola. No entanto apesar de ter como único acionista o estado angolano, desde sempre a Sonangol é gerida como se fosse uma empresa privada, sob padrões de desempenho rígidos, de modo a assegurar total eficiência e produtividade nas atividades desenvolvidas.

Neste contexto, a Sonangol trabalha para se tornar uma referência no mercado internacional e, em particular, no mercado africano, procurando cumprir a dupla tarefa de se realizar como empresa integrada e competitiva e, simultaneamente, atuar como força transformadora de Angola. Com esse objetivo, concretiza pressupostos fundamentais de uma empresa inserida na economia de mercado, como o investimento em tecnologia, a orientação para o cliente e uma conduta estritamente ética, envolvida nas comunidades em que atua de forma responsável em relação à saúde, à segurança e ao meio-ambiente.

Concentrada nesta visão, a Sonangol orienta-se para:

- ✓ A diversificação das suas atividades, de forma a diminuir a dependência em relação às oscilações do preço do petróleo;
- ✓ O desenvolvimento da refinação, da comercialização de petróleo e da distribuição de derivados como negócios competitivos;
- ✓ A criação do negócio de GNL (Gás Natural Liquefeito) e o desenvolvimento do negócio de produtos petroquímicos; e
- ✓ A geração de opções para o reposicionamento das áreas de suporte ao negócio da Sonangol.

A estratégia da Sonangol pode assim ser resumida do seguinte modo:

Figura 8: Estratégia da Sonangol



Fonte: Sonangol, 2011

O objeto social da Sonangol consubstancia-se no seguinte:

- ✓ A Sonangol tem por objeto principal a prospecção, pesquisa, desenvolvimento, produção, transporte, comercialização, refinação e transformação de hidrocarbonetos líquidos e gasosos e seus derivados, incluindo atividades de petroquímica.
- ✓ A Sonangol, pode, ainda, dedicar-se directa ou indirectamente a atividades complementares ou acessórias ao seu objeto social ou quaisquer outras atividades industriais ou comerciais, por decisão o seu Conselho de Administração, sem prejuízo do que estiver especialmente previsto na lei.
- ✓ A Sonangol pode, na prossecução do seu objeto social, constituir novas empresas e adquirir a totalidade ou parte do capital de empresas constituídas ou a constituir e sempre que detenha a totalidade ou a maioria do capital votante de

tais empresas, estabelecerá a coordenação, direção económica, financeira e o desenvolvimento empresarial.

- ✓ A Sonangol, pode, nos termos da legislação aplicável, estabelecer com entidades nacionais e/ou estrangeiras, as formas de associação e cooperação que mais convenham à realização do seu objeto social.
- ✓ Na constituição de empresas e associações, a Sonangol observará os princípios da especialidade e da integração vertical, devendo as empresas assim constituídas manter a sua personalidade jurídica.

Os principais objetivos estratégicos da Sonangol para os próximos sete anos são os seguintes:

- Posicionar-se mundialmente como uma das principais empresas petrolíferas e,
- Maximizar as suas receitas para promoção do desenvolvimento em Angola.

Para cumprimento dos objetivos a empresa tem vindo a implementar, desde 2003, um vasto programa de investimento que visa dinamizar, a longo prazo, o setor de exploração e produção e, a curto prazo, as atividades de refinação e produção de petroquímicos (Sonangol, 2011).

### 3.3 A Sonangol e os Projectos Estratégicos

O investimento nas áreas de E&P (Exploração e Produção) visa aumentar a produção para satisfazer a procura, aumentando significativamente a produção de crude em Angola de 1.7 milhões de bpd (barris por dia) atuais para 2 milhões bpd em 2012 (Sonangol, 2011).

Figura 9: Plataforma Benguela-Belize Lobito Tomboco em Angola



Fonte: Sonangol, 2011

A Sonangol pode ainda ser considerada como uma companhia principiante, como operadora, mas as diversas parcerias com as principais companhias do ramo petrolífero a nível mundial têm fornecido a experiência e troca de conhecimentos necessários para que a Sonangol tenha vindo a assumir projetos mais ambiciosos. Nesta altura a Sonangol já é uma referência em Africa no que concerne à exploração de hidrocarbonetos.

Em termos históricos, a pesquisa e exploração petrolífera em Angola pode ser reportada a 1962, ano em que foi efectuado o primeiro levantamento sísmico do offshore de Cabinda pela Cabinda Gulf Oil Company (CABGOC) e em Setembro deste ano surgiu a primeira descoberta. Em 1973 o petróleo tornou-se na principal matéria de exportação. Em 1974 a produção chegou aos 172.000 bdp, o máximo do período colonial. Em 1976 a produção

total rondava os 100.000 bbl/d<sup>9</sup> e era proveniente de três áreas:

- *Offshore* de Cabinda
- *Offshore* do Kwanza
- *Onshore* do Congo

Durante o período 1952-1976, foram realizados 30.500 km de levantamentos sísmicos, perfurados 368 poços de prospecção e pesquisa e 302 poços de desenvolvimento. Nesta fase foram descobertos um total de 23 campos, dos quais três na faixa atlântica.

Com estes grandes níveis de prospecção, a Sonangol já se afirmava como uma das maiores empresas de exploração de hidrocarbonetos a nível africano. Com o passar dos anos e a cada vez mais “gritante” necessidade mundial por petróleo e os seus derivados, a Sonangol passou a utilizar diversas formas de se internacionalizar, estabelecendo parcerias com outras empresas.

Este processo permitiu que a Sonangol se associasse a TotalFina ELF, que inaugurou em Dezembro de 2001 a maior plataforma petrolífera flutuante do mundo, no campo Girassol, em pleno *offshore* Angolano. Com 300 metros de comprimento e 60 de largura, a instalação extrai 200 mil barris por dia de uma profundidade de 1365 metros (Janus, 2004)

De operadora em águas pouco profundas (no Bloco 3) a Sonangol começou, desde 2003, a operar também em águas ultraprofundas (no Bloco 34) de modo a aumentar a sua produção de 12.000 bpd para 200.000 bpd em 2009. Esta meta de bpd virá maioritariamente de concessões em Angola, mas também da arena internacional.

Para ter capacidade de resposta à procura interna a Sonangol, em parceria com as empresas operadoras em Angola, está a construir uma nova refinaria (a Sonaref) e uma fábrica de produção de gás natural liquefeito (GNL).

A Sonaref é um projeto estimado em 3,75 Mil Milhões de dólares e está a ser construída na cidade do Lobito, província de Benguela. O principal objetivo deste projeto é diminuir a exportação de matéria-prima e complementar a produção da refinaria de Luanda. Quando estiver a produzir, a Sonaref terá capacidade para satisfazer a procura nacional e pelo menos 50% da sua produção será destinada ao mercado externo (Sonangol, 2011).

---

<sup>9</sup> As siglas bdp (barril de petróleo) ou bbl/d (barril/dia), são unidades largamente usadas na indústria petrolífera, que servem para medir o volume de petróleo produzido. 1 bbl/d equivale à 150 litros de petróleo.

O projeto ALNG (Angola Gás Natural Liquefeito; do inglês Angola's Liquefied Natural Gas) surgiu da necessidade da Sonangol ter uma fábrica de produção de petroquímicos e também de terminar com a queima de gás resultante da exploração petrolífera. Orçada em 3 Mil Milhões de dólares, a fábrica está localizada no Soyo, província do Zaire, deverá entrar em pleno funcionamento em 2013.

Este projeto é resultado de uma parceria entre a Sonangol (36.4%), Chevron (36.4%), BP e Total (as duas últimas com 13.6%).

Por outro lado, a Sonangol é membro da OPEP desde Janeiro de 2007, organização cujos objetivos são (Sonangol, 2011):

- Aumentar a receita dos países membros, com o objetivo de promover o desenvolvimento
- Assegurar um aumento gradual do controlo sobre a produção de petróleo, ocupando o espaço das multinacionais
- Unificar as políticas de produção.




### 3.4 Comparação entre a estratégia seguida por Angola e os ensinamentos dos modelos de crescimento económico

A matriz comparativa, tem como objetivo, apurar se os diversos modelos para o desenvolvimento económico, cumprem ou não os objetivos estratégicos.

Tabela 5: Matriz Comparativa dos diversos modelos de desenvolvimento económico.<sup>10</sup>

Modelos de Crescimento Económico	Bem Estar Social	Baixa Taxa de Desemprego	Alta Taxa de Natalidade	Nível Investimento Estrangeiro	Dívida Pública
Crescimento económico em Angola “ <b>Sonangol e o Petróleo</b> ”					
Crescimento económico baseado na “ <b>Poupança</b> ”					
Crescimento económico baseado na “ <b>Procura Agregada</b> ”					
Crescimento económico baseado no “ <b>Progresso Técnico</b> ”					
Crescimento económico baseado no “ <b>Investimento em capital e trabalho</b> ”					

Fonte: Elaboração própria

-  Não cumpre os objetivos estratégicos
-  Cumpre os objetivos estratégicos mas com algumas falhas
-  Cumpre claramente os objetivos estratégicos

Parece incontestável que o petróleo angolano não beneficiou, até este momento, a generalidade da população, em particular os cerca de 70% de pobres (Alves da Rocha,

<sup>10</sup> O autor optou por elaborar uma matriz comparativa onde se poderá evidenciar os diversos modelos para o desenvolvimento económico, bem como se cumprem ou não os diversos objetivos estratégicos.

2006:18).

Aparentemente dir-se-ia que Angola, por intermédio da Sonangol e da estratégia de desenvolvimento que tem vindo a seguir, não tem conseguido aproveitar as altas do preço do Petróleo, e da produção, no sentido da melhoria do bem-estar nacional e do progresso económico. Parece-nos evidente uma correlação negativa entre riquezas naturais - em especial o petróleo - desenvolvimento social e melhoria na distribuição dos rendimentos. O desmentido desta conexão costuma ser feito em relação a países que, não dispendo de recursos naturais em abundância (ex. Moçambique, Cabo-verde e São-Tomé; países africanos caracterizados por viverem maioritariamente da riqueza do turismo), no entanto lograram índices destacados e importantes de crescimento e desenvolvimento.

«The government of Angola argues that in the past, “political and military conflicts in the region, resulting from a cold war, made it impossible for its sources of energy to be used for causes such as poverty alleviation and the eradication of imbalances”, others claim that massive corruption also lies behind “missing oil revenue” (Shankleman, 2006:103).

Segundo Guerra (1991:13), Angola tem as características dos países menos avançados (ou em vias de desenvolvimento), que fundamentalmente são:

- Toda a atividade económica depende da atividade da produtora de matérias-primas destinadas a exploração;
- Para se processar esta atividade de matérias-primas, é necessário importar capitais e material pesado dos países industrializados, isto é, dos mesmos países para os quais exportam as matérias-primas;
- Os lucros gerados pelo capital vindo de fora são exportados e não regressam mais aos territórios onde são gerados;
- Existe um setor (cuja maquinaria é também importada) que produz essencialmente os bens de consumo mais necessários à manutenção dos assalariados e patrões envolvidos na atividade económica (alimentos, roupas, alojamentos, etc.) e os bens de equipamento mais simples e de desgaste rápido (baterias, pneus, alguns materiais de construção, etc.) – é o setor de construção para o mercado interno;
- Ao lado destes três setores da atividade económica – setor de produção de

matérias-primas para exportação (a), setor de importação de capitais, de material pesado e bens de equipamento (b) e setor de produção de bens de consumo e alguns equipamentos para as necessidades mais imediatas do mercado interno (c), existe um vasto setor de pessoas que vivem em geral da agricultura, pastoreio de animais e artesanato, com nível técnico de produção baixíssimo e que produzem em grande parte para autoconsumo – é em regra o chamado «**setor tradicional**» (d);

- Para disciplinar e articular estes quatro setores da atividade económica, são necessárias estruturas administrativas, jurídicas, e o Estado, a polícia, os tribunais, etc.; são necessárias infraestruturas para a circulação e distribuição dos produtos, tais como portos, caminhos-de-ferro, estradas, etc.; são necessárias outras atividades tais como hotelaria, casas de diversão, comércio, etc. – isto é, é necessário um quinto setor de atividade económica, um «**setor terciário**» que é, em geral, muito dispendioso para os países do terceiro mundo e cuja inevitável existência limita bastante os lucros auferidos (e exportados) pelos capitais vindo do exterior.

Em suma, todos estes fatores, constituem condição fundamental para que a causa social e o desenvolvimento em Angola caminhem, por vezes em posições opostas, muito por causa de:

- Má distribuição do rendimento nacional, pelo que a maioria dos habitantes não tem um nível de vida adequado (deficiente acesso aos bens básicos, como a energia elétrica, água, saúde e educação.)
- Poucas infraestruturas económicas e sociais: escasseiam as vias de comunicação (estradas, portos, aeródromos), os meios de transporte (comboios, camionetas), as fontes de energia (centrais elétricas), os fornecimentos de água, as escolas, os hospitais;
- Pouco pessoal qualificado;
- Desemprego crescente;
- Analfabetismo, natalidade baixa, subalimentação elevada, etc.

### 3.5 Proposta de Modelo de Crescimento e Desenvolvimento Económico

Em nosso entender, será provável que a Sonangol possa contribuir mais eficazmente para o desenvolvimento do país, desde que esta se concentre mais no seu *core business*, entendido como a “Pesquisa, produção e exploração de Petróleo”. Desta forma a empresa pode centrar-se na maximização de receitas que permitam ao estado de Angola obter mais fundos, críticos para os investimentos a aplicar para o seu desenvolvimento. Todavia, estes investimentos devem ser cada vez mais justificados por políticas sustentáveis no sentido do desenvolvimento económico e social do país, um desenvolvimento que deve promover, assim, a redução da dependência de Angola das receitas do petróleo, aumentando a base fiscal de sustentação do Estado social e económico de Angola.

É facto reconhecido que as atividades realizadas pela Sonangol em nome do governo criam problemas administrativos e operacionais para a empresa. Se estes forem abandonados e a Sonangol focar-se exclusivamente no seu *core business*, a empresa poderia contribuir ainda mais para o desenvolvimento do país.

Alguns exemplos de áreas onde o aumento da intervenção da Sonangol poderia fazer a diferença incluem:

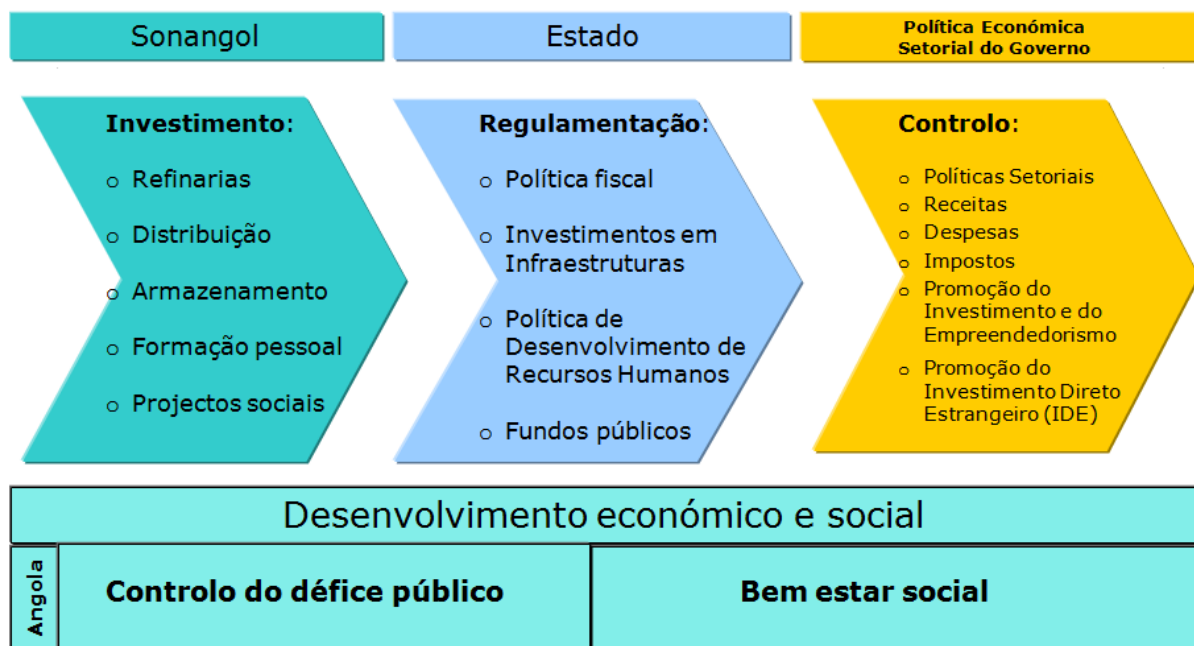
- ✓ Investimento para aumentar a capacidade de armazenamento de combustível;
- ✓ Investimento para melhorar a distribuição de combustíveis para o interior do país;
- ✓ Formação e treino da força de trabalho angolana;
- ✓ Investimentos em projetos sociais.
- ✓ Investimento em projetos ligados a energias renováveis, potenciadores do próprio desenvolvimento local, e das atividades agrícolas do país.

A proposta do novo modelo de crescimento a adotar por Angola, resultaria de uma combinação entre o modelo baseado na **especialização** e o modelo baseado **no investimento e poupança** – em que a Sonangol procuraria especializar-se e concentrar-se mais nas suas atividades-chave e, contudo, captar investimento para aplicar nos seus ramos de atuação, promovendo assim a obtenção de ganhos e poupanças significativas fundamentais para a causa social, que não se deveria inserir no seu *core business* mas no âmbito das políticas governamentais.

Outro aspeto importante, seria o denominado **Desenvolvimento da Consciência**<sup>11</sup>. Quer a Noruega, quer a Nigéria, têm muito petróleo. O desafio de Angola nos próximos 20 anos é usar o petróleo para aproximar-se da Noruega e afastar-se da Nigéria no índice de desenvolvimento humano (Velho, 2008:9).

Para que este desenvolvimento possa ocorrer será crucial, todavia, o desenvolvimento de uma maior separação de poderes e atribuições, entre a entidade **Sonangol** e o próprio **Estado angolano**, em que os objetivos estratégicos do Estado como, a arrecadação de impostos, através das atividades parafiscais, investimentos em fundos públicos, e a própria regulamentação do setor petrolífero, deixassem de ser administrados pela Sonangol, e passassem a ser regidos pela máquina fiscal de Angola (p.e., a Direção-geral de impostos, o Ministério do Planeamento, ou o próprio Ministério dos Petróleos, instituições criadas para os respectivos efeitos).

Figura 10: Proposta de novo modelo estratégico para o desenvolvimento de Angola



Fonte: Elaboração própria

Assim, entende-se que o desenvolvimento futuro de Angola, deverá assentar em quatro pilares fundamentais - Desenvolvimento das **infraestruturas**, desenvolvimento das **instituições**, desenvolvimento das **consciências**, e desenvolvimento da **cultura**.

<sup>11</sup> Desenvolvimento da consciência, segundo Ken Wilber (1990), abrange todo um espectro, que vai do subconsciente ao autoconsciente, incluem o corpo, a mente, e o espírito; portanto a vontade política em implementar estratégias efectivas para o desenvolvimento de Angola.

Um país só se desenvolve integralmente se evoluir simultaneamente nas infraestruturas que suportam a vida das pessoas, nas instituições que gerem a sociedade, na consciência individual dos seus cidadãos, e na cultura nacional do seu povo.

A aceleração quer do crescimento, quer do progresso científico e tecnológico, tem caracterizado a evolução mundial nos últimos dois séculos, os quais têm sido também tempos de crescimento económico de amplitude sem precedente na história humana (Murteira, 1990).

Para que Angola se modernize e seja competitiva, é importante que acompanhe as novas tendências de desenvolvimento económico, ou seja, que se foque também no progresso tecnológico e científico.

Por último, um aspeto também importante no desenvolvimento e definição da estratégia, é o **poder político**. O Estado é um agente decisório, um ator que emana a nação mas que também impregna a própria nação inteira sob todos os aspetos, é ele, em «cumplicidade» com ela, em luta-cooperação com as suas partes constituintes e os seus indivíduos, e ajuda a compreender a força de uma citação pertinente. O poder político e o estado devem, acima de tudo, zelar pelos interesses do país e a salvaguarda da dignidade das pessoas (Perroux, 1981:251).

## Capítulo 4

### Metodos/Metodologias

#### 4.1 Tipo de Investigação

O desenho da investigação é aqui definido partindo dos elementos básicos definidos por Sekaran (2003):

**Em termos do tipo e objetivo de estudo, considera-se que o** propósito da investigação depende do estágio de desenvolvimento em que o conhecimento sobre um determinado tópico se encontra. Para o estudo do tema “*Sonangol, O Petróleo e a Estratégia de Desenvolvimento económico em Angola*”, conforme o estágio de desenvolvimento do conhecimento, optou-se por realizar verificação de hipóteses, procurando-se testar as variáveis definidas. Deste modo, o propósito da investigação é de natureza exploratória, pois tentar-se-á explorar as variáveis selecionadas e, a partir delas procurar-se-á tirar conclusões acerca da estratégia adotada pelo país para o seu desenvolvimento e dos seus respetivos impactos.

**Tipo de investigação** – O estudo adotado para este trabalho de investigação, é causal, considerando o objetivo primordial de se estudar a estratégia adotada por Angola com vista ao seu desenvolvimento económico e social, e o efeito que poderá representar nessa estratégia, para a economia de Angola, o resultado da variação do preço do Petróleo nos mercados internacionais. Considera-se a existência de uma variação causal quando uma variação da variável explicativa produz uma variação na variável dependente. Deste modo, podemos afirmar que o presente trabalho está inserido no tipo de investigação causal, pois permitirá analisar o efeito de uma variável – o preço do Petróleo – sobre outras duas: aumento do PIB e redução da dívida do estado.

**Grau de interferência do investigador** – Neste projeto “*Sonangol, O Petróleo e a Estratégia de Desenvolvimento económico em Angola*” pretende-se analisar a estratégia definida por Angola, através da atuação e do impacto intermédio da Sonangol, e outras condicionantes, no desenvolvimento económico de Angola. Para esse efeito, o presente trabalho de investigação recorrerá a uma estratégia didática que consistirá na recolha e análise dos dados considerados mais relevantes, de modo a encontrar a melhor solução para fundamentar a estratégia adotada.

Raymond Quivy (1998) refere que num trabalho de investigação, é importante salientar a importância que o investigador deve dar à definição do problema e aos objetivos que se predispõe a cumprir, ou seja, a clareza e a exequibilidade de fundamentos constituem serão duas das principais linhas a seguir; conforme se procurará demonstrar ao longo do desenvolvimento do tema.

Também se procurará estabelecer o relacionamento de causa/efeito, em que se irá manipular determinadas variáveis para verificar o comportamento de todos os elementos que participam no estudo, e poder avaliar a sua influência na estratégia.

#### **4.2 Construção do Modelo de Análise**

O modelo teórico-concetual *“Is the foundation on which the entire research project is based. It is a logically developed, described, and elaborated network of associations among the variables deemed relevant to the problem situation and identified through such processes as interviews, observations, and literature survey. Experience and intuition also guide in developing the theoretical framework”* (Sekaran, 2003:69).

São cinco os elementos base identificados neste modelo teórico:

1. As variáveis que são consideradas relevantes para o estudo são identificadas de uma forma clara e objetiva;
2. As discussões mostram como duas ou mais variáveis estão relacionadas com uma terceira. Isto permite evidenciar a importância das relações entre variáveis e a forma como são teorizadas;
3. Se a natureza e direção das relações pode ser teorizada com base em investigações anteriores, então existe uma indicação nas discussões que determine se as relações entre as variáveis são positivas ou negativas;
4. Há uma explicação clara sobre o porquê que essas relações existam. Os argumentos para tal podem ser baseados em investigações anteriores cujas conclusões nos levem a pensar assim;
5. Um diagrama esquemático do modelo teórico-concetual será abaixo apresentado para que se possa mais facilmente compreender as relações teorizadas.

### 4.3 Variáveis em estudo

De acordo com o acima referido, são as seguintes as variáveis dependentes e independentes:

Tabela 6: Relação entre variáveis do modelo escolhido

Variáveis independentes	Variáveis dependente
<b>Cotação Petróleo nos mercados internacionais</b>	Receitas do estado/Dívida Pública
<b>Novos Campos Petrólíferos</b>	Saldo Balança Comercial (Export/Import)
<b>Produtos Alternativos</b>	PIB – Produto Interno Bruto

Fonte: Elaboração própria

Neste sentido, o desenvolvimento económico de Angola, ficará dependente das condicionantes externas, dada a forte exposição ao mercado e a dependência do Petróleo, a sua cotação no mercado internacional, e da descoberta de novos campos petrolíferos, e novos produtos alternativos ao Petróleo, com vista ao bem-estar social e melhoria de vida dos Angolanos.

#### **Operacionalização dos elementos da dimensão:**

Após uma subida dos preços do Petróleo conseguirá Angola arrecadar mais receitas? E, traduzir-se-ão essas receitas num maior e mais sustentável nível de desenvolvimento económico para Angola?

Se forem descobertos novos campos Petrolíferos, conseguirá Angola produzir mais e, conseqüentemente, aumentar as suas exportações? Essas receitas serão importantes para o desenvolvimento económico e social do país?

Se surgirem novos produtos alternativos ao Petróleo, conseguirá Angola reduzir a dependência do Petróleo e traduzir-se-á isso num maior nível de arrecadação de receitas para o Estado?

O mapa da definição operacional do projeto “*Sonangol, O Petróleo e a estratégia de desenvolvimento em Angola*” – poderá, assim, ser apresentado conforme quadro abaixo:

Tabela 7: Mapa de Definição Operacional do modelo teórico escolhido

Variáveis	Dimensão	Elementos em estudo	
Cotação Crude no mercado internacional	Desenvolvimento Económico	Productos Interno Bruto “PIB”	
		Política de Exportações	
		Dívida Pública	
	Auto-Suficiência Económica e Financeira	Rendimento <i>Per Capita</i>	
		Taxa Inflação	
		Taxa Desemprego	
	Bem-Estar Social	IDH – Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD)	
	Descoberta de Novos Campos Petróliferos	Desenvolvimento Económico	Aumento Quotas Produção
			Política de Exportação
Novos Produtos Alternativos (GNL)	Desenvolvimento Económico	Aumento das exportações	
		Regulamentação da Atividade	
		Controlo da Atividade	
	Auto-Suficiência Económica e Financeira	Controlo Divida Pública	
		Redução Desemprego	
	Bem-Estar Social	IDH – Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD)	

Fonte: Elaboração própria

#### 4.4 Hipóteses de Investigação

Após o enquadramento teórico-conceitual e a identificação das variáveis que se consideraram mais relevantes para o estudo a realizar, consideram-se reunidas as condições para analisar as relações que existem entre as diferentes variáveis. Assim, procurar-se-á desenvolver as hipóteses de trabalho com base em objetivos de estudo predefinidos.

**Objetivo 1** – Avaliar a influência do preço do Petróleo no Produto Interno Bruto (PIB) de Angola, e o respetivo impacto no nível de Dívida Pública de Angola.

**Hipótese 1** – Existe uma correlação entre a cotação do Crude nos mercados internacionais e o produto interno bruto (PIB) do Estado Angolano, com reflexo nos níveis de dívida pública de Angola.

Variáveis independentes – Cotação Petróleo Mercado Internacional

Variáveis dependentes – PIB e Diminuição da Dívida Pública

**Objetivo 2** – Apurar o impacto da descoberta de novos campos Petrólíferos na geração de emprego e melhoria das condições sociais.

**Hipótese 2** – Existe uma correlação entre a descoberta de novos campos Petrólíferos e a geração de emprego e melhoria das condições sociais dos Angolanos.

Variáveis independentes – Descoberta de novos Campos petrolíferos

Variáveis dependentes – Maior/Menor *deficit* da Balança Comercial/Emprego/Nível de Vida/Pobreza

**Objetivo 3** – Determinar a correlação existente entre a descoberta de Gás Natural Liquefeito (GNL), como fator gerador de mais receitas do estado Angolano.

**Hipótese 3** – Existe uma correlação entre a descoberta de Gás natural liquefeito (GNL) e a diversificação da economia angolana, no sentido da redução da dependência do petróleo.

Variáveis independentes – Produtos Alternativos (GNL)

Variáveis dependentes – Maior/Menor PIB

#### 4.5 Benefícios da metodologia escolhida

O método escolhido demonstra-se bastante útil, porque permitiu realizar o presente

trabalho de investigação com maior clareza e exactidão, de modo a poder dar resposta à principal questão de investigação. O cálculo de conceitos intangíveis é possível pela técnica de quebrar conceitos abstractos em reacções comportamentais visíveis, ou seja, a oscilação do preço do petróleo no mercado pode revelar uma característica abstracta, já o estudo dessa interpretação é chamado de operacionalização dos conceitos (Sekaran, 2003).

Para uma correcta avaliação foi preciso em primeiro plano definir este conceito com o propósito de averiguar as características comportamentais que o descrevem e assim poder desenvolver questões e perguntas capazes de revelá-lo perceptível e mensurável.

#### **4.6 Limitações da Metodologia escolhida**

Em Angola existem imensas dificuldades em se obter os elementos necessários para a elaboração do trabalho de investigação, nomeadamente, os documentos que permitam aferir que a estratégia de desenvolvimento económico e social traçada por Angola, está extremamente dependente da estratégia de arrecadação de receitas por intermédio da Sonangol.

Existe um certo ceticismo por parte das entidades governamentais, em poderem conceder os respectivos documentos. Toda a documentação oficial fornecida foi a que foi divulgada publicamente no *website* do Ministério das Finanças de Angola, nomeadamente os Orçamentos de Estado, principais fontes de arrecadação de receitas, políticas a seguir por intermédio da Sonangol, e publicações do Banco Nacional de Angola.

Para além dos elementos avulsos que foi possível obter do Governo e entidades oficiais de Angola, foi também possível o acesso, a relatórios de entidades independentes, como:

- FMI: Fundo monetário Internacional
- World Bank
- KPMG
- The Economist
- OPEP, e ainda o recurso a,
- Diversos artigos (Jornais e Revistas da especialidade)



Estas constituem fontes de informação secundárias que, na falta de informação primária, ajudam a compreender melhor o problema em estudo e permitem reforçar a compreensão das variáveis e da sua interrelação, conforme os pressupostos do modelo teórico escolhido.

## Capítulo 5

### Resultados do Estudo/Análises

Neste capítulo, procurar-se-á testar as hipóteses de investigação, de modo a poder apurar a dependência de Angola no petróleo, e sua influência no desenvolvimento económico, definição de estratégia e melhoria do bem-estar social dos Angolanos. Procurar-se-á ainda dar resposta a questão chave de investigação - *“Conseguirá Angola por intermédio da Sonangol reduzir a dívida pública de forma sustentada?”*

#### 5.1 Desenvolvimento Económico em Angola

O Crescimento económico ainda não teve um impacto significativo sobre a pobreza e o desemprego dos jovens, que permanecem questões críticas no país. Com cerca de 46% da população constituída por menores de 18 anos, estima-se que a população de Angola cresça dos atuais 19 milhões para 24,5 milhões em 2020, De acordo com o World Bank (2011), Angola vai enfrentar em breve importantes desafios demográficos.

Tabela 8: Indicadores Macroeconómicos de Angola

<i>Macroeconomic Indicators</i>	2009	2010	2011
<i>Real GDP growth</i>	2.4%	3.4%	7.5%
<i>CPI Inflation</i>	13.7%	14.7%	11.7%
<i>Budget balance % GDP</i>	-8.6%	7.3%	6.7%
<i>Current account % GDP</i>	-10%	1%	-3.8%

Fonte: World Bank, 2011

De acordo com recentes estimativas do programa das Nações Unidas para o desenvolvimento, 54% da população vive com menos de USD 1,25 por dia e o coeficiente de Gini, que mede a desigualdade da receita, é de 0,59 (característico de países com fortes desigualdades). Além disso, segundo dados oficiais (Inquérito Integrado Sobre o Bem Estar da População - IBEP), a proporção da população rural que vive abaixo da linha de pobreza nacional é de 58% contra 19% em áreas urbanas áreas.

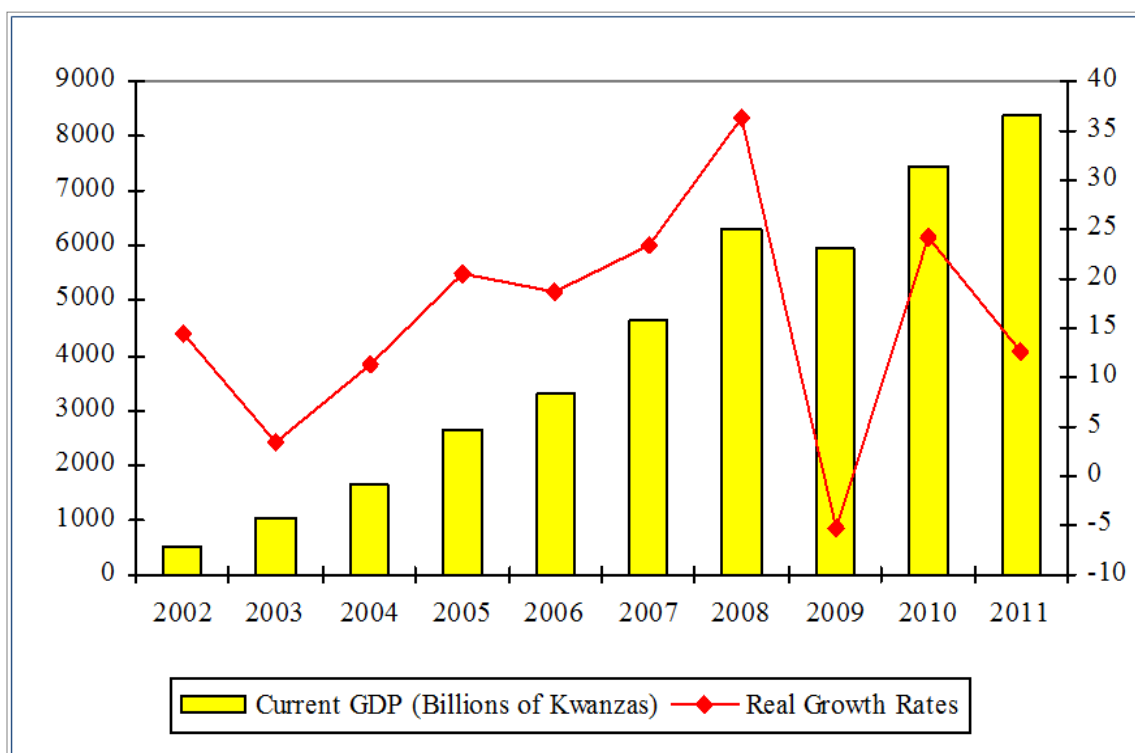
O Ranking de Angola no Índice de Desenvolvimento Humano deteriorou-se em 2010 (146 no ranking geral contra 143 em 2009). Também a expectativa de vida da sua população

continua a ser baixa, estimando-se atualmente nos 48,1 anos.

Um censo nacional está a ser desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estatística, o primeiro desde 1970, e só deverá ficar concluído em 2014. Este Censo deverá melhorar bastante os dados existentes sobre o país, permitindo uma visão mais concreta da realidade presente de Angola e uma melhor estimativa dos desafios populacionais que se irão colocar ao país num futuro próximo.

Estimativas do Banco Mundial (2012), apontam que no final de 2013 a despesa social deverá ser superior a 30% do total do orçamento, prevendo-se que sejam distribuídas da seguinte forma: 8% na Educação, 3,8% em Saúde, 12,8% na Proteção Social, 1,3% em Cultura, 4,9% para a Habitação e Desenvolvimento Comunitário, e 0,8% no domínio da Proteção Ambiental. No entanto, a incerteza permanece em relação a estas dotações orçamentais. Em particular, 9% do orçamento serão destinados a rubricas "não especificadas" dos serviços de proteção social, alertando a especulação que as análises técnicas subjacentes a essas atribuições podem não ser precisas.

Figura 11: Crescimento Económico em Angola (Mil Milhões de Kwanzas)



Fonte: WorldBank, 2011

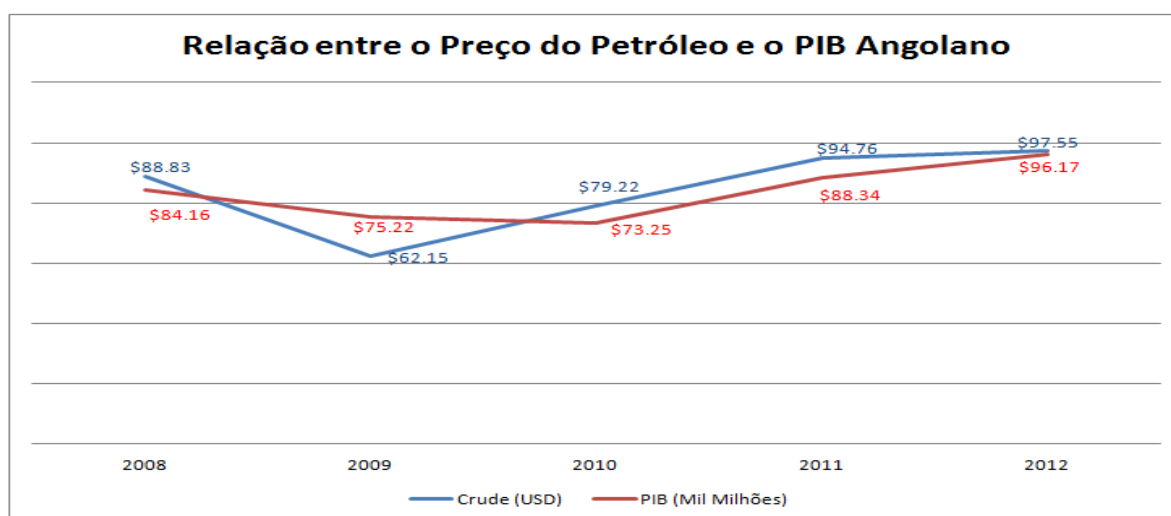
A Economia de Angola é largamente dependente do setor petrolífero que foi duramente atingido pelo colapso da procura e, conseqüentemente, dos respetivos preços do petróleo em 2009. Em 2008, ano em que o PIB cresceu 13,3%, e durante vários anos consecutivos até aí, Angola foi uma das economias que mais cresceu no mundo. Todavia, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de Angola foi de 3,4% em 2010, contra os 2,4% apenas registados em 2009<sup>12</sup>.

Apesar da recuperação dos preços do petróleo, o crescimento foi prejudicado por atrasos do governo na construção e pagamentos das infraestruturas. Presentemente pode dizer-se que as perspectivas para Angola são positivas. O crescimento deve atingir os 7,5% em 2013, impulsionado pelos preços elevados do petróleo e pela retoma do programa de Investimento Público (PIP) do Governo.

**Analisando cada uma das hipóteses mais em pormenor, poderemos chegar às conclusões a seguir apresentadas**

**Hipótese 1:** Existe uma correlação entre a cotação do crude nos mercados internacionais e o produto interno bruto (PIB) do Estado Angolano? – Pela análise simples do gráfico abaixo apresentado, poderemos, de facto, aperceber-nos de que, quanto maior a cotação do petróleo, maior tende a ser o PIB de Angola.

Figura 12: Relação entre o preço do crude e o PIB de Angola



Source:

[www.nyse.tv/crude-oil-price-history.htm#recent-crude-oil-close](http://www.nyse.tv/crude-oil-price-history.htm#recent-crude-oil-close)

<http://www.indexmundi.com/angola/>

<sup>12</sup> Fonte: WorldBank – Artigo Angola Economy, 2011

Os cenários negativos verificados em 2009, ocasionados por uma descida abrupta do preço do ouro negro no mercado internacional, de \$88,83 em 2008 para \$62.15 em 2009, ocasionou que a Sonangol e conseqüentemente o Estado conseguisse arrecadar menos receitas para os seus cofres em 2009. Por outro lado, quando o preço do petróleo aumenta, conforme os cenários verificados nos anos subsequentes, mais receitas o estado consegue arrecadar para os seus cofres, verificando-se assim uma correlação direta entre a cotação do petróleo nos mercados internacionais e o produto interno bruto (PIB) do estado angolano.

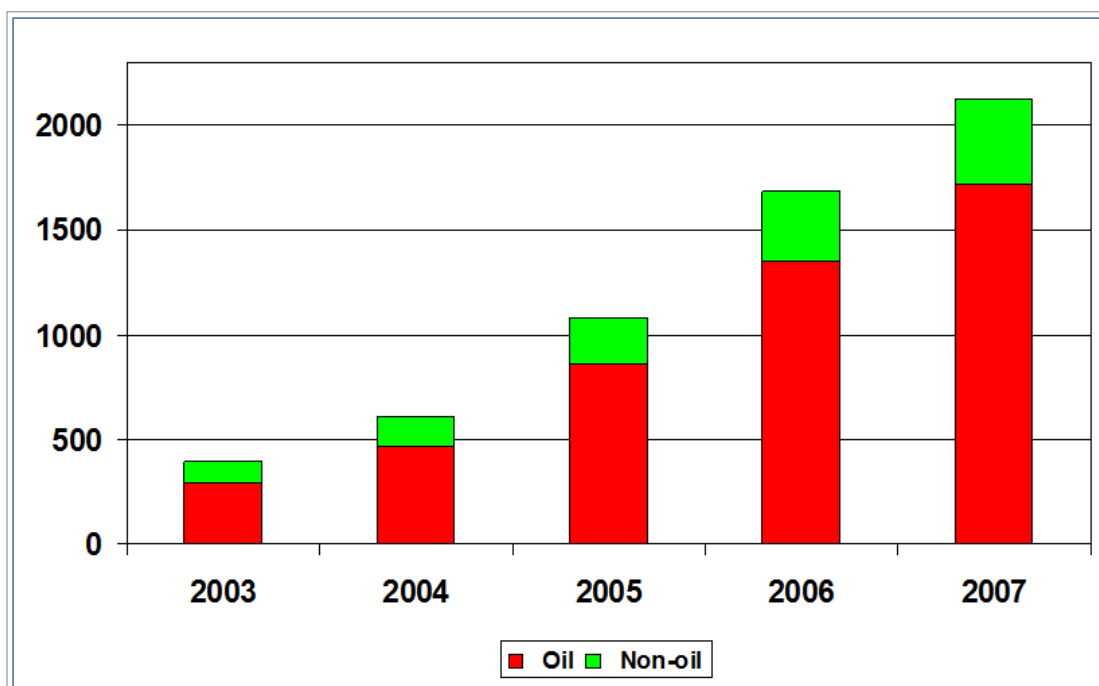
O Petróleo respresenta, em média, nos últimos anos, 95% das exportações de Angola. A conta corrente tem sido, portanto, profundamente afectada pela queda do preço do petróleo. Por exemplo, o saldo da Balança de Transações Correntes passou de US \$6,4 Mil Milhões em 2008 para US \$ 3,7 Mil Milhões em 2009.

Com os preços em recuperação, o saldo de 2010 já foi de USD 1,4 Mil Milhões em 2010 e está previsto que se cifre em US \$ 1,8 Mil Milhões em 2013. Noutras *commodities*, como diamantes e petróleo refinado também são esperados crescimentos positivos em 2013 (World Bank, 2011).

Até à presente data, as receitas do petróleo são as que mais contribuem para o Orçamento Geral do Estado no país, estando o governo a envidar esforços para sair desta dependência, apostando na arrecadação de rendimentos, também nos setores não petrolíferos. (Semanário Continente, Setembro2011).

Contudo, o plano de desenvolvimento 2013-2017 traçado pelo governo, prevê que o setor petrolífero venha a contribuir para a conformação do orçamento em 50%, por efeito da produção crescente e dos preços ainda favoráveis do petróleo, seguindo-se as receitas do setor não-petrolífero com 17% e dos financiamentos externos com 12% (Ministério do planeamento, Plano desenvolvimento 2013-2017, Dez2012).

Figura 13: Receitas do OE de Angola por Setor de Atividade (Mil Milhões de Kwanzas)



Fonte: World Bank, 2010

O cerne da questão prende-se com a subida do preço do barril de petróleo, estando a ser vendido acima dos 100 dólares, enquanto as estimativas no Orçamento do Estado continuam a ser feitas a 45 dólares.

Há três anos um estudo feito pela Global Witness e a Open Society Initiative for Southern Africa – Angola (OSISA-Angola), havia já apontado tal discrepância, considerado por especialistas daquelas organizações não-governamentais como sendo “chocante”, promotora do aumento da corrupção no país, e cujos diferenciais poderiam originar desvios da ordem dos vários milhares de milhões de dólares.

Sendo vitais para o desenvolvimento de Angola, seria expectável que fosse utilizado o maior rigor possível na aferição destas receitas, até porque as mesmas se afiguram cruciais para que os angolanos possam orientar as suas decisões de investimento e o país possa, em consciência, decidir como afetar as verbas oriundas deste importante setor, para o desenvolvimento do país.

Desde 2004 que o Governo tem respondido a preocupações relativas à corrupção na sua gestão das receitas petrolíferas através da publicação de números pormenorizados sobre a

produção, exportação, preços e impostos relacionados com o petróleo.

No entanto, o relatório revela sérias lacunas e anomalias nos números de 2008 provenientes das três fontes mais importantes de dados sobre o petróleo: o ministério das Finanças, o Ministério dos Petróleos, e a empresa petrolífera estatal Sonangol. As principais conclusões incluem o seguinte:

- 1- Uma discrepância, de um valor teórico de 8,5 mil milhões de dólares americanos, entre os valores dos ministérios quanto a volumes de petróleo vendido pela Sonangol em 2008.
- 2- A diferença entre os valores dos ministérios para impostos sobre os rendimentos das empresas petrolíferas é de um valor teórico de mais de 1,2 mil milhões de dólares.
- 3- Uma discrepância de 87 milhões de barris entre os resultados dos dois ministérios quanto a exportações de petróleo em 2008. A falta de uma explicação visível para esta diferença é profundamente problemática.
- 4- Em 2006 os meios de comunicação noticiaram que empresas petrolíferas tinham oferecido mais de 3,2 mil milhões de dólares em bónus de assinatura ao governo de Angola. No entanto, as contas do governo aparecem apenas registados 998 milhões de dólares em receitas.

Segundo Sachs (2005:508), o desenvolvimento é possível, e a razão pode ser movida para promover o bem-estar social e económico, mas é também passível de ser ultrapassada por razões destrutivas. Angola só conseguirá atingir o tão desejado desenvolvimento económico e social, se o país se pautar pela transparência e honestidade na sua gestão política de arrecadação de receitas, bem como na aplicabilidade das mesmas.

Em suma, e em relação a **Hipótese 1**, conclui-se que existe uma correlação entre a cotação do crude nos mercados internacionais e o produto interno bruto (PIB) do Estado Angolano, e o que apuramos na verificação de hipóteses realizada, foi que quanto maior a cotação do petróleo, maior tende a ser o PIB de Angola.

## 5.2 Autossuficiência Financeira

De acordo com dados publicados pela Agência Internacional de Energia (IEA), a produção petrolífera média de Angola foi de 1,6 milhões de barris/dia (Mbpd) no período de Janeiro a Julho de 2010. Depois de atingir 1,7 Mbpd no início do ano de 2012, os níveis de produção de petróleo têm vindo a aumentar. Usando a previsão de vendas fornecida pelos operadores, essa tendência deverá permanecer acentuada até o final do ano de 2013. Isto significa que a média diária de produção deverá ser atualmente de 1,9 Mbpd (FMI, 2012).

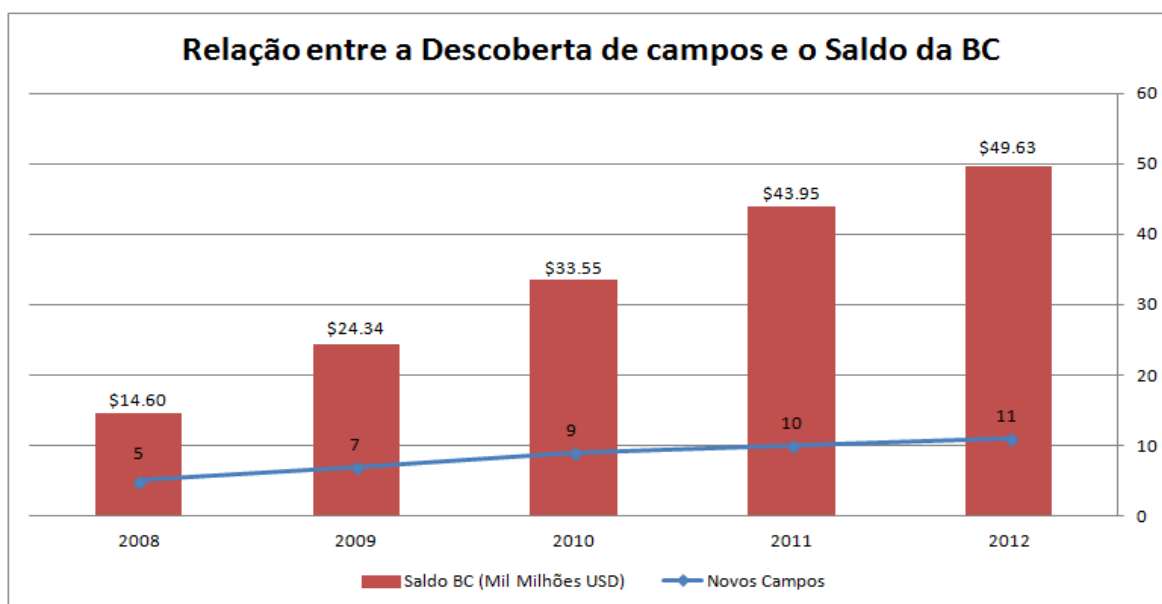
Este aumento na produção reflecte o efeito do investimento das operadoras em novas unidades de produção.

Por outro lado, esse aumento está muito ligado à descoberta de novos campos petrolíferos, e segue a subida observada na produção internacional total, causada pelo aumento da procura mundial, a certeza criada em relação ao processo de recuperação de algumas das economias de maior consumo, ou seja, os EUA e a China.

Sendo certo que a descoberta de novos campos petrolíferos é fundamental para a sustentabilidade da produção de petróleo de Angola e, assim, das receitas que sustentam o orçamento de Estado e o desenvolvimento de Angola, parece igualmente inquestionável a necessidade de, sob o ponto de vista estratégico, o país encontrar alternativas a este padrão de desenvolvimento, usando os recursos disponíveis por esta via.

Hipótese 2: Existe alguma relação entre a descoberta de novos campos petrolíferos e a geração de emprego e melhoria das condições sociais dos Angolanos – Pela análise simples do gráfico abaixo apresentado, poderemos, de facto, aperceber-nos de que, à medida que a produção aumenta, como consequência da descoberta de novos campos petrolíferos, maior será o premium a entregar a Sonangol, e consequentemente ao estado Angolano.

Figura 14: Relação entre a descoberta de novos campos e o saldo da BC



Source:

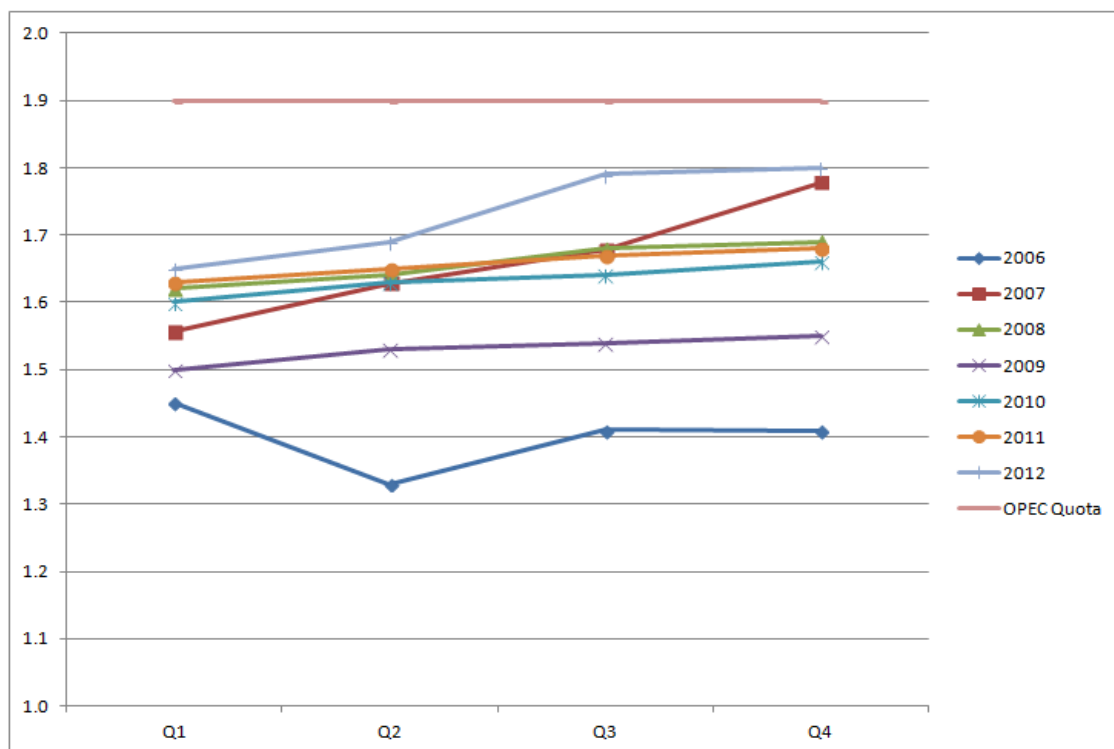
<http://www.indexmundi.com/angola/>  
<https://www.woodmacresearch.com>

O efeito da descoberta de novos campos petrolíferos, apesar de não ter um efeito imediato nas receitas do Estado, devido ao período que medeia entre a fase de desenvolvimento do poço e a fase de exploração, deverá provocar, eventualmente no curto prazo (1 ano), mas com alguma certeza a médio-longo prazo (2-3 anos), efeitos positivos na Balança Comercial do país, como consequência do aumento da exportação de petróleo.

A maior parte do petróleo Angolano, encontra-se em águas profundas (200-1000 metros de profundidade), e estima-se que os ciclos que vão do desenvolvimento à exploração durem cerca de 1 ano. Recentemente foram adjudicados novos blocos, cujos campos se encontram em águas ultra-profundas (>1000 metros de profundidade), e estima-se que o tempo de desenvolvimento do poço até se chegar à fase de produção varie entre 2 a 3 anos (Sonangol, 2013).

Em Março de 2013, o preço do barril de petróleo bruto nos mercados internacionais (WTI) atingiu os 83 USD, embora fosse ainda um pouco distante dos USD 106,21 por barril nível registado em Março de 2012.

Figura 15: Produção de Petróleo oriunda da descoberta de novas jazidas em Angola  
(Milhões Barril dia)



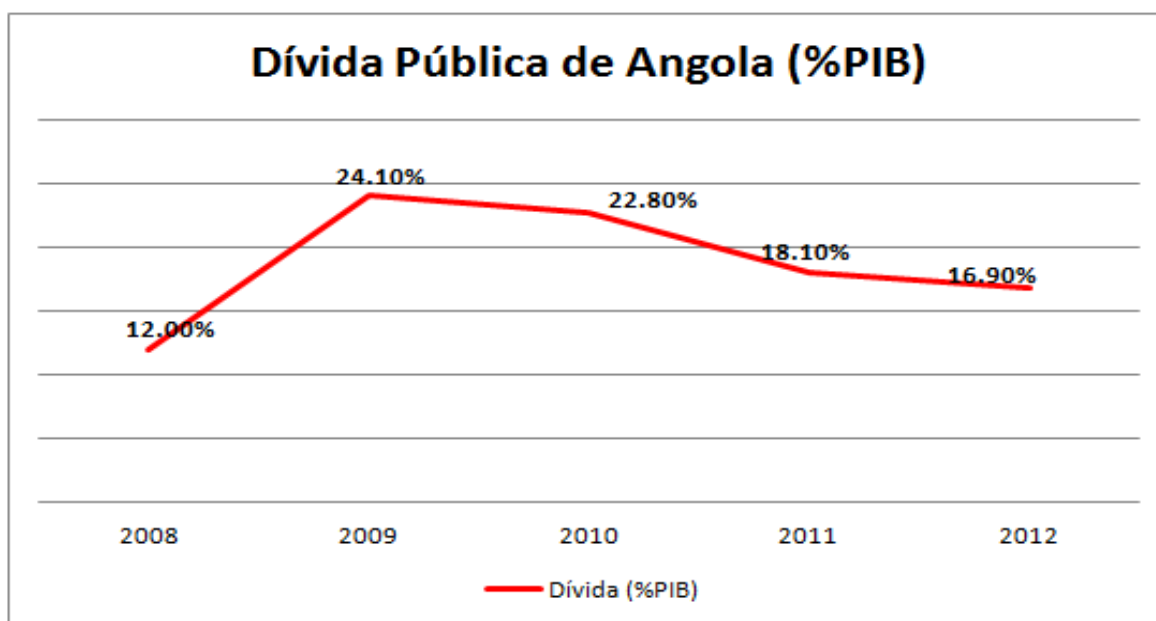
Fonte: Wood Mackenzie, 2013

A menor volatilidade do EUR / USD no final de 2012 também contribuiu para este comportamento no período em que os mercados vivem uma enorme incerteza, em que se espera informações económicas mais concisas das diversas agências para o desenvolvimento, que permitiram aos diversos players de mercado determinar o cenário de crescimento económico internacional, com maior grau de precisão, e o impacto que poderá exercer sobre o evolução da procura para esta fonte de energia.

Apesar de intervenções substanciais no mercado cambial, as autoridades monetárias foram capazes de aumentar a sua reservas oficiais brutas de US \$400 milhões em 2002 para US \$4,1 Mil Milhões em 2005, o que era suficiente para pagar 6 meses de não-importação de petróleo.<sup>13</sup>

<sup>13</sup> World Bank (2011)

Figura 16: Dívida Pública de Angola (% PIB)



Fonte: WorldBank (2013)

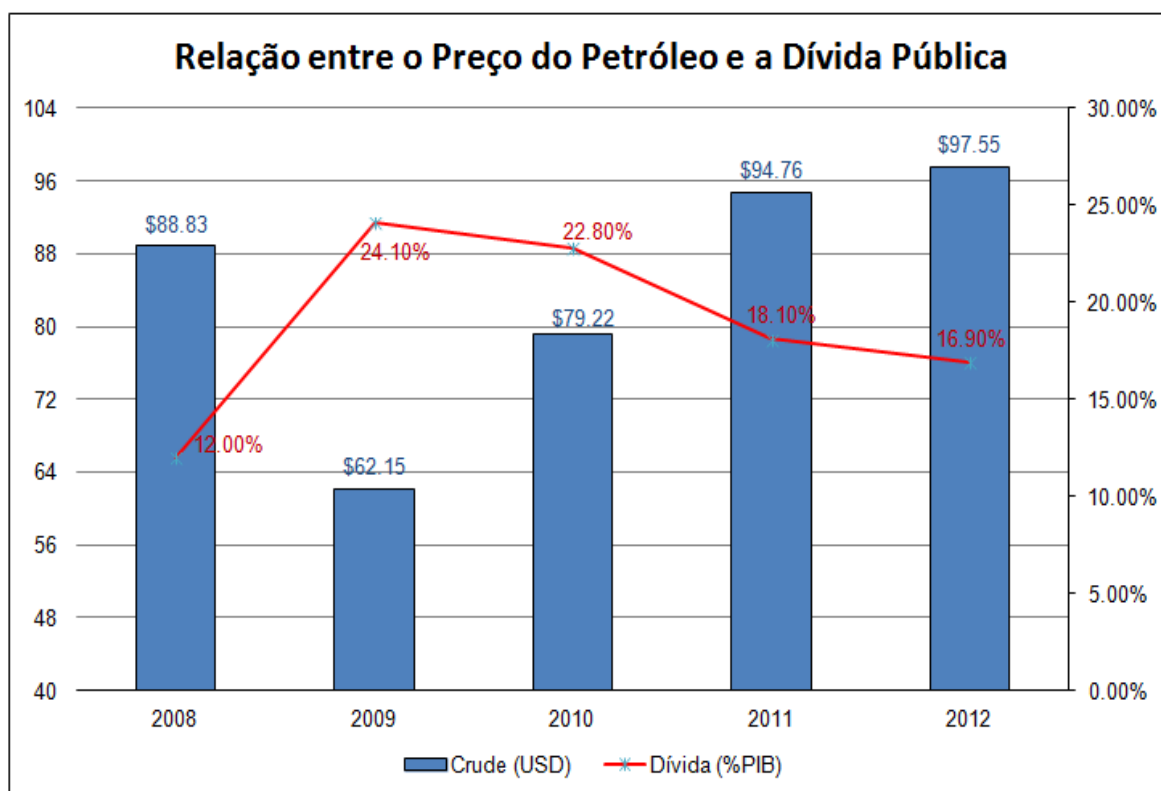
As autoridades internacionais estimam que em 2012 o nível das suas reservas internacionais líquidas tenha aumentado para US \$ 13 Mil Milhões. Ao mesmo tempo, a dívida externa de Angola em proporção do PIB tem vindo a diminuir desde o final do ano de 2009 devido a forte taxa de crescimento na economia e ao valor da produção de petróleo. Em termos monetários, a dívida pública do país aumentou de US \$ 15,9 Mil Milhões em 2011 (mais de 18% do PIB) para US \$ 16,2 Mil Milhões em 2012 (16,9% do PIB). Apesar deste aumento, o rácio dívida externa/PIB diminuiu para 13,40% em 2012, dado o crescimento rápido registado do PIB nacional. Esta situação, ditou a saída em Março de 2012, de Angola de uma intervenção do FMI, a qual se iniciou em 2009 devido a um desequilíbrio nas contas externas do país.

O acima exposto vem claramente demonstrar que o país não pode confiar a 100% no potencial do petróleo, dado que fica vulnerável a desequilíbrios externos que podem afetar severamente a economia angolana.

A questão central da presente investigação é a de procurar apurar se Angola, por intermédio da Sonangol, conseguirá reduzir a dívida pública”- O gráfico demonstra que Angola tem conseguido reduzir a sua dívida pública, e acredita-se que tal se fique a dever em muito ao aumento do preço do petróleo no mercado internacional, que proporciona mais receitas

para os cofres do Estado, e que tem vindo a ser utilizado para pagar a dívida pública. Importa contudo salientar que a dependência muito significativa das receitas da atividade da Sonangol (e da exploração do petróleo) deve ser reduzida, e que Angola deve procurar meios de diversificar a economia e não ficar 100% dependente do petróleo, de modo a não ficar vulnerável a desequilíbrios externos que podem afetar severamente a sua economia.

Figura 17: Relação entre o preço do Petróleo e a Dívida Pública



Source:

[www.nyse.tv/crude-oil-price-history.htm#recent-crude-oil-close](http://www.nyse.tv/crude-oil-price-history.htm#recent-crude-oil-close)

<http://www.indexmundi.com/angola/>

A Sonangol é a entidade que em nome do Estado angolano, arrecada impostos através dos acordos de exploração petrolífera, bem como canaliza investimentos quer para o interior, quer para o exterior do país, em nome do Estado. Como já referido, as receitas do petróleo são o grande contribuinte para o Orçamento Geral de Estado e, grande parte desta receita está a ser utilizada para pagar a dívida pública de Angola.

O rácio dívida externa/PIB aumentou do valor de 12% em 2009, para se mostrar estável, ao

redor dos 20% do PIB em 2010-11. Esta deterioração é explicada pelo aumento de 54% da dívida pública comercial e um aumento de 40% na dívida pública bilateral. Em termos de estrutura, a médio e longo prazo, o stock da dívida pública é composto por 50% da dívida comercial, 35% da dívida bilateral e 8% da dívida multilateral.

A dívida comercial é em grande parte contraída com o Reino Unido (US \$4,5 mil milhões), Portugal (US \$ 2,1 mil milhões), Espanha (US \$ 1,2 mil milhões) e China (US \$ 1 mil milhões). A dívida bilateral é principalmente contratada com o Brasil e Portugal (US \$ 2 mil milhões e US 1,1 mil milhões, respectivamente). Brasil, China, Israel, Espanha e Portugal mantêm empréstimos garantidos como contrapartida do petróleo (World Bank, 2010).

A média da produção diária de petróleo no país atingiu em 2010, uma cifra de 1,7 milhões de barris/dia, o que permitiu a sociedade nacional de combustíveis de Angola (Sonangol), a concessionária Angolana para os hidrocarbonetos, concentrar uma quota de produção estimada em mais de 314 milhões de barris. Esta situação originou uma participação financeira de 8,3 mil milhões de dólares para as contas do Estado, dos quais 1,7 mil milhões em impostos, e outros 6,6 mil milhões como forma de liquidação da produção da concessionária, receitas que estão a ser utilizadas para a redução da dívida pública (Jornal de Angola, Março 2011 e Manuel Vicente, 2012).

No que diz respeito à produção de gás de petróleo liquefeito (LPG), os indicadores avançados atestam um saldo anual de 6,8 milhões de pés cúbicos, sendo que a concessionária nacional contribuiu com uma quota de 2,8 milhões. Já nos refinados de petróleo, houve uma produção estimada em 1,4 milhões de toneladas e outras 3 mil milhões de toneladas em importados.

Apesar da redução estimada em 2012 de cerca de 3% na exploração bruta e mais outros oito por cento na produção de gás natural, comparativamente com o ano anterior, as receitas esperadas não reduziram, devido a evolução do preço do barril no mercado internacional, garantiu Manuel Vicente.

#### Lucros Operacionais

De acordo com Manuel Vicente, Presidente do Conselho de Administração da Sonangol, a empresa registou vendas avaliadas em mais de 21,9 mil milhões de dólares em 2012, e

obteve no final daquele exercício, um lucro líquido superior a 1,24 mil milhões de dólares.

Manuel Vicente disse também que após o período menos bom por que passou o setor, a petrolífera angolana continua com excelente robustez financeira, assente no seu bom nível de lucros e no nível de endividamento moderado da companhia. A Sonangol apresenta taxas de rentabilidade acima dos dois dígitos, registando uma rentabilidade dos capitais próprios avaliados em 20,63 por cento, enquanto os capitais investidos apresentam uma rentabilidade de 15,41 por cento e os Ativos uma rentabilidade na ordem dos 11,25 por cento.

#### Internacionalização

Os resultados da atividade internacional da Sonangol em 2010, fixaram-se em cerca de 650 milhões de dólares de participação directa no seu desempenho financeiro, o que representa uma mais-valia contabilística nos seus resultados líquidos (Sonangol, 2010).

Por esta razão, a dinâmica de crescimento da atividade internacional da empresa surge como resultado do seu compromisso, enquanto entidade concessionária estatal de hidrocarbonetos para Angola, em captar os recursos necessários para a concretização dos programas de investimento do governo.

A expansão da atividade empresarial da Sonangol para outros mercados, quer no plano continental, quer no plano mundial, assume-se como premissa fundamental do reforço da carteira de negócios e aumento do prestígio do país a nível internacional.

Os responsáveis da empresa explicaram ser nesta conformidade que se definiram outros setores como eixos de participação financeira, como é o caso da banca, onde detém participações no Millennium BCP de Portugal. Concretamente em participações petrolíferas, em Julho de 2010 a Sonangol assinou um Memorando de entendimento para a constituição de uma empresa mista entre a sua subsidiária Sonangol Pesquisa & Produção e as empresas Corporação Venezuelana de Petróleo (CVP), subsidiária da petrolífera estatal venezuelana, a PDVSA, e a cubana Cupet.

Com a constituição desta empresa, o cenário de exploração proposto estimava alcançar uma produção inicial de 20 mil barris de petróleo/dia, por um período de cinco anos, para alcançar uma produção acumulada acima dos 94 milhões de barris (Sonangol, 2013).

O administrador da Sonangol Mateus Brito avançou que um dos grandes ganhos da

petrolífera, no capítulo da sua internacionalização, é derivado do facto de ser a única exploradora africana a operar nos Estados Unidos, além de deter 13 participações em mercados internacionais.

Em jeito de síntese, os Resultados da Sonangol em 2012 podem resumir-se nos seguintes números:

- Média diária da produção nacional: 1,6 milhões de bdp/d
- Produção da Sonangol: 439 milhões de bbl
- Gás de petróleo liquefeito (LPG)<sup>14</sup>: 9,5 milhões de m<sup>3</sup>
- Quota da Sonangol (LPG): 2,1 m<sup>3</sup>
- Refinado nacional: 1,5 m<sup>3</sup>
- Toneladas de importados: 3 bbl

Perroux (1981:241) diz que os países em desenvolvimento têm todos uma economia caracterizada pela preponderância do produto agrícola e da população rural. A indústria beneficia, em regra, das taxas de crescimento da sua produção e da sua produtividade. Angola, por outro lado, tem vindo a centrar o seu foco de desenvolvimento no petróleo, o que tem originado um desenvolvimento económico muito caracterizado pelo aumento do PIB e pela diminuição da dívida pública, mas que ainda não beneficiou as regiões mais carenciadas, bem como a população em geral.

### 5.3 PIB/Balança Comercial

Angola é atualmente uma das economias mundiais, em maior e mais rápido crescimento, sendo a sua evolução recente marcada por um forte aumento do PIB, por uma quebra acentuada da inflação e das taxas de juros, pelo aumento das reservas externas e por um crescimento acentuado das exportações.

---

<sup>14</sup> A quantidade de gás produzida é medida em m<sup>3</sup>, sendo que um m<sup>3</sup> de gás natural liquefeito (GNL), equivale a 0,40 kg de gás de cozinha. As siglas bdp (barril de petróleo) ou bbl/d (barril/dia), servem para medir o volume de petróleo produzido, um bbl ou um bdp equivale à 150 litros de petróleo.

Tabela 9: Evolução recente do PIB de Angola

<b>PIB - Produto Interno Bruto</b>					
		Mil Milhões de USD			
Year	2008	2009	2010	2011	2012
	\$84.16	\$75.22	\$73.25	\$88.34	\$96.17

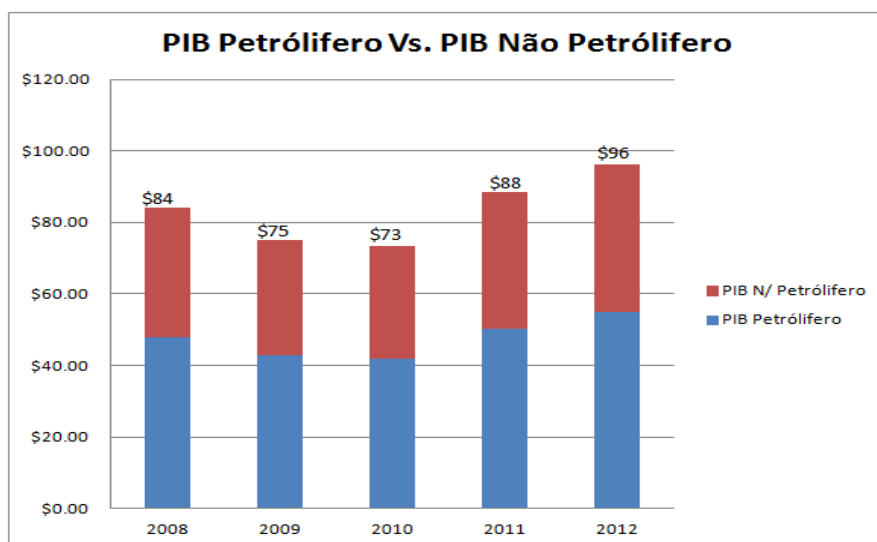
Source:

<http://www.minfin.gv.ao/>

Apesar do crescente volume de investimento em áreas não petrolíferas, o peso relativo que a produção de petróleo apresenta ainda na economia angolana (e que não deverá alterar-se significativamente nos próximos anos) faz com se fale de um país com uma atividade económica pouco diversificada, mesmo quando comparado com outras economias africanas (FMI, 2012). Este pode ser considerado o resultado da adoção, sobretudo a partir de 2000, de um conjunto de medidas de política económica – reunidas no plano de estabilização económica – das quais se salientam a liberalização das taxas de juros e de câmbio, a harmonização de políticas monetárias e fiscais, a estabilização cambial e o maior controlo orçamental.

Como se pode constatar no gráfico abaixo apresentado, apesar de um ligeiro aumento da componente não petrolífera, as receitas provenientes do petróleo continuam a ter uma grande influência no PIB nacional e na economia do país como um todo.

Figura 18: O PIB angolano e a dependência do Petróleo



Source:

<http://www.indexmundi.com/angola/>

Esta evolução positiva da economia angolana, deve-se a vários fatores. Por um lado o fim do conflito interno que veio permitir a reorientação de importantes recursos humanos e financeiros para a reconstrução do país, ao mesmo tempo que criou um novo ambiente de confiança, que se começa a traduzir num aumento significativo do investimento. O Petróleo continua a dominar a economia Angolana, representando cerca de 92% das exportações.

Por outro lado, é importante referir que estas reformas foram complementadas com alterações da legislação sobre o investimento e legislação comercial, que vieram melhorar o ambiente de negócios, como o caso das lei da sociedades comerciais, da lei sobre os contrato de distribuição, agência e *franchising*, da lei sobre os contrato de conta em participação, consórcios e agrupamentos de empresas, da lei do investimento privado, da lei de delimitação de setores de atividade económica, da lei do fomento do empresariado Angolano, da lei da arbitragem voluntária, da lei sobre os incentivos fiscais e aduaneiros ao investimento privado; ou ainda da lei geral da atividade seguradora.

Apesar das melhorias macroeconómicas referidas, pode considerar-se que estas não tiveram ainda impacto relevante na melhoria efectiva das condições de vida da população, mantendo-se disparidades significativas na distribuição da riqueza, não obstante os elevados níveis de crescimento. Em 2002, com o fim da guerra civil, os níveis de crescimento do produto interno bruto subiram de 3,1% para 14,4%. Embora se tenha registado uma quebra significativa nesta tendência em 2003, resultado do declínio da produção dos campos petrolíferos mais antigos, a descoberta e a exploração de novos campos elevou novamente a partir de 2004, as taxas de crescimento do PIB para níveis de 11,7% em 2004 e 15,5% (Ministerio das Finanças, 2011). De qualquer modo, a volatilidade do crescimento do PIB angolano, indissociável dos altos e baixos relacionados com a exploração petrolífera, revela que a economia continua a ser extremamente dependente deste setor extrativo, sendo que parece ainda não ter encontrado os setores que podem reduzir esta dependência, ou os mesmos ainda não começaram a produzir os efeitos desejáveis neste sentido.

Segundo o Banco Mundial (2013), o rendimento *per capita* a preços correntes ronda atualmente os quatro mil e sessenta dólares, colocando Angola no grupo de países de rendimento médio. A preços constantes, o PIB per capital deve atingir um valor em 2013, face a 2000 na ordem dos 629,95 USD, o que representa um aumento de 8% face a 2011,

mas foi entre 2004 e 2006 que se registou um dos maiores impulsos neste indicador, com um aumento de cerca de 57% em relação a 2004 (BPI, Gabinete de estudos económicos, Agosto 2006).

Espera-se que a produção de petróleo possa vir a atingir em breve os 2 milhões de barris de petróleo por dia, face aos 1,7 Mbpd produzidos atualmente, o que influenciará significativamente o PIB, dada a referida dependência da economia angolana deste setor.

Figura 19: Distribuição da Produção Diária de Crude em Angola pelos principais stakeholders



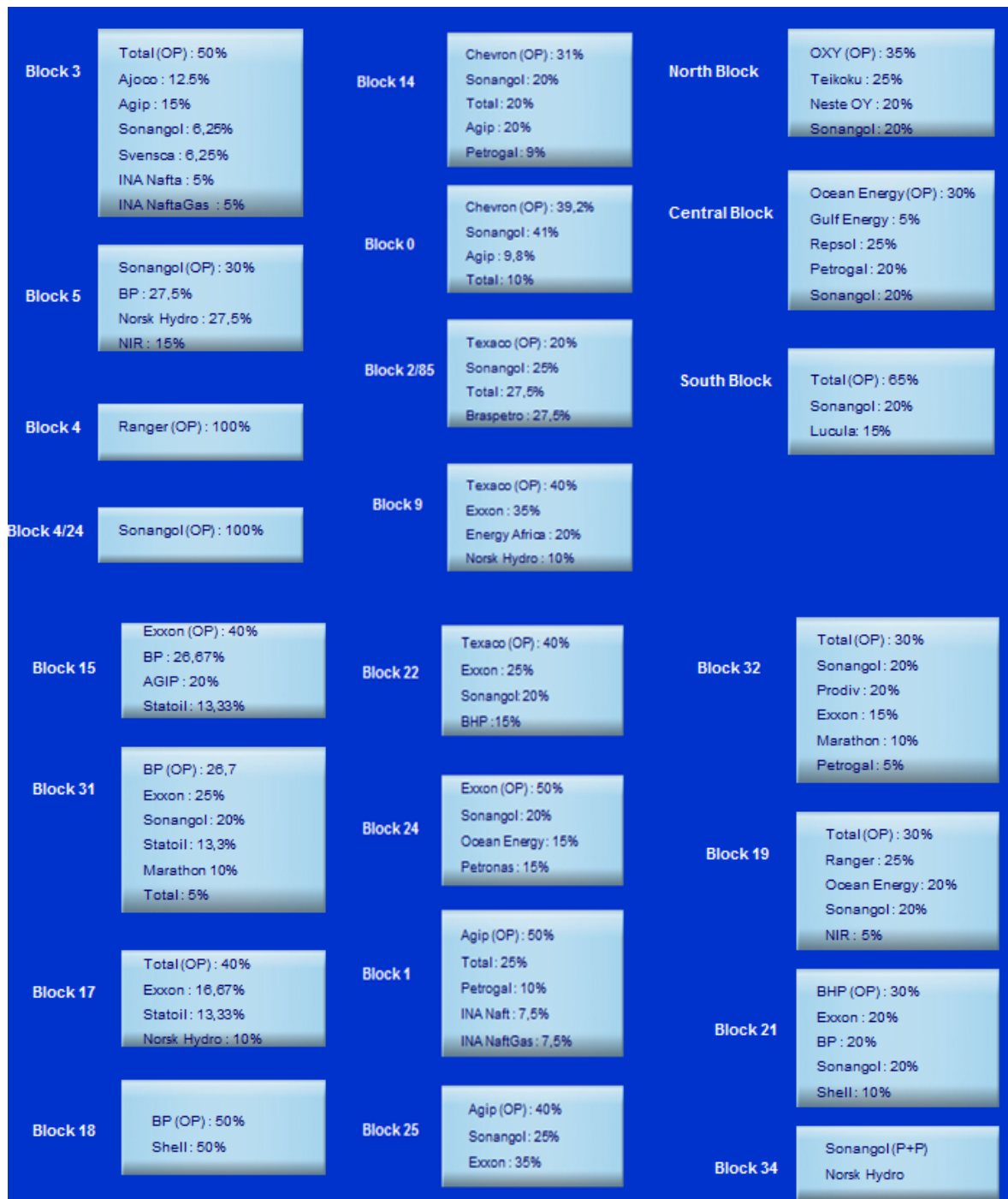
Fonte: Wood Mackenzie, 2012

O grupo norte-americano Chevron é líder na produção de petróleo em Angola, estando presente no Bloco 0 e 14, onde detém 61% da produção e o grupo francês Total 27%. À Sonangol correspondem 35% das vendas do petróleo, percentagem significativa, se tivermos em conta que, segundo as projeções do FMI, a produção em 2010 deverá ter registado um valor 90% acima da registada em 2005.

O Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 prevê que o setor petrolífero angolano receba um valor a rondar os 65,7 mil milhões de dólares de investimento, direccionado para a produção de petróleo e gás, para a capacidade de armazenamento e refinação de hidrocarbonetos e para a rede de postos de abastecimento. O Plano contempla também a criação de quase 37 mil empregos até ao 2017, sendo que, só em 2013, deverão ser criados mais sete mil postos de trabalho

A atividade das grandes petrolíferas internacionais, é regulada pelos Acordos de Partilha da Produção (Production-sharing Agreements) estabelecidos com a Sonangol, e é repartida do seguinte modo:

Figura 20: Atual distribuição dos Production-sharing agreements para o petróleo em Angola



Fonte: Wood Mackenzie, 2012

Em Setembro de 2009 a Sonangol e a Cabinda Gulf Oil company limited (CABGOC), juntamente com outras petrolíferas, anunciaram uma nova descoberta de petróleo nas águas profunda do bloco 14, do qual a Sonangol EP é concessionária. Estimava-se que, em 2011 este consórcio pudesse vir a extrair 100.000 barris/dia desta concessão.

Fruto destes investimentos e parcerias, em 2006, Angola ultrapassou mesmo a Arábia Saudita como primeiro fornecedor de Petróleo à China (Sonangol,2011), constituindo os mercados emergentes, e em particular a China, o Brasil, e a Índia, os principais mercados com potencial para absorção da crescente produção petrolífera angolana.

Na linha do que se passa com o petróleo, o setor diamantífero é a segunda maior fonte de receitas do Orçamento Geral do Estado, sendo Angola o quinto maior produtor de diamantes em bruto. Tal como no setor petrolífero, a sua exploração envolve uma empresa estatal – ENDIAMA – e grandes empresas mineiras internacionais. A ENDIAMA, terá alcançado em 2012 uma produção anual de 8 milhões de quilates<sup>15</sup>, cuja venda proporcionou uma receita na ordem dos mil milhões de dólares. Em 2013 a produção deverá ascender a 11,7 milhões de quilates, proporcionando uma receita de 1,5 mil milhões de dólares, com um preço por quilate de 130 dólares e, em 2014 a produção continuará a subir para 12,8 milhões de quilates, dando origem a uma receita de 1,7 milhões de dólares, ao preço médio de 140 dólares por quilate.<sup>16</sup> Os principais investimentos neste setor situam-se na mina de Catota (Província da Luanda Norte), explorada pelo consórcio entre a ENDIAMA, a Alrosa (diamantífera Russa), a Odebrecht (brasileira) e o empresário israelita Lev Leviev (LLD). Até há pouco tempo, o setor diamantífero consistia exclusivamente na exploração mineira e venda de diamantes em bruto, controlada sobretudo pela sociedade de comercialização de diamantes de Angola (SODIAM), detida em 99% pela ENDIAMA. Em Novembro de 2005, foi inaugurada a primeira empresa de lapidação de diamantes – a Angola Polishing Diamonds – um investimento conjunto da SODIAM e da LLD, diamantífera israelita.

Em 2005, a indústria diamantífera gerou mais de mil milhões de dólares de comercialização e 150 milhões de dólares de receitas fiscais para o estado, correspondendo

---

<sup>15</sup> Um quilate representa uma massa igual a duzentos miligramas.

<sup>16</sup> Fonte: Notícia publicada no website: <http://www.macaub.com.mo/pt/2011/05/26/producao-de-diamantes-em-angola-devera-atingir-10-milhoes-de-quilates-em-2011/>

a uma receita bruta de exploração na ordem dos 800 milhões de dólares. Isto representa um crescimento considerável face aos anos anteriores. Atualmente, este setor utiliza apenas cerca de 40% da capacidade produtiva, o que indicia as possibilidades futuras de crescimento<sup>17</sup>.

A partir de 2002, a paz e o aumento das receitas de petróleo vieram permitir um maior investimento na reabilitação e construção de infraestruturas, incluindo o aumento do investimento externo. As necessidades de reconstrução e reabilitação pós-conflito reflectiram-se logo no programa geral do governo de 2005-2006 (que previu um plano de investimentos públicos) e no Orçamento do Estado (OE) de 2006, onde se verificou um considerável aumento das despesas de investimento (24% do PIB contra 8% no ano transacto). O processo de recuperação da economia tem igualmente implicado um aumento das despesas sociais, as quais em 2005 representaram 29% do total dos gastos, comparativamente aos 18% em 2004 (BPI gabinete estudos económicos, Agosto 2006).

Em termos de despesas sociais, a sua importância permanece crucial para o futuro da estabilidade de Angola. Na verdade, conforme o African Economic Outlook para Angola, de 2012:

*“Despite steady progress made in improving social conditions since 2002, the country still faces massive challenges in reduce*

*ng poverty, unemployment and increasing human development. The government continues to allocate more than 30% of its budget to social spending. In 2012 budgeted social expenditure will increase by 1.6% to 33.3%, double what will be spent on defence, security and public order; and education and health budgets will be increased by 10%.” (AfDB, OECD, UNDP, UNECA, 2012:2)*

Apesar da dependência da economia angolana face ao setor petrolífero – que se estima poder registar um crescimento de 6,6% em 2013 – os demais setores económicos estima-se igualmente um desempenho positivo, devendo crescer 7,7% em 2013, impulsionados principalmente pela construção, banca, transportes e comunicação (FMI, 2013).

Os \$5 mil milhões de dólares provenientes do fundo soberano lançado em outubro de 2012

---

<sup>17</sup> Fonte: Notícia publicada no website: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/10062/investir-na-industria-diamantifera-angolana>

deverão ajudar a isolar a economia dos preços voláteis do petróleo. A expectativa é de crescer rapidamente, com um aumento das receitas do petróleo, que irá fornecer, se bem que administrada, uma base sólida para a diversificação do crescimento futuro - por meio de investimentos em infraestrutura, agricultura e serviços. A persistência de um elevado nível de pobreza (55% dos angolanos vivem abaixo da linha de pobreza com 1,25/dia), elevada taxa de desemprego (cerca de 25%), o aumento do descontentamento e protestos de rua, levou o governo a aumentar os investimentos nos setores não-petrolíferos. Atualmente, em torno de \$6,000 dólares, o PIB *per capita* aumentou sete vezes desde o fim da guerra em 2002, mas a disparidade de rendimentos é ainda muito elevada em Angola: os 10% mais ricos da população detêm 45% do rendimento nacional, enquanto os mais pobres detêm apenas 0,6% (Deutch Bank, 2013).

Em um contexto de diversificação económica, é uma das prioridades do governo de Angola, promover o desenvolvimento, fomentar as parcerias entre investidores estrangeiros e locais, nomeadamente através de investimentos públicos e privados para projetos do setor público com vista à diversificação e a redução da dependência do petróleo.

Ao promover o desenvolvimento industrial, o governo de Angola, espera aumentar o índice de desenvolvimento no setor não-petrolífero (em média \$2 mil milhões de dólares em 2011-2012) para \$4 mil milhões de dólares em 2013 (Deutch Bank, 2013).

A prosperidade petrolífera de Angola traz também desafios significativos à diversificação económica. A indústria petrolífera em expansão cria riqueza em setores relacionados como a banca e outras indústrias que servem as companhias petrolíferas, mas tem poucas ligações a outras áreas da economia e torna tudo mais caro para quem pretende desenvolver negócios. Tal cria fortes distorções que podem impedir o surgimento de um setor privado não-petrolífero sustentável e dinâmico. De facto, o setor não-petrolífero em Angola permanece altamente dependente do investimento público e da procura pública (African Development Bank, 2012).

No entanto os constrangimentos à diversificação da economia e a melhoria da produção interna são evidentes, particularmente no setor agrícola. Este emprega cerca de 2/3 da população activa, mas apenas 10% do total da produção é comercializado (sendo o restante agricultura de subsistência). Não existe um setor produtivo interno de bens transacionáveis, desde logo pelas deficientes infraestruturas – comunicações, energia, transportes, água e

saneamento – de suporte à atividade produtiva fora dos setores petrolíferos e diamantífero. A produção agrícola das unidades familiares tem crescido lentamente, resultado das desminagens e do realojamento dos deslocados e ex-combatentes nas suas áreas de origem. Até agora o governo conseguiu realojar perto de 4 milhões de deslocados. No entanto o potencial agrícola do país está ainda muito subaproveitado – apenas 3% da superfície agrícola útil está cultivada. As deficientes redes de distribuição e escoamento dos produtos, o baixo nível de capitalização dos produtores e as distorções provocadas por anos consecutivos de ajuda alimentar constituem fatores de constrangimento a um crescimento mais rápido do setor agrícola. Para além disso, a recuperação da quota de mercado em alguns produtos tradicionais em que Angola tinha uma posição internacional de destaque – como o café – é dificultada pelo aparecimento de novos produtores muito competitivos que ocuparam esta posição no mercado.

Relativamente a outros aspetos de índole macroeconómica, importa salientar que o Governo de Angola tem levado a cabo uma política monetária de estabilização, mantendo favorável a taxa de câmbio do kwanza face ao dólar, o que tem proporcionado um maior controlo da inflação, a qual tem, também por isso, registado uma tendência para decrescer.

Depois de ter descido de 105% em 2002, para 10% em 2012, o objetivo até 2007 é atingir uma taxa de inflação de apenas um dígito.

A par da inflação, as taxas de juro continuam a registar uma trajetória de queda. Também a dívida pública tem vindo a diminuir, principalmente em resultado do aumento das receitas do petróleo. Segundo o FMI a economia angolana teve um crescimento das receitas fiscais na ordem dos 8,1% do PIB (cerca de 7,8 mil milhões de dólares) como resultado da subida das receitas petrolíferas de 50,3 mil milhões de dólares em 2011 para 54,8 mil milhões em 2012. Com este crescimento das receitas fiscais terá sido possível diminuir os cerca de 2 mil milhões de dólares atrasados de dívida externa (no total eram cerca de 9,5 mil milhões), resolver-se a questão da dívida pública interna (na qual já se fizeram pagamentos na ordem dos mil milhões de dólares) e aumentar as reservas líquidas internacionais, ficando o rácio despesas públicas/PIB em cerca de 20% em 2010 (FMI, 2013).

O facto de Angola estar a regularizar a sua dívida com os bancos comerciais e com alguns parceiros bilaterais, como Portugal ou o Brasil, pode vir a permitir, a prazo, um reescalamento da dívida com o clube de Paris, bem como facilitar a sua capacidade de

negociação com o FMI. Saliente-se que o rácio da dívida pública/PIB registou um decréscimo percentual em 2012 como resultado de uma redução de *stock* da dívida – que diminuiu ligeiramente – como resultado do aumento do PIB.

Apesar do crescimento económico, os níveis de pobreza permanecem muito elevados no país. A estratégia de combate à pobreza (ECP), elaborada em 2003 não exprimia ainda o recente aumento das receitas do OE e não reflectia de forma pormenorizada e atualizada, devido à escassez de informação disponível, os dados sociais e de desenvolvimento humano mais recentes. O último censo populacional data de 1970, e o conhecimento efetivo da distribuição geográfica da população é um constrangimento significativo para a avaliação das necessidades e para a avaliação de indicadores sociais. Calcula-se que Angola tenha entre 15,5 e 17,5 milhões de habitantes, dos quais quase metade terá menos de 15 anos.

Um estudo levado a cabo pelo Instituto Nacional de Estatística de Angola, em 2001, evidenciou que cerca de 68% da população vivia abaixo do limiar da pobreza (1,7 dólares / dia), sendo que a pobreza afectava 94% das famílias em meios rurais e 57% dos agregados familiares em meios urbanos. Por razões de segurança, o conflito conduziu a um forte movimento migratório das populações das zonas rurais para os centros urbanos (sobretudo para Luanda), o que aumentou a pressão exercida sobre as estruturas da capital e contribuiu para uma degradação das condições de vida e ambientais (Inquérito as Despesas e Receitas Familiares, 2011, INE Angola).

Em 2005 a taxa de pobreza foi de 56%, o que corresponde a menos de doze pontos percentuais do que o registado em 2001 (BPI, Gabinete de Estudos, Agosto 2006).

Segundo os dados do PNUD, Angola situa-se em 148º lugar no índice de desenvolvimento humano (num total de 177 países) (PNUD, 2011).

Pode afirmar-se que Angola se encontra nessa posição essencialmente devido aos valores do PIB, uma vez que os outros indicadores que compõem os índices – Esperança de Vida à Nascimento e Taxa de Literacia nos Adultos – registam valores muito modestos – 40,8 anos e 66,8% respectivamente. Mais de 60% da população vive nas zonas rurais e cerca de metade não possui acesso a saneamento básico. A taxa de mortalidade infantil é das mais altas do mundo, devido a uma alimentação deficitária e às más condições sanitárias: 154 mortes em cada 1000 nascimentos no primeiro ano de vida, e 260 em cada 1000 crianças, até aos

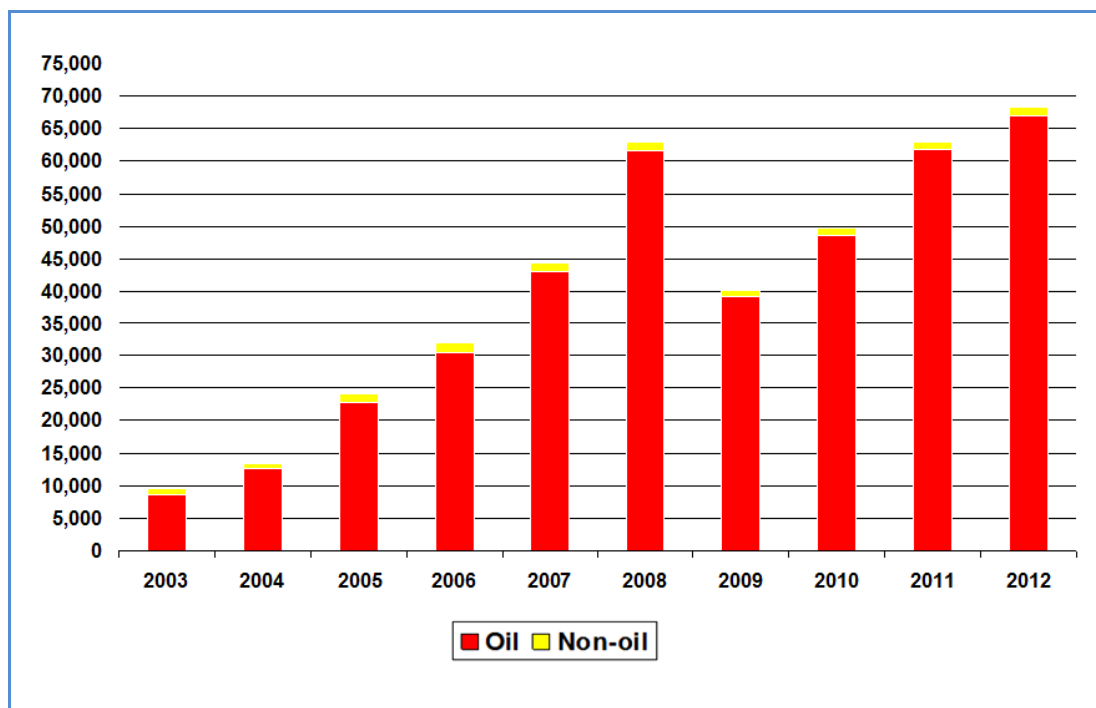
cinco anos. No acesso à Saúde e à Educação foram dados passos positivos nos últimos quatro anos, mas os reflexos do fim do conflito e do crescimento económico na melhoria da prestação dos serviços sociais está ainda muito aquém do esperado.

A estratégia de combate a pobreza, formulada para o período 2003-2015, pretende constituir o quadro de referência para a definição de estratégias, programas de governos e orçamentos setoriais na fase de recuperação pós-conflito, tendo por objetivo central a «consolidação da paz e da unidade nacional através da melhoria sustentada das condições de vida do cidadão angolano mais carenciado e vulnerável» ( ENCP, 2012).

Esta estratégia estabelecia como meta global a redução do nível de pobreza para metade até 2015, em alinhamento com os objetivos de desenvolvimento do milénio das Nações Unidas. Os objetivos definidos na estratégia eram operacionalizados em dez áreas (saúde, educação, reinserção social, segurança, proteção, emprego, infraestruturas, desenvolvimento rural, governação, e gestão macroeconómica) de intervenção prioritária, com vista a criar um ambiente de estabilidade económico que evite desequilíbrios nos mercados.

Os dois principais importadores de petróleo angolano são a China e a Índia. Em 2009, Angola exportou mais de US \$ 15 Mil Milhões de barris de petróleo (quase 40% de sua produção total) para a China. A procura por parte da Índia também tem aumentado ao longo dos últimos cinco anos. Em 2009, Angola exportou quase US \$ 1,2 Mil Milhões em petróleo (9,4% da produção) para a Índia, três vezes mais em relação a 2004 (FMI, 2011).

Figura 21: Atual Exportações (Milhões de Dólares)

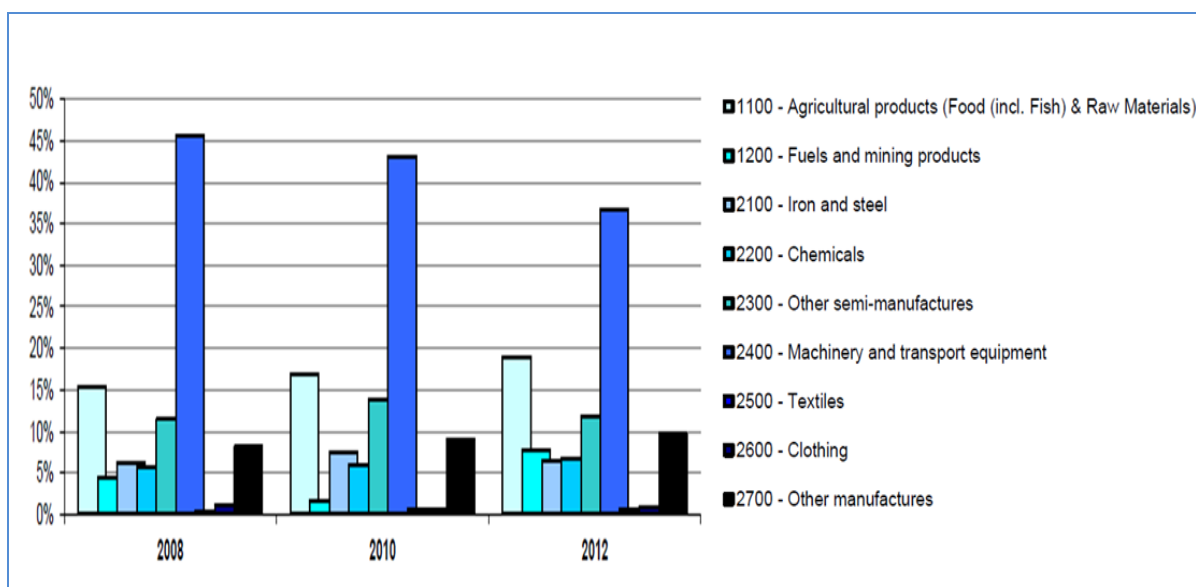


Fonte: WorldBank (2013)

Outros países, como Brasil, Coreia do Sul, Chile e Indonésia também importam petróleo a partir de Angola.

A par da evolução registada na importância, como importadores do petróleo de Angola, o papel dos parceiros emergentes também se expandiu como mercados de origem das importações angolanas. Em 2000, apenas o Brasil ficou entre os dez primeiros países exportadores para Angola (com 6,4% do total das importações), mas esta posição começou a mudar em 2002. Primeiramente a China e depois outros países (como a Argentina, a Índia, a Coreia ou mesmo os Emirados Árabes Unidos) ganharam destaque como exportadores para Angola. Em 2009 a China era a origem de 11% do total das importações. Do Brasil provinham 9% do total das importações, da Índia 8%, e dos Emirados Árabes Unidos provinham cerca de 5% do total das Importações. Estes países ficaram entre os maiores exportadores para Angola, representando coletivamente cerca de um terço das importações totais do país.

Figura 22: Principais Importações de Angola (%)



Fonte: Angola Trade Balance and EU, 2012

A posição da China aumentou notavelmente. Em apenas três anos, as importações da China aumentaram mais de três vezes (de US \$500 milhões em 2007 para mais de US \$1,5 mil milhões em 2009). Depois de Portugal e os Estados Unidos, a China é o terceiro parceiro comercial mais importante.

Podemos observar que Angola, é fortemente dependente das importações de produtos e matérias-primas oriundas da Europa e da Ásia. O capital empregue para pagamento destas despesas de importação é maioritariamente oriundo da venda de petróleo a mercados como a China e a Índia. Contudo, Angola, por intermédio da Sonangol, deve procurar reduzir a dependência das exportações de petróleo para estes países, de modo a melhor se poder proteger das flutuações de preços no mercado internacional e proteger-se do binómio **procura/oferta**. Não existem certezas que a China e a Índia no longo prazo irão aumentar a procura deste bem, portanto Angola e a Sonangol, para uma gestão efectiva da balança comercial devem, acima de tudo, primar-se pelo princípio da incerteza dinâmica das antecipações de **procura** e optar pelo primado da procura efectiva relativamente a **oferta** (Figueiredo, 2008:86).

#### 5.4 Investimento Estrangeiro

Um quadro fiscal favorável, custos de operação comparativamente baixos e uma relativamente alta taxa de descoberta de reservas têm facilitado o desenvolvimento do setor petrolífero em Angola.

A constituição da República de Angola define que os recursos petrolíferos do país são propriedade dos angolanos, constando o mesmo na lei dos petróleos de 28 de Agosto de 1978 (substituída pela lei 10/04). Esta transformou a Sonangol na única concessionária para a exploração e produção de petróleo. Após a independência, os direitos anteriormente concedidos a outras companhias foram transferidos para a Sonangol. A lei determina que *“as empresas estrangeiras que desejem empreender atividades de exploração e produção petrolífera apenas o poderão fazer em associação com a Sonangol”*.

Segundo a mesma lei 13/78 de 26 de Agosto de 1978, o Ministério dos Petróleos intervém na definição da política para o setor e na implementação das directrizes superiormente definidas pelo Governo ou, mais precisamente, pela Presidência da República, velando pelo cumprimento das disposições legais e contratuais com vista à realização dos objetivos nacionais.

O decreto-lei nº 9/95 de 15 de Setembro (lei das empresas públicas) provocou a primeira alteração do estatuto da Sonangol. Com base neste decreto-lei foram atribuídos poderes à Sonangol, cujo objectivo seria representar o Estado na atribuição e concessão de campos petrolíferos. O decreto-lei nº 19/99 de 20 de Agosto transformou-a numa Empresa Pública (EP), cujo objectivo foi permitir que ela participasse na actividade de pesquisa, refinação, e produção de petróleo, através do estabelecimento de acordos de parceria.

A Sonangol exerce a sua atividade fundamentalmente recorrendo a dois tipos de parcerias:

- **Joint venture (associação em participação):** A Sonangol estabelece contratos de associação, dividindo com os seus parceiros os custos de investimento e as receitas de produção, consuante a percentagem que detenham na concessão. A Sonangol geralmente financia a sua percentagem na *joint venture* através de empréstimos bancários oferecendo o petróleo, que será posteriormente produzido, como garantia.
- **Production Sharing Agreement (PSA):** Os custos de investimentos e os riscos são da responsabilidade das empresas multinacionais do bloco, que ficam com o denominado

*cost oil*. Os contratos de partilha de produção, ou *production sharing agreement*, estabelecem que parte da produção é *cost oil*, para recuperação do investimento, e outra parte é *profit oil*, para dividir entre o grupo empreiteiro e a concessionária, em percentagens variáveis, consoante o fixado para cada área. O royalty fica para a Sonangol e o restante, *profit oil* é dividido pelo governo, pela Sonangol e pelas empresas do bloco, mediante um complexo sistema de impostos.

A costa angolana está dividida em blocos constituídos por zonas com menos de 200 metros de profundidade, designados por *shallow waters*; blocos de águas profundas, situados entre os 200 e os 1000 metros de profundidade; e blocos com mais de 1000 metros de profundidade, os designados *ultra-deep water*. As áreas de *offshore* incluem uma faixa próxima da costa que contém os blocos 1 a 13 e o bloco 0 (concessão de Cabinda), uma faixa de águas profundas que contém os blocos 14 a 30 e uma faixa de águas muito profundas que contém os blocos 31 a 34. As áreas costeiras incluem os blocos de Cabinda, Congo e Kwanza.

Em 1978 foi promulgada a primeira lei do petróleo que concede a Sonangol o estatuto de concessionária exclusiva dos direitos mineiros para a pesquisa e produção de hidrocarbonetos líquidos e gasosos. A Sonangol é o único concessionário para a exploração petrolífera, o que permite a empresa associar-se às multinacionais estrangeiras, apostando numa óptica de desenvolvimento através de parcerias estratégicas. Entre 1978 e 1980, foram assinados acordos de parcerias com várias multinacionais, para a exploração dos primeiros 13 blocos, correspondendo a uma área de cerca de quatro mil quilómetros quadrados. A exploração começou no início dos anos 80.

Nos anos 90, o governo estabeleceu 17 novos blocos, em águas mais profundas, abrangendo uma área de sensivelmente cinco mil quilómetros quadrados. Os primeiros a serem explorados foram o bloco 16 e o 17. Em Maio de 1999, foram atribuídos os primeiros blocos de águas ultra profundas, o 31, o 32 e o 33, e em Outubro, o bloco 34. A 16 de Novembro de 2001, o Ministro angolano dos Petróleos inaugurou o campo Nunce-Sul na área do Canuku, o primeiro projeto de produção petrolífera da Sonangol – pesquisa e produção.

Durante o ano de 2003, assistiu-se a descoberta de mais oito áreas comerciais, nos blocos 15, 17, 31 e 32. Em finais desse ano, tinha-se registado um aumento significativo da

produção petrolífera. Entre os blocos mais promissores estão o bloco 0,14,15,17 e 18. Também os blocos de águas mais profundas revelam grande potencialidade. A maior parte da produção Angolana esta localizada no *offshore* do bloco 0, no norte da província de Cabinda. Nesta região produz-se mais de metade do petróleo angolano.

O bloco 0 (área A, área B e área C), localizado na zona de *offshore* do enclave de Cabinda, representa, até ao momento, a maior parte da produção com cerca de 550 mil bpd. A Chevron, através da Cabinda Gulf Oil Company (CABGOC), é a operadora do bloco 0, com 39,2% da *joint venture*. Os outros parceiros incluem a Sonangol (41%), a Total (10%) e a Agip (9,8%).

O Decreto 30/95 de 3 de Novembro de 1995 regulamenta os fluxos financeiros e as operações cambiais que dizem respeito às exportações de venda de petróleo pelas companhias petrolíferas. Um princípio fundamental deste decreto é o de que os impostos de todas as companhias petrolíferas devem ser pagos ao Ministério das Finanças utilizando o Banco Nacional de Angola (BNA) como intermediário. Também as receitas totais da venda de petróleo não reservadas têm de ser vendidas ao BNA. Em seguida o BNA deve creditar o equivalente em dólares americanos destas vendas à Sonangol. Destas receitas a Sonangol deve pagar os seus impostos e fazer os seus pedidos de liquidez.

A avaliação do petróleo para efeitos fiscais, está prevista nos Decretos de Concessão e realiza-se por etapas. Os investidores fornecem informação ao Ministério dos Petróleos relativamente às suas próprias transações e, em seguida, o Ministério fixa um preço de mercado para o trimestre.

A taxa de imposto sobre o rendimento petrolífero difere entre os contratos de associação e os acordos de partilha de produção.

Alguns países emergentes apresentam-se como os investidores-chave, fornecendo a principal fatia do capital que financia projetos de investimento específicos, de médio e longo prazo, da dívida externa pública de Angola. Perto de um terço do total destes investimentos (cerca de US \$15 mil milhões) são assim realizados com parceiros considerados países emergentes (fora de África). Os parceiros mais importantes são a China e o Brasil, representando, respetivamente, 20% e 13% de todas as linhas de crédito. A maioria dessas linhas de crédito estendem-se, pelo menos, a dez anos e destinam-se fundamentalmente a financiar investimentos em obras públicas. Este financiamento tem

como contrapartida a produção de petróleo e taxas de juros que não excedam mais de 3% em relação Libor (World Bank, 2010).

Desde o fim da guerra civil em 2002 o investimento chinês em Angola tem aumentado consideravelmente e tem sido crucial para a reconstrução pós-guerra. As empresas chinesas também são players importantes na construção de novas cidades, como Kilamba Kiaxi, perto de Luanda, a ser construído pela Grupo chinês Citic. Cerca de 450 empresas chinesas (50 públicas e 400 empresas privadas) operam em Angola, e no final de 2010, os vice-presidentes chinês (Xi Jinping) e de Angola (Fernando Da Piedade Dias dos Santos) concordaram em expandir o comércio, o investimento e parcerias entre os respectivos países.

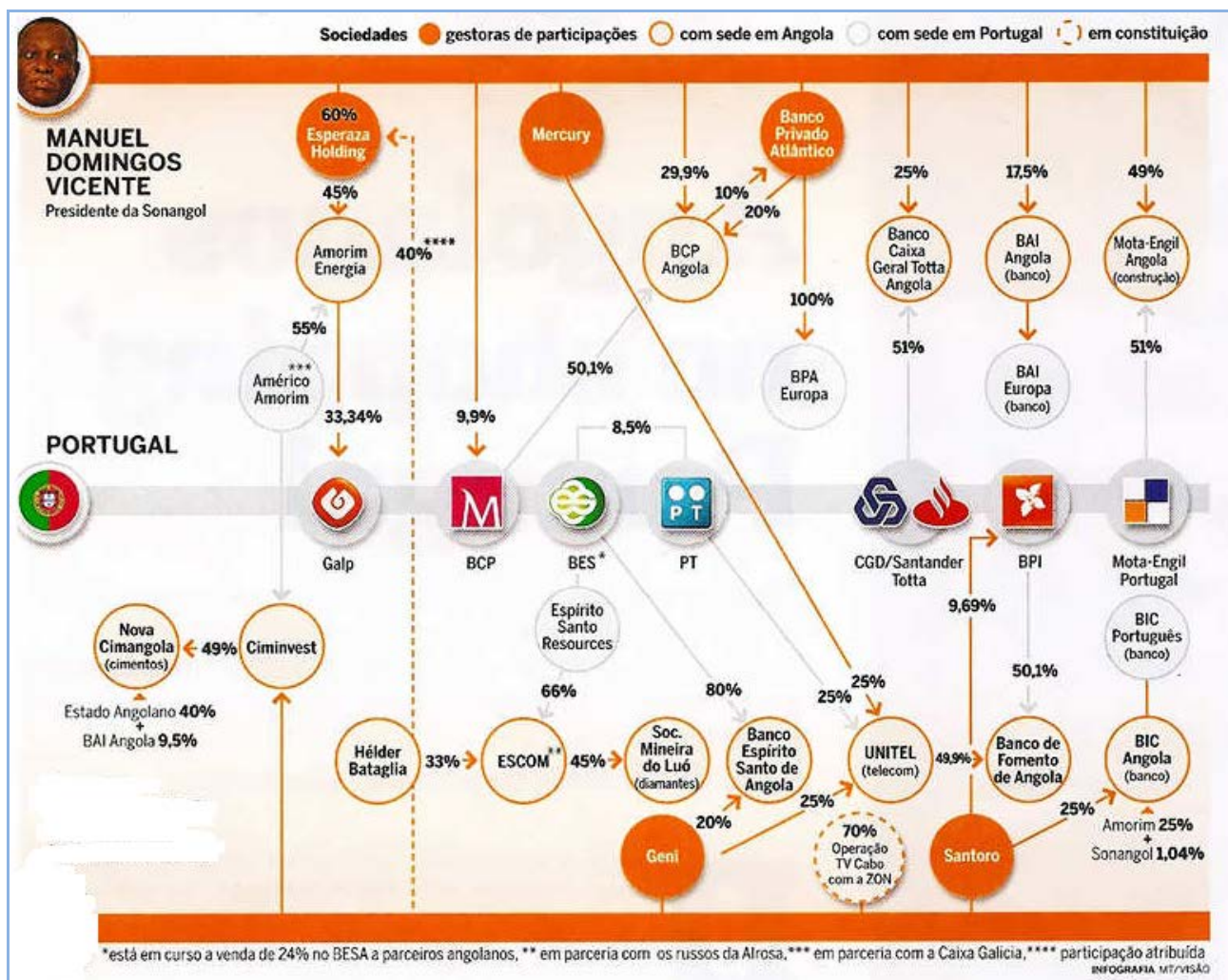
Por outro lado, a Sonangol através da sua política de internacionalização, procura investir em mercados emergentes, procurando estabelecer parcerias com empresas estrangeiras de modo a diversificar a sua atividade.

Em 2012, foi criado o Fundo Soberano cujo objetivo, é o de ajudar a promover o desenvolvimento socioeconómico de Angola, assim como criar riqueza para o seu povo (Fundo Soberano, 2013).

A estratégia de investimento do Fundo Soberano de Angola, baseia-se no compromisso com o desenvolvimento socioeconómico de Angola e a preservação do capital do seu povo. Apesar do Fundo considerar investimentos em África e a nível global, a sua atenção concentra-se mais nos investimentos no mercado local, construindo infraestruturas em Angola e criando oportunidades para o povo angolano.

Em termos internacionais, e a título de exemplo, a forte presença da Sonangol em Portugal apresenta-se do seguinte modo:

Figura 23: Ligações acionistas de Angola a Portugal



Fonte: Revista Visão, Dez2009, Pág.58

### Energia

O Presidente da Sonangol, Manuel Vicente, afirmou em 2012 que os investimentos da Sonangol em empresas portuguesas são para continuar, com os pés bem assentes na GALP Energia, e com os olhos bem atentos na Banca portuguesa. A parceria com a Galp Energia, onde é detida uma participação de 45 por cento na holding Amorim Energia, detentora por sua vez de 33,34 por cento na petrolífera portuguesa é importante para a Estratégia da Sonangol e deverá continuar como tal.

Além da participação que tem na Galp Energia, a petrolífera angolana está presente como accionista do Millennium BCP, admitindo-se que no futuro, entre outros planos, possa eventualmente comprar ações na EDP (Energias de Portugal), se as condições de mercado o

permitirem. No Millennium BCP a Sonangol propôs recentemente um acordo que lhe permitirá adquirir 49,99 por cento do Millennium Angola.

### **Banca**

Entretanto a Sonangol, conseguiu um negócio importantíssimo em solo Português. A Caixa Geral de Depósitos (CGD) e o Banco Santander Totta (BST) anunciaram a 22 de Setembro de 2008 que se juntaram a Sonangol e a outros investidores angolanos para desenvolverem o banco Totta Angola (BTA), que se passará a chamar Banco Caixa geral Totta Angola (BCGTA). Em Setembro de 2012, o banco anunciou, a o seu plano de expansão extratético em Angola, cuja prioridade seria levar o banco a todas as 18 províncias de Angola e reforçar nas mais industrializadas, Luanda, Huambo e Benguela.

### **Construção**

Segundo o Diário de Noticias de 24 de Setembro de 2010, foi assinado, em Luanda, um acordo para a criação de um consórcio denominado Mota-Engil Angola, sendo a nova sociedade detida em 51% pela Mota-Engil e em 49% por um consórcio Angolano formado pelas empresas: Sonangol, Banco Privado Atlântico, Finicapital e Globalpactum.

O desenvolvimento de Angola, conforme foi referenciado acima, encontra-se muito dependente do Investimento Estrangeiro, proveniente de economias emergentes como a China ou a Índia. A Sonangol por outro lado procura diversificar o seu *core business*, investindo em países como Portugal ou o Brasil, onde existe uma maior aproximação cultural. Apesar de interessante, pensamos que esta Estratégia ainda não teve os devidos reflexos positivos no bem-estar dos angolanos, apesar de, de acordo com o modelo de **Schumpeter**, poder vir a constituir um importante foco de desenvolvimento do país, considerando o papel que o potencial progresso técnico, aliado a este tipo de relacionamentos, onde a inovação constitui um fator predominante, pode ter para impulsionar o desenvolvimento de Angola.

Parece inquestionável a necessidade que Angola tem de inovar, de procurar pólos de desenvolvimento que ajudem o país a reduzir a sua dependência estrutural do petróleo. Para potenciar devidamente esta inovação, torna-se crucial também uma efetiva aposta na qualificação dos quadros nacionais, aspeto que poderá contribuir simultaneamente para o aumento da produção e para a redução do desemprego. Em determinados momentos da

vida económica, multiplicam-se os projetos rentáveis e toda a economia prospera; em outras ocasiões, os negócios em geral retraem-se e o desemprego aumenta. Um dos maiores desafios que se coloca a Angola será quebrar a dependência estrutural do petróleo, procurando prolongar o ciclo virtuoso aliado a este processo de inovação que se pode iniciar com a promoção do investimento estrangeiro, acreditando-se que, se o país souber utilizar o seu potencial de recursos produtivos, se poderá encontrar uma fonte alternativa com enorme potencial ao seu desenvolvimento.

### **5.5 Qualidade das Infraestruturas**

Angola tem feito progressos impressionantes na reabilitação das suas infraestruturas. Este esforço tem sido financiado por entidades públicas, fundos e crédito externo. Empresas de construção estrangeiras, nomeadamente chinesas e brasileiras, têm sido responsáveis pela reconstrução das infraestruturas do país. No caso da reabilitação rodoviária, esta tem-se centrado na promoção da ligação entre os principais centros urbanos do país, bem como na rede viária ao redor de Luanda.

Além disso, a revitalização e modernização do transporte ferroviário de Angola e das suas infraestruturas portuárias é igualmente uma prioridade do país. O trabalho está em curso, embora o progresso tenha vindo a ser lento. A conclusão do caminho-de-ferro Luanda-Malange, ligando a capital de Angola com o interior norte do país, tem sofrido atrasos. A crise económica global reduziu severamente o financiamento para estes investimentos, e não é expectável que o mesmo venha a ficar plenamente operacional até ao final do ano de 2014, uma vez que uma série de questões técnicas, operacionais e administrativas sejam superadas. As despesas totais previstas com o investimento em infraestruturas de transporte em 2013 deverão situar-se perto dos US \$17,9 mil milhões (24,7% do orçamento nacional).

Com um conjunto de grandes investimentos em curso nos transportes e na rede viária do país, ganhos significativos podem agora ser obtidos a partir uma melhor gestão e coordenação da rede, o que deverá promover uma melhoria na qualidade do serviço de transportes, assim como um nível mais adequado de tarifas e impostos específicos para o desenvolvimento eficientes dos transportes. Apesar dos passos iniciais já dados nessa direção, considera-se que, de uma forma geral, se pode ainda hoje falar de uma completa ausência de planeamento de tráfego ao nível geral do país. Pode mesmo dizer-se que o setor

de transportes, embora em desenvolvimento, ainda se encontra subfinanciado, o que não tem ajudado a potenciar devidamente esta importante componente para o desenvolvimento do país.

Um dos setores com elevado potencial para o desenvolvimento do país é, sem dúvida, o setor da Agricultura e Pescas. Em 14 das províncias de Angola temos vindo a assistir à implementação de importantes programas de desenvolvimento rural, de apoio à produção agrícola, e à implementação de programas de desenvolvimento agroindustrial, procurando-se simultaneamente melhorar as capacidades de gestão das pescas e fortalecendo os ecossistemas. Ao todo, cerca de US \$0.650 milhões (1,4% do orçamento total) foi dedicado à promoção do setor de Agricultura e Pescas em 2011.

Em termos de energias alternativas, e em particular de energias renováveis, Angola tem um potencial hidroelétrico enorme, e atualmente esta fonte energética oferece três quartos da eletricidade consumida no país. No entanto, a guerra civil destruiu as instalações existentes e o governo não conseguiu manter abastecimento em linha com a expansão da procura. Em 2011, estima-se que o governo tenha gasto cerca de US \$1,3 mil milhões (3% do orçamento total) para a reposição e desenvolvimento das infraestruturas de energia.

No domínio da Energia, os planos do governo também incluem o desenvolvimento de pequenas centrais hidroelétricas de energia para fortalecer o setor agroindustrial.

Apesar dos níveis de investimento verificados, um desafio permanece para a eficácia das políticas de desenvolvimento, e este prende-se com a avaliação e monitorização da qualidade dos investimentos públicos realizados por empresas estrangeiras em Angola. Por exemplo, o Hospital Geral de Luanda foi construído há quatro anos pela China Overseas Engineering Company Group (COVEC), tendo um custo total orçado em cerca de US \$8 milhões de dólares que foram financiados por linhas de crédito. No entanto, passado 3 meses viriam a ser descobertas fissuras no edifício que levaram à evacuação de todos os pacientes e de toda a equipa hospitalar, tendo-se vindo a decidir pela demolição do edifício.

O Ministro dos Petróleos, Eng. Botelho de Vasconcelos, é defensor de que Angola está no bom caminho para o desenvolvimento, e parte das receitas provenientes do petróleo deve ser canalizada para o serviço da dívida. O ministro dos Petróleos defende também que o aumento e a renovação de infraestruturas sociais em todo território nacional, para além de serem uma via de distribuição da riqueza (Stocks) e do Rendimento (Fluxos) de um país,

contribuirá para alimentar o nível de crescimento económico que a economia angolana tem vindo a registar nos últimos anos, atraindo mais investimentos privado em diversos setores económicos tais como: Agricultura, Turismo, ou a própria Indústria Ligeira, entre outros. Outrossim, o aumento de infraestruturas sociais vai expandir os serviços de saúde, bem como promover a educação em áreas remotas do país. Por exemplo, a construção de uma Unidade de tratamento de Gás Natural, permitiu a construção de uma central térmica movida a gás para produção de corrente elétrica no município do Soyo. Estes investimentos vão atrair outros investimentos em setores industriais e agrícolas na região (Entrevista ao Eng. Botelho de Vasconcelos, Dez2012).

### 5.6 Qualidade da Força de trabalho

Os recursos humanos continuam a ser uma condição chave para a promoção da Educação e da Saúde. Depois de uma guerra de 27 anos, é muito difícil convencer professores qualificados e profissionais de saúde para o exercício das suas profissões nas áreas rurais mais longínquas da capital. A administração e implementação de planeamento do Governo padece do mesmo problema. A concentração de já escassos trabalhadores qualificados nos principais centros urbanos (especialmente Luanda) continua a dificultar a implementação dos ambiciosos planos estratégicos do Governo para o desenvolvimento mais equitativo do país.

Cerca de 70% da despesa com a Educação é destinada à educação pré-primária e primária. A Taxa Bruta combinada de escolarização na Educação (ambos os sexos) em 2011 foi de 46,5% de acordo com o Relatório Desenvolvimento Humano do PNUD de 2011. O objetivo do Governo é aumentar a taxa de escolarização primária bruta para 90% até 2015. Nos adultos a taxa de alfabetização é de 70% para a população com mais de 15 anos, embora entre as mulheres jovens (de 15 a 24 anos) residente nas áreas rurais, a taxa de alfabetização esteja perto apenas dos 23%.

O modelo multiplicador **Keynesiano**, diz que o Investimento é autónomo e gera sucessivos efeitos no rendimento, sobretudo através dos aumentos que induz no Consumo. Para que o consumo seja estimulado é necessário que haja trabalho, que é produto do investimento e que se aposte na formação da força de trabalho local. Na visão de Harrod, o próprio investimento é estimulado - «**acelerado**» - pelo efeito gerado pelos aumentos no consumo. Para conseguir atingir este desiderato, Angola, tem que investir na qualificação e formação

dos seus quadros, deve procurar canalizar uma fatia mais representativa do orçamento de estado neste setor.

### 5.7 Taxa de Inflação e a Moeda Local

A inflação continua a ser um desafio para Angola. Depois de anos de diminuição sustentada, a inflação aumentou em 6% em 2008 para chegar a 13,7% e subiu um ponto percentual novamente em 2010 (BNA, 2010). Em 2011 a inflação situou-se nos 13,5%, para baixar para os 10,3% em 2012. Em 2013 estima-se que a inflação baixe para um dígito, cifrando-se nos 8,7% (African Economic Outlook, 2013).

Espera-se que esta diminua em 2013 para um dígito apenas, como consequência da estabilização da moeda local, e da redução da dependência do dólar na economia local.

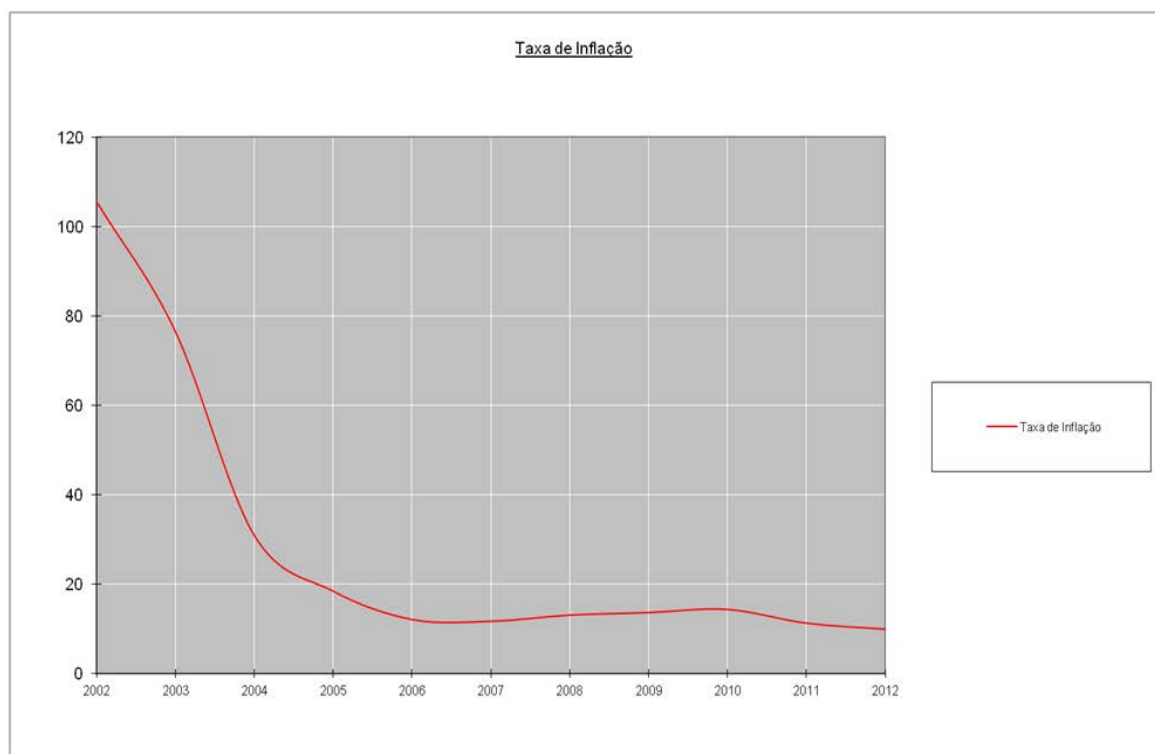
O Eng. Botelho de Vasconcelos é defensor de que a evolução recente registada ao nível da taxa de inflação, veio tornar a economia mais estável.

Já a nível de política cambial, verifica-se que o Banco Nacional de Angola, tem utilizado essencialmente as moedas estrangeiras, particularmente o dólar norte-americano como instrumento de política realizando operações de “*open market*”<sup>18</sup> para controlar a massa monetária em circulação, bem como a taxa de inflação. Entretanto, este instrumento é eficaz quando existem disponibilidades de reservas em moedas estrangeira suficientes. O aumento da produção e do preço do petróleo, associado ao fim do conflito armado, permitiu que as reservas internacionais líquidas do BNA aumentassem substancialmente, passando de 15.672,51 milhões em 2002 para 2.550.728,20 milhões de Kwanzas “equivalentes em divisas” em 2011 (Boletim Estatístico do BNA, Dezembro de 2011, pág.12). Este aumento permitiu a redução das taxas de inflação e de juro na nossa economia. (Entrevista ao Eng. Botelho de Vasconcelos, Dez2012).

---

<sup>18</sup> Ou seja, compra e venda de divisas.

Figura 24: Evolução da Taxa de Inflação de Angola



Fonte: WorldBank , 2012

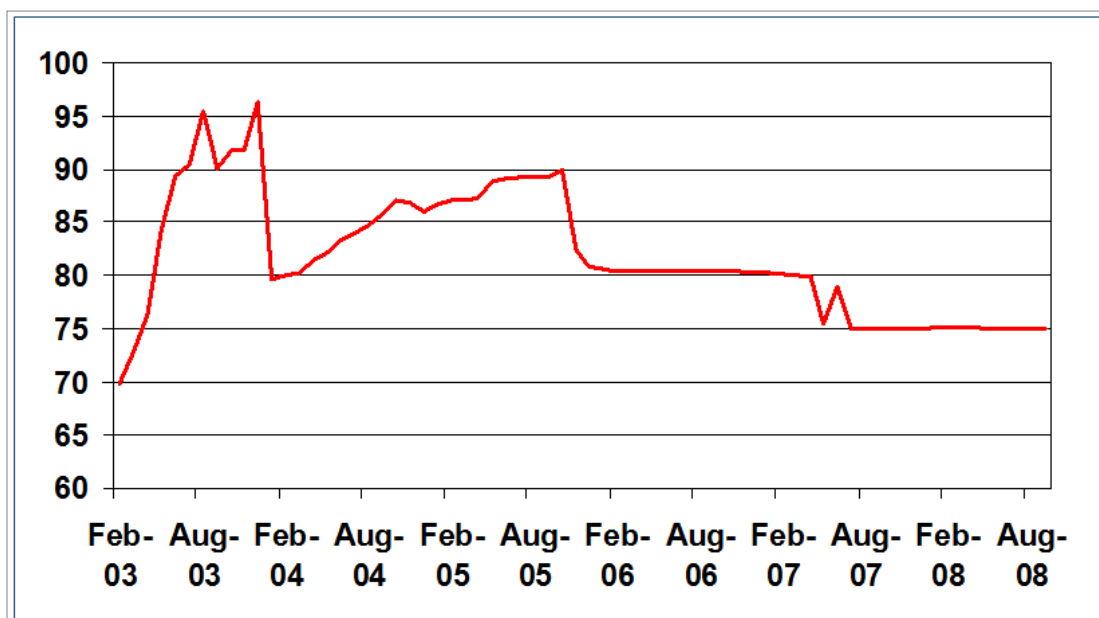
Entre julho de 2008 e fevereiro de 2009, os preços do petróleo caíram (de USD 145 por barril para USD 37), provocando um choque com a taxa de reservas em moeda estrangeira, que foram fortemente mobilizadas para apoiar o kwanza.

As reservas foram esgotadas em US \$20 milhões em dezembro de 2008, para US \$12,6 milhões em dezembro de 2009, tendo recuperado para US \$15,7 milhões em dezembro de 2010. A resposta do governo para fazer face a esta situação foi restringir a políticas monetária através, fundamentalmente, do recurso a mecanismos de restrições administrativas.

Para esterilizar a liquidez, ao longo de 2009 e 2010, o BNA aumentou controles administrativos para o estrangeiro e na troca do sistema de leilão, tendo implementado exigências de reservas legais de 30% sobre os depósitos bancários. Foram também emitidos títulos domésticos para financiar o orçamento geral e ajudar a “secar a liquidez” no país. A redução da oferta de dinheiro também diminuiu consideravelmente o crédito que se cifrou em 70,2% em 2008, em 55,3% em 2009 e em 22,2% em 2010, o que veio a originar uma contração na economia. A liquidez diminuiu o que, combinado com os pagamentos

atrasados da dívida interna, diminuiu também a atividade do setor privado em 2010.

Figura 25: Taxa de Câmbio Angola (Kwanzas Vs. Dólares)



Fonte: WorldBank , 2011

A estabilização da taxa de câmbio, a oferta de dinheiro controlada e um forte nível de reservas em moeda permitia alguma flexibilidade para voltar para a política monetária em 2010, e isso deve permanecer fiel para 2013. O Banco Nacional de Angola (BNA), está a tentar aumentar a liquidez em 2013 e promover o setor privado através das taxas de juros mais baixas. O BNA também visa diminuir a dolarização da economia, limitando o número de créditos em moeda estrangeira (BNA, 2013).

A grande meta do governo, para o período 2013-2017, é, uma inflação de um dígito apenas, o que pretende fazer através das políticas de modernização da economia, valorizando a moeda nacional e diminuindo a dolarização. Após nove anos de diminuição da inflação, a tendência inverteu-se em 2008-09 com um aumento de 6% na inflação. Esta aumentou ligeiramente em 2010 impulsionado pela desvalorização de 17% na taxa de câmbio, e os 50% e 38% de aumento nos preços da gasolina e diesel (após a retirada do subsídio governamental em 20% para se preparar para a liberalização do setor petrolífero a jusante).

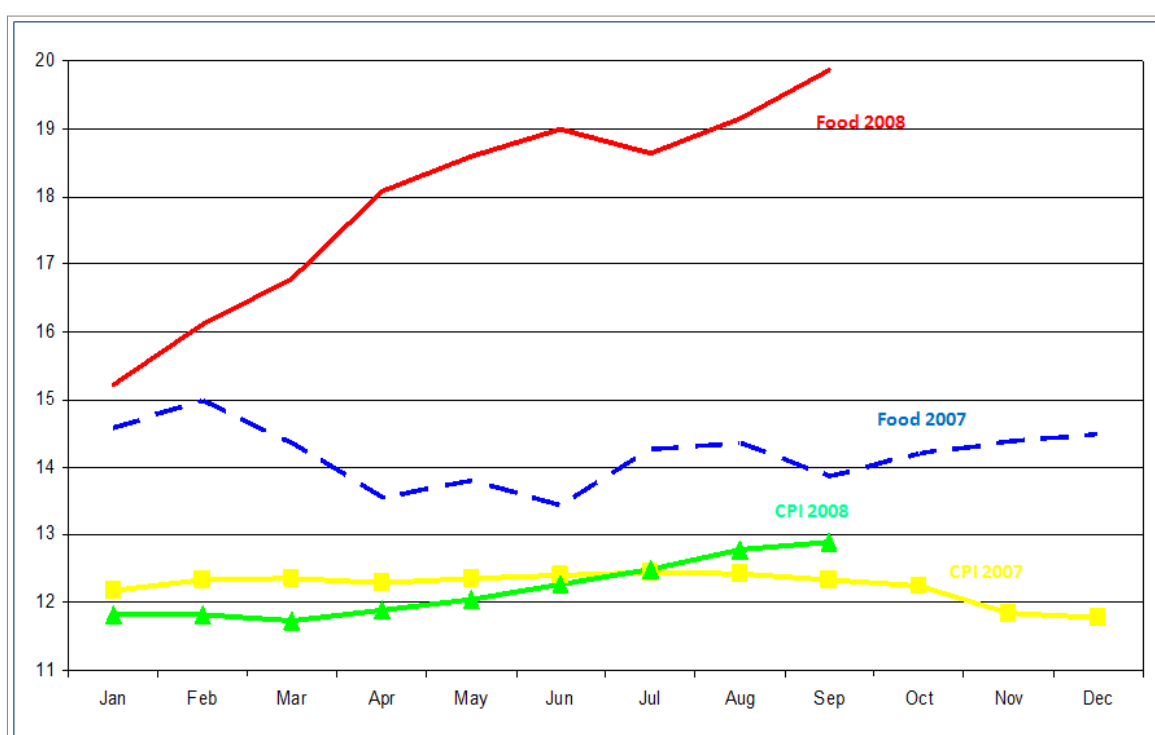
Contudo, a Inflação de um dígito é esperada em 2013, dada a sua estreita correlação com transporte público e distribuição agrícola. O governo espera atingir um dígito da inflação

antes de abrir um mercado de ações (BNA, 2012).

### 5.8 Bem-estar Social

Apesar de Angola ser um país extremamente rico em petróleo, a maior parte dos angolanos encontra-se entre as pessoas mais pobres do mundo; o produto interno bruto *per capita* é de US \$4,060/ano, ao mesmo tempo que mais de metade da população (54,3 por cento) vive abaixo do limiar de pobreza, com US \$1,25/dia.<sup>19</sup>

Figura 26: Índice de Preços do Consumidor Angola



Fonte: WorldBank , 2010

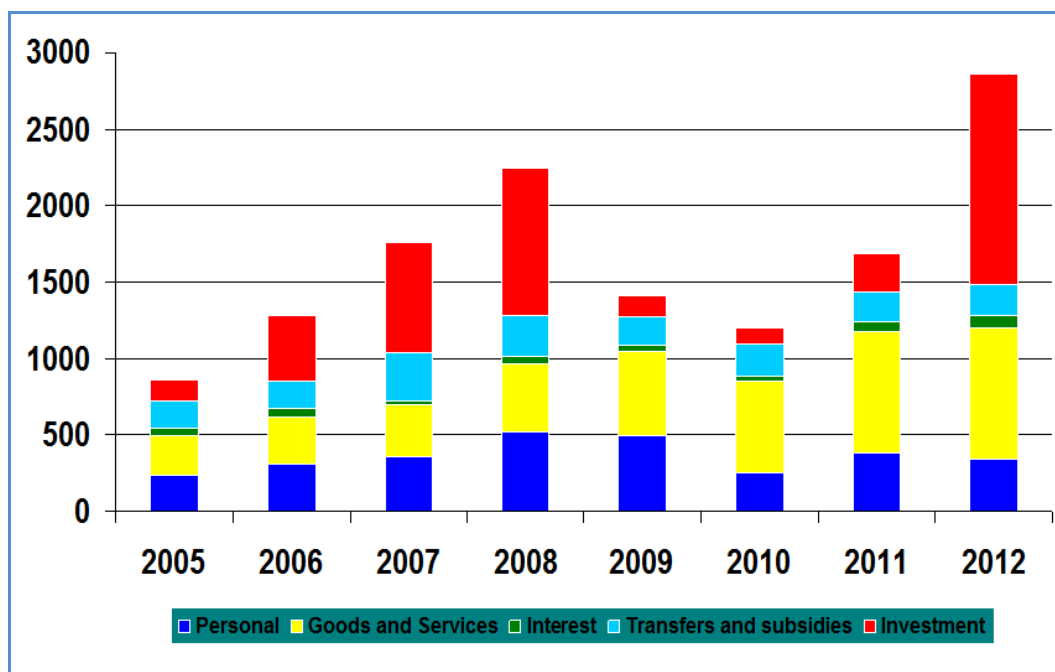
O desemprego ainda é muito alto e tem sido afectada pela recente crise económica global. Estima-se entre 22% e 21% de desempregados para o período 2013-2014. A administração pública continua a ser o maior empregador formal, revelando a extensão limitada a que o crescimento tem estimulado a criação de empregos no setor privado (Ministério do Planeamento, 2013).

O Investimento no setor da saúde tem sido baixo em comparação com a educação e proteção social, e a meta do governo de ter três médicos por 10 000 habitantes em 2012

<sup>19</sup> Fonte: [www.makaangola.com](http://www.makaangola.com)

parecia ambiciosa, à luz do produção atual de pessoal médico qualificado.

Figura 27: Despesas do Estado (Milhões de Kwanzas)



Fonte: WorldBank , 2012

Alguns indicadores mostram que os desafios permanecem na infância em termos, principalmente, de saúde e nutrição. De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano 2011, Angola ocupa o 161º lugar do mundo para a mortalidade de menores de cinco anos (220 por 1 000 nascidos vivos). Este relatório classifica 89 dos 97 países em relação à prevalência de desnutrição, de acordo com a Organização para a Alimentação e Agricultura. No caso de Angola, verifica-se que 44% da população está abaixo de um limite mínimo na dieta alimentar, para manter uma vida saudável e realização de atividade física com um peso aceitável para a altura e idade atingida.

Pode, assim, concluir-se que, apesar da expansão da economia, e do aumento das receitas do petróleo, a maior parte dos 13,9 milhões de angolanos vive em extrema pobreza. Os angolanos não usufruem da riqueza do seu país. O professor Ennes Ferreira utiliza a expressão “nomenklatura petrolífera” para designar os grupos sociais que estariam a usufruir dos rendimentos do ouro negro para usufruto próprio. Estamos perante o que os especialistas denominam de paradoxo da plenitude (Carvalho, 2011:83).

Por outro lado, a dependência económica do setor petrolífero, apesar de garantir a

estabilidade na taxa cambial dólar-kwanza e estabilidade da taxa de inflação, tem condicionado o desenvolvimento de outros setores económicos do país, como a agricultura e as pescas, ao contrário do que defende Perroux (1981:241), que diz que crescimento baseia-se em determinados agentes, sobretudo empresários e investidores, e em certos setores económicos, nomeadamente industriais, que beneficiam de uma procura crescente e constituem dinâmicas tecnológicas e organizativas assinaláveis. Estes setores «motrizes» dominam as atividades concentradas em determinado «ponto» do território e arrastam outras atividades localizadas em áreas periféricas, ou mesmo em outras regiões, por outro lado, o desenvolvimento deve passar por setores produtivos como a agricultura; setor outrora debilitado devido aos longos anos de guerra em Angola. Angola vê-se obrigada a importar grandes quantidades de bens alimentares, que poderiam ser produzidos localmente, se existisse produção e investimento na indústria e agricultura.

### 5.9 A Petro-dependência

Angola é o segundo maior produtor de Petróleo a seguir à Nigéria “maior produtor africano de petróleo”, de acordo com o mais recente Oil Mining Report (OMR) divulgado pela organização dos países exportadores de petróleo (OPEP), na reunião de 11 de Junho de 2008 em Viena (Áustria).

Figura 28: Listagem dos maiores produtores de Petróleo em África

**Table 5**  
**OPEC crude oil production, according to selected secondary sources, 2007–11**  
*(1,000 b/d)*

	2007	2008	2009	2010	1Q11	2Q11	3Q11	4Q11	2011	Average change 11/10
Algeria	1,358	1,377	1,268	1,250	1,246	1,244	1,241	1,230	1,240	-10
Angola	1,660	1,871	1,780	1,783	1,665	1,548	1,675	1,763	1,663	-120
Ecuador	507	503	477	475	490	490	486	494	490	15
IR Iran	3,855	3,892	3,725	3,706	3,656	3,658	3,607	3,563	3,621	-85
Iraq	2,089	2,341	2,422	2,401	2,652	2,665	2,682	2,669	2,667	266
Kuwait	2,464	2,554	2,263	2,297	2,374	2,483	2,597	2,690	2,537	240
Libya	1,710	1,718	1,557	1,559	1,096	153	47	562	462	-1,098
Nigeria	2,125	1,947	1,812	2,061	2,087	2,144	2,183	2,026	2,110	49
Qatar	807	839	781	801	807	807	808	810	808	7
Saudi Arabia	8,654	9,113	8,051	8,271	8,707	9,081	9,629	9,653	9,271	1,000
UAE	2,504	2,557	2,256	2,304	2,441	2,519	2,551	2,557	2,517	213
Venezuela	2,495	2,557	2,394	2,338	2,383	2,375	2,391	2,371	2,380	42
<b>Total OPEC</b>	<b>30,228</b>	<b>31,270</b>	<b>28,785</b>	<b>29,246</b>	<b>29,606</b>	<b>29,165</b>	<b>29,897</b>	<b>30,387</b>	<b>29,766</b>	<b>520</b>

**Note**  
Totals may not add up due to independent rounding.

**Source**  
OPEC Secretariat assessment of selected secondary sources.

Fonte: OPEC, Annual Oil Mining Report, 2011, pág. 16

Figura 29: Listagem dos maiores produtores de Petróleo em África (Fonte secundária)

Table 5.4: OPEC crude oil production based on <i>secondary sources</i> , tb/d									
	2011	2012	3Q12	4Q12	1Q13	Feb 13	Mar 13	Apr 13	Apr/Mar
Algeria	1,240	1,210	1,209	1,186	1,168	1,166	1,162	1,171	8.6
Angola	1,667	1,738	1,719	1,728	1,745	1,724	1,759	1,770	11.7
Ecuador	490	499	501	502	502	503	501	507	6.3
Iran, I.R.	3,628	2,973	2,742	2,680	2,706	2,723	2,685	2,695	9.7
Iraq	2,665	2,979	3,135	3,118	3,032	3,054	3,037	3,139	102.7
Kuwait	2,538	2,793	2,799	2,820	2,789	2,793	2,774	2,784	10.2
Libya	462	1,393	1,466	1,468	1,399	1,406	1,398	1,399	1.6
Nigeria	2,111	2,073	2,110	1,965	1,991	1,989	1,949	1,940	-9.3
Qatar	794	753	745	732	736	738	732	737	5.0
Saudi Arabia	9,290	9,737	9,792	9,436	9,108	9,119	9,131	9,270	138.5
UAE	2,516	2,624	2,653	2,650	2,690	2,699	2,700	2,710	10.0
Venezuela	2,380	2,360	2,348	2,343	2,358	2,351	2,355	2,337	-17.9
<b>Total OPEC</b>	<b>29,782</b>	<b>31,132</b>	<b>31,217</b>	<b>30,628</b>	<b>30,224</b>	<b>30,264</b>	<b>30,182</b>	<b>30,459</b>	<b>277.1</b>
<b>OPEC excl. Iraq</b>	<b>27,116</b>	<b>28,153</b>	<b>28,082</b>	<b>27,509</b>	<b>27,192</b>	<b>27,210</b>	<b>27,145</b>	<b>27,319</b>	<b>174.5</b>

*Totals may not add up due to independent rounding.*

Fonte: OPEC, Monthly Oil Mining Report, May 2013, pág. 43

No seu OMR para o mês de Maio, a OPEP afirma que a produção angolana em Abril de 2012 foi de 1,7 milhões de barris por dia ao passo que a produção da Nigéria caiu para 1,94 milhões de barris, contra um pico de 2,1 milhões de barris três anos antes.

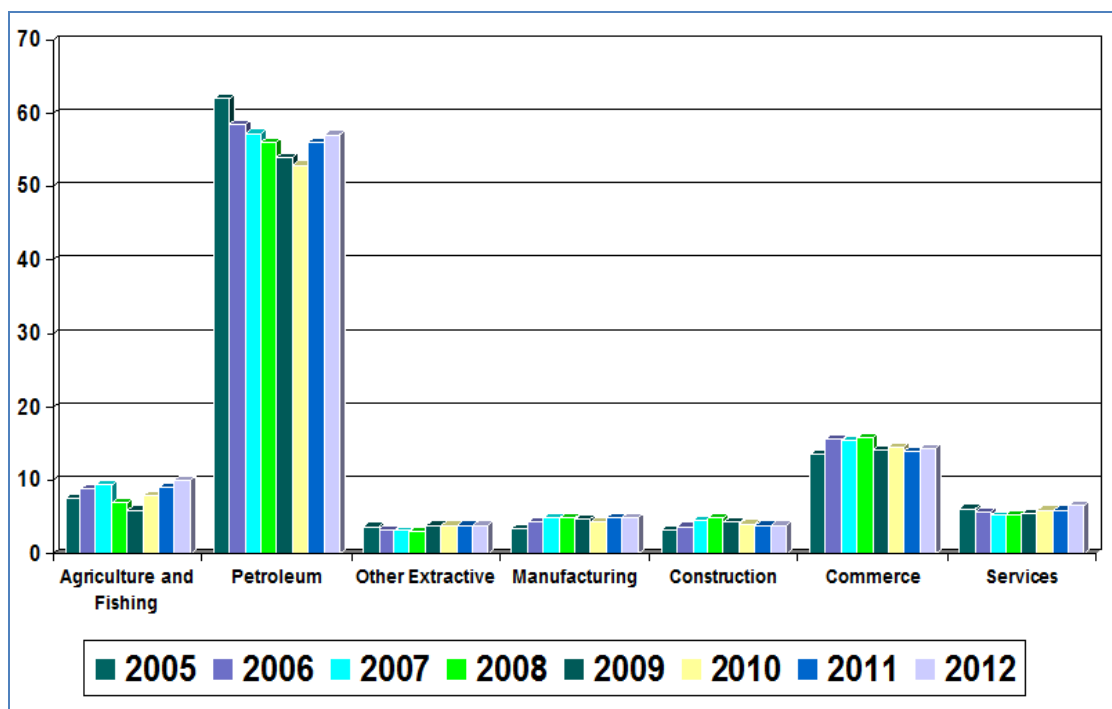
De acordo com a OPEP, a produção da Nigéria tem vindo a cair com 1,9 milhões de barris em 2013 versus 2,1 milhões de barris em 2012. Durante o mesmo período, a produção de Angola passou de 1,6 milhões de barris por dia em 2012 para 1,7 milhões em 2013. O cartel petrolífero atribuiu o aumento da produção de Angola a novos projetos “Offshore” na região rica em petróleo junto a costa da província de Cabinda.

Segundo Nicholas Shaxson, jornalista especializado em assuntos económicos, Angola é considerada um dos países mais atrativos do mundo para a exploração petrolífera. As maiores companhias petrolíferas, consideram Angola, *“the world’s most exciting oil exploration frontier”* (Shaxson, 2007:95). Como já referido, a indústria petrolífera tem sido o principal motor da economia angolana. Atualmente e segundo o governo de Angola, as receitas do petróleo são utilizadas para o reescalonamento da dívida pública, estimada em 2012, em 16,2 mil milhões de dólares, e aplicadas nos esforços de reconstrução do país.

A economia angolana depende bastante deste setor. Em 2012 o petróleo representou 57% do produto interno bruto e cerca de 80% das receitas, e 97% das exportações. O produto

interno bruto cresceu 8,8% em 2012, em resultado do aumento significativo da produção de petróleo e continuou a crescer a uma taxa anual estimada de 7,7% durante o ano de 2012.

Figura 30: A composição do PIB em Angola (%)



Fonte: WorldBank, 2012

A dependência do petróleo - responsável por mais de 57% da riqueza nacional e mais de 97% das exportações - é incontornável. Desde a década de 80 que o setor petrolífero nacional tem crescido a um ritmo anual médio, de 25%. As estimativas mais conservadoras apontam para que as reservas nacionais de ouro negro cheguem aos 10 mil milhões de barris. Contudo, com a recente descoberta de vários campos petrolíferas *offshore*, os especialistas apontam para que essas reservas tenham o dobro desse valor.

Como defendido anteriormente, Angola precisa de diminuir a dependência do petróleo, procurar diversificar, apostando em setores menos desenvolvidos, como a agricultura, pescas, e outros serviços, de modo a não ficar dependente das flutuações de preços do crude.

Para já, o país mantém a 2ª posição na região da África Subsariana com 1,7 milhões de barris produzidos diariamente, atrás da sua rival a Nigéria (2,0 milhões de barris/dia), muito graças à insaciável procura chinesa pelo "Girassol" (petróleo angolano). Porém, os especialistas chamam a atenção para o facto de Angola não pretender ficar por aqui.

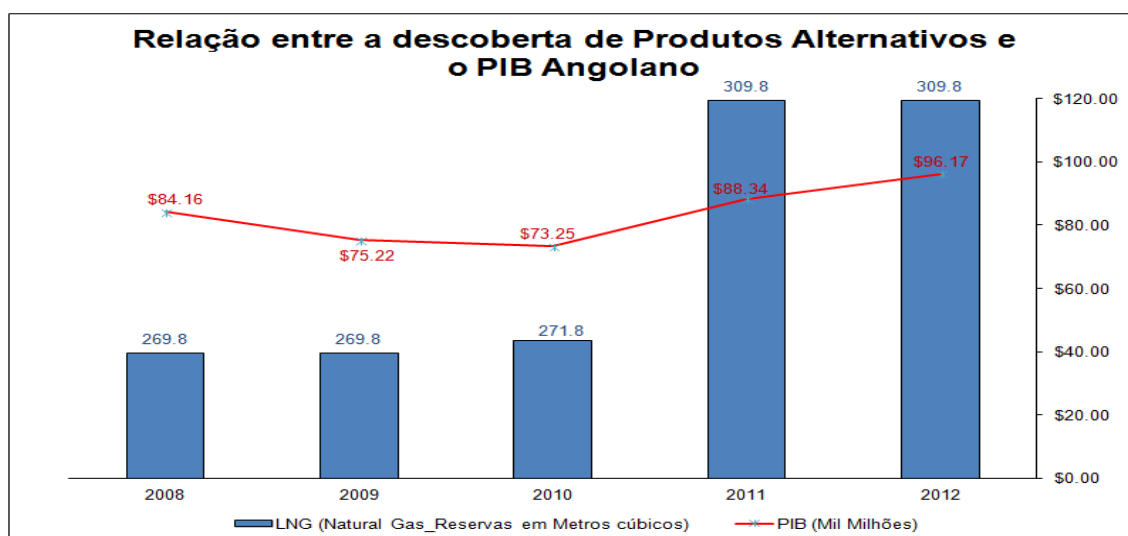
Segundo as últimas estimativas apresentadas pela revista *Petroleum Economist*, especializada em assuntos geopolíticos do setor energético, Angola procurará melhorar cada vez mais a sua posição na região, apostando no desenvolvimento dos campos de exploração a alta profundidade que poderão elevar a produção nacional para perto de 2,3 milhões de barris, por dia, até ao final do ano de 2013, e para 2,5 milhões em 2014.

Para a organização - que hoje agrega 35% da oferta mundial, a entrada de Angola no cartel, a 1 de Janeiro de 2007, é bem-vinda (OPEC, 2010).

O relatório de Novembro da OPEP, confirma que, em Julho, Angola produziu apenas 89% da sua capacidade potencial, como consequência do país estar sujeito ao cumprimento das quotas.

**Hipótese 3:** Existe uma correlação entre a descoberta de Gás natural liquefeito (GNL) e a diversificação da economia angolana, no sentido da redução da dependência do petróleo? O gráfico abaixo evidência que - diversificando a economia, e apostando na não dependência de um único produto “Petróleo”, Angola estaria a proteger-se de eventuais variações negativas que possam ocorrer, como foi o caso do choque financeiro de 2009, e também a proteger-se das quotas impostas pela OPEP para a produção de petróleo.

Figura 31: Relação entre a descoberta de novos produtos alternativos e o PIB Angolano



Source:

<http://www.indexmundi.com/angola/>  
<https://www.woodmacresearch.com>

Apesar de a exploração de gás não ter ainda arrancado em pleno, está comprovado que Angola dispõe de uma das maiores reservas de gás no mundo, e a mesma pode constituir

uma ponte para a redução da dependência do petróleo.

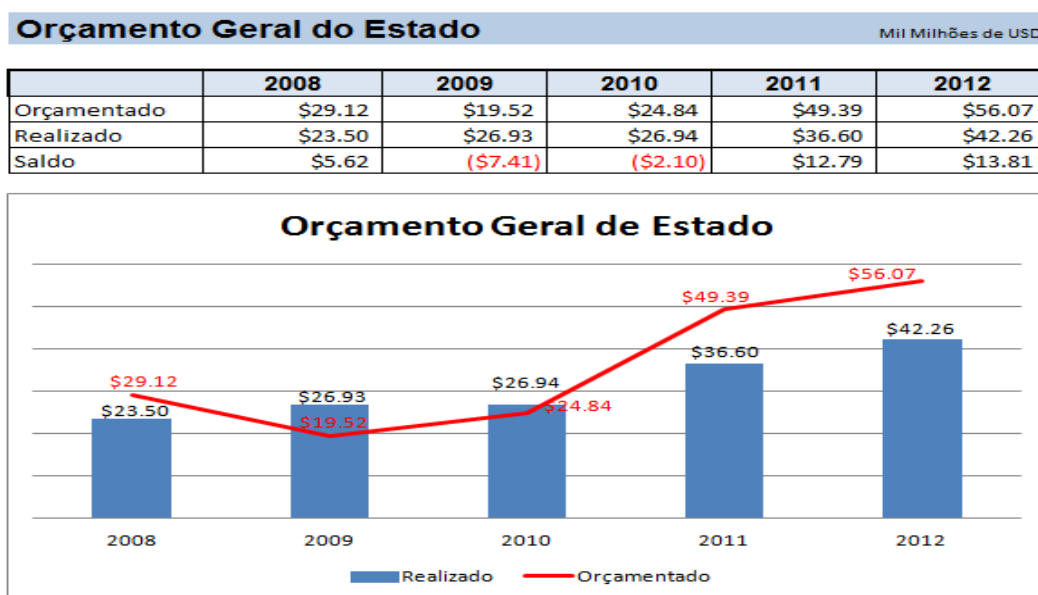
O aviso que já havia sido lançado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em 30 de Setembro de 2010, no final da visita a Angola da missão da organização que negociou o programa económico que serviria de base ao acordo de *stand by*, assinado a 23 de Novembro 2010, para apoio à situação da Balança de Pagamentos angolana.

*"O programa económico está centrado no objetivo das autoridades angolanas de fortalecer as finanças públicas através de um orçamento apertado e diversificado em 2011 e 2012, apoiado por uma política monetária firme e eficaz"* (FMI, 2010).

O tamanho do aperto chegou com a proposta de orçamento Geral do Estado (OGE), que previa um corte nominal de 6,42% nas despesas totais do Estado angolano em 2012 face a 2011. Em valor, o corte nos gastos públicos ascende a 170 mil milhões de kwanzas, cerca de 2 mil milhões de dólares ao câmbio oficial atual, com os gastos totais a baixarem dos 2,65 mil milhões de kwanzas previstos para o ano de 2011 para 2,48 mil milhões em 2012.

Em baixo apresenta-se o mapa do Orçamento de Estado dos últimos cinco anos, bem como as duas respectivas realizações.

Tabela 10: Evolução das principais rubricas do OGE de Angola



Source:

<http://www.minfin.gv.ao/>

### 5.10 Sumário dos Resultados & Análises

A questão que se colocou desde o início: “*Conseguirá Angola por intermédio da Sonangol reduzir a dívida pública*”? – Com base no estudo realizado, bem como, os últimos indicadores macro-económicos, conclui-se que, Angola tem conseguido reduzir a sua dívida pública, que se situa em 2012 em 16% do PIB nacional versus os 22,8% do PIB nacional verificados em 2010.

Ficou demonstrado que as receitas provenientes do petróleo estão a ser largamente empregues no serviço da dívida, e muito graças a alta de preços do crude no mercado, que têm contribuído para o aumento do PIB Angolano, conclui-se que Angola tem conseguido cumprir com as suas obrigações, nomeadamente o pagamento da dívida pública.

A inflação do país tem-se mantido estável, e o governo tem apostado na redução das taxas de juro de modo a estimular a procura e a dinamizar a economia.

As infraestruturas, a aposta em estradas, pontes e edifícios, apesar dos problemas apontados, mantém-se como uma forte aposta do governo, com vista ao desenvolvimento de Angola.

Angola, necessita de um sistema novo de rede elétrica. O setor da Energia ainda vive demasiados problemas, sendo a falta de Energia nos principais pontos de Angola, uma constante; o mesmo se passa com o abastecimento de água, que raramente chega para abastecer muita da população de Angola.

Ficou também demonstrado que a causa social é um problema fulcral para Angola; grande parte da população angolana vive no limiar da pobreza, tendo apenas uma minoria acesso a bens básicos, como a água e a luz.

Desenvolvimento económico sim, mas desde que acompanhado com o desenvolvimento social. Afinal, o que adianta ter-se uma nação rica, que apresenta excelentes níveis de crescimento no seu PIB, mas onde mais de 50% da sua população vive com menos de US \$1/dia.

Em suma, os resultados poderiam ser consolidados da seguinte forma:

Figura 32: Síntese das conclusões<sup>20</sup>

Elementos em estudo	Pass / Fail
PIB – Produto Interno Bruto	
Taxa Inflação	
Dívida Pública	
Investimento em Infraestruturas	
Bem Estar Social	

Fonte: Elaboração própria

Em síntese, dir-se-á que o petróleo, através das suas exportações, continuará a proporcionar os recursos que deverão manter em funcionamento a economia de Angola nos próximos tempos. Como no passado pós-independência, o petróleo ainda financiará a sobrevivência do país, permanecerá a principal fonte de receitas públicas e de divisas e fornecerá os combustíveis e outros refinados para o mercado interno. A pacificação em curso é acima de tudo uma demonstração do poder do petróleo (Vicente, 1995:40).

Todavia, o rendimento do petróleo apenas poderá passar a funcionar como um estímulo económico quando os mercados funcionarem em livre concorrência e com liberdade de movimento para os cinco elementos económicos fundamentais – pessoas, bens, serviços, capitais e ideias; e quando deixar de ser desperdiçado para desvalorizar o kwanza, parar de financiar quase exclusivamente as despesas públicas correntes e as importações de bens e serviços que poderiam ser produzidos e prestados localmente.

Angola não deverá continuar a consumir a riqueza das suas futuras gerações. A estabilização económica deve começar pela cessação do desperdício e da má utilização dos fundos provenientes de recursos não renováveis (como é o caso do petróleo e dos

<sup>20</sup> Mapa de resultados. O autor optou por elaborar um mapa que sintetiza o resultado do estudo

diamantes) para atividades não relacionadas com o desenvolvimento.

A verdade é que o petróleo é dinheiro. O dinheiro é um recurso que pode ser bem usado ou esbanjado. O dinheiro em mão, hoje, vale mais do que no futuro porque dá benefícios imediatos dado que o podemos investir ou comprar algo. O dinheiro no futuro está sujeito à inflação, com benefícios a serem ganhos ainda mais tarde. Esta é a filosofia angolana do *time value dos petrodólares* (traduzida na célebre expressão: *in oil we trust*). Na estreia desta lógica, o mínimo que se deve exigir é que todos os usos dos petrodólares fossem avaliados comparando os *net presente values* (NPV), os IRR (DCF return) e os custos de oportunidade. Quase todas as decisões podem ser reduzidas às decisões económicas, embora elas algumas vezes pareçam ser decisões técnicas ou políticas.

Segundo Vicente (1995), a contribuição do petróleo para a melhoria da situação económica de Angola depende fundamentalmente dos seguintes fatores:

- Implementação do protocolo de Lusaka e de um programa de estabilização económica;
- Do comportamento do preço do petróleo bruto;
- Do perfil de produção e de exportação de petróleo bruto, gás e derivados de petróleo
- Da renegociação e reconstrução da dívida externa;
- Da descentralização do governo para o poder local.

Simplificando, a estratégia deveria ser a de levar o petróleo a contribuir decisivamente para a estabilização económica até que se iniciasse a recuperação económica do pós-guerra e a diversificação da produção para, a longo prazo, abandonar o comando da economia. A gestão e sintonia atual (ou futura) de produção e aplicação eficiente de receitas fiscais petrolíferas, em divisas, deverá permitir:

- Suavizar o impacto de uma estabilização de choque visando a redução e o controle da inflação;

e, simultaneamente,

- Acelerar o ritmo de implementação de políticas de reanimação da oferta visando a passagem de recursos da produção de políticas de reanimação da oferta visando a

passagem de recursos da produção de bens não transacionáveis para a de bens transacionáveis, enquanto o consumo deve passar dos transacionáveis para os não-transacionáveis, para que as exportações líquidas de transacionáveis possam aumentar.

Porém, as receitas petrolíferas crescentes nunca serão suficientes para obviar a necessidade da estabilização dos preços (designadamente os de comando, como a taxa de câmbio, a taxa de juros e salários), da reestruturação da dívida e da atração de novos fluxos de capitais para investimentos não petrolíferos. O preço do barril de petróleo é e será um fator crítico de qualquer cenário. Não há sinais no mercado petrolífero e na economia mundial de uma alta de preços que permita corrigir os desequilíbrios da balança de pagamentos, na dimensão atingida nos últimos 5 anos, reduzindo o stock de atrasados. Angola, finalmente está numa encruzilhada e não pode enveredar por um “*Grow now, pay later*”.

Para que o rendimento do petróleo possa jogar o seu papel de financiador de investimentos produtivos e infraestruturais é necessário que a estabilização económica atinja o seu objetivo principal: a estabilização dos preços. A estabilização dos preços em Angola só é possível com a disciplina orçamental e financeira (i.e., contração monetária e austeridade fiscal), a eliminação das distorções causadas pelos controles de preços, a cessação da excessiva oferta de moeda e da sobrevalorização do kwanza. Só num ambiente de estabilidade de preços será possível iniciar a viragem estratégica de colocar o petróleo a desempenhar o seu papel normal de apoio ao desenvolvimento económico, em vez de comandar.

Para que o petróleo possa contribuir para a estabilização económica e para o desenvolvimento de Angola, é necessário estabilizar as receitas da sua exportação. Angola como qualquer participante no mercado petrolífero, está exposta à volatilidade do preço do barril do crude. Por ter petróleo, Angola estará sempre numa *open position* e a sua economia dependerá do nível dos preços do barril de crude. Angola pode proteger-se (através de políticas mais ou menos elaboradas de *hedging*) contra o risco de queda ou de baixa dos preços. Porém, é importante lembrar que o *hedging* protege quer dos movimentos adversos, quer dos movimentos favoráveis dos preços (*locking in a price*).

O país precisa pois de definir uma estratégia de *hedging* nos mercados de Futuros (aqui englobados os mercados *Paper, Physical, Options, e Swaps*). A escolha do mercado para a realizar o *hedge*, os custos, os riscos financeiros, o *timing* do *hedge* e a gestão da posição, a

combinação óptima de Futuros e de Opções são assim, aspetos cruciais da política de desenvolvimento de Angola num futuro próximo.

Como exportador o país precisa ainda de definir o método de venda (*term* ou *spot*<sup>21</sup>), as bases e o mecanismo para a fixação de preços e os termos de pagamentos. Posteriormente, haverá que praticar um marketing mais agressivo, com operações de *arbitrage*, e de *margens de refinação*<sup>22</sup>.

Em suma, Angola deve procurar adotar um modelo de crescimento que, resultaria de uma combinação entre o modelo baseado na **especialização** e aposta no **investimento** com captação de **poupança** – em que a Sonangol procuraria especializar-se e concentrar-se mais nas suas atividades-chave (como a pesquisa, exploração e comercialização de petróleo), procurando contudo captar investimentos a serem investidos nos seus ramos de atuação, gerando assim receitas e poupanças significativas essenciais para Angola e os seus governantes apostarem na melhoria económica e social dos angolanos.

---

<sup>21</sup> A prazo ou à vista.

<sup>22</sup> *Arbitrage*: Consiste numa operação realizada, com o objectivo de lucro sobre a diferença de preço a vista de um ativo e o preço deste mesmo ativo a prazo. As margens de refinação, medem a rentabilidade das Vendas do produto refinado, logo após a dedução das despesas. Quanto maior for a margem negociada, maior será o proveito.

## Capítulo 6

### Conclusões&Recomendações

#### 6.1 Conclusões & Recomendações

As conclusões de qualquer investigação remetem para a validação das hipóteses anteriormente avançadas, tendo em conta testes experimentais sobre as proposições apresentadas, seja com base em factos e aferições de estudos anteriores ou entrevistas, inquéritos e estudos de caso particulares.

Quando a economia depende de um único produto (“pôr os ovos todos na mesma cesta”) se o preço deste produto sofrer uma variação em sentido negativo, a economia entra automaticamente em crise. Foi o que aconteceu a Angola com a queda simultânea do petróleo e dos diamantes em 2009. Por outro lado, quando a economia recebe "dinheiro fácil" aumenta a propensão para o endividamento.

O petróleo tem sido fonte do aumento das disparidades sociais em Angola. O petróleo paga melhores salários e atrai os melhores talentos, "**desertificando**" os restantes setores da economia. O último argumento, prende-se com o poder e a cobiça. Os países com elevados recursos naturais são os alvos mais fácil de conflitos armados (para além de Angola um outro exemplo claro desta situação, como país dependente do petróleo é o caso da Nigéria), ou da ascensão de líderes populistas (exemplo: Venezuela).

*«Finding oil is like dumping itching powder from helicopters, aggravating existing divisions. Mineral resources divide citizens against one another, regions where locals want to split away from their countries (eg. Angola’s Cabinda enclave). It is the old zero-sum game: the more oil money for Luanda means less for Cabinda, more for public works means less for commerce, and so on» (Shaxson, 2007:230).*

Faltam dois eixos fundamentais na política de desenvolvimento de Angola. O primeiro, é o combate às **assimetrias regionais**. Tal como nos Estados Unidos só se autorizam casinos nos Estados mais pobres, também Angola deve alocar mais recursos para projetos no interior e desenvolvimento das infraestruturas. O segundo eixo – o mais importante - é a “**Educação**”. Nessa área, de acordo com os orçamentos de Estado dos últimos cinco anos, publicado no site do Ministério das Finanças de Angola, o Governo continua delimitado. Se o investimento na Educação não se tornar uma prioridade nacional Angola estará, ao

contrário do que faz a Noruega, a hipotecar o futuro.

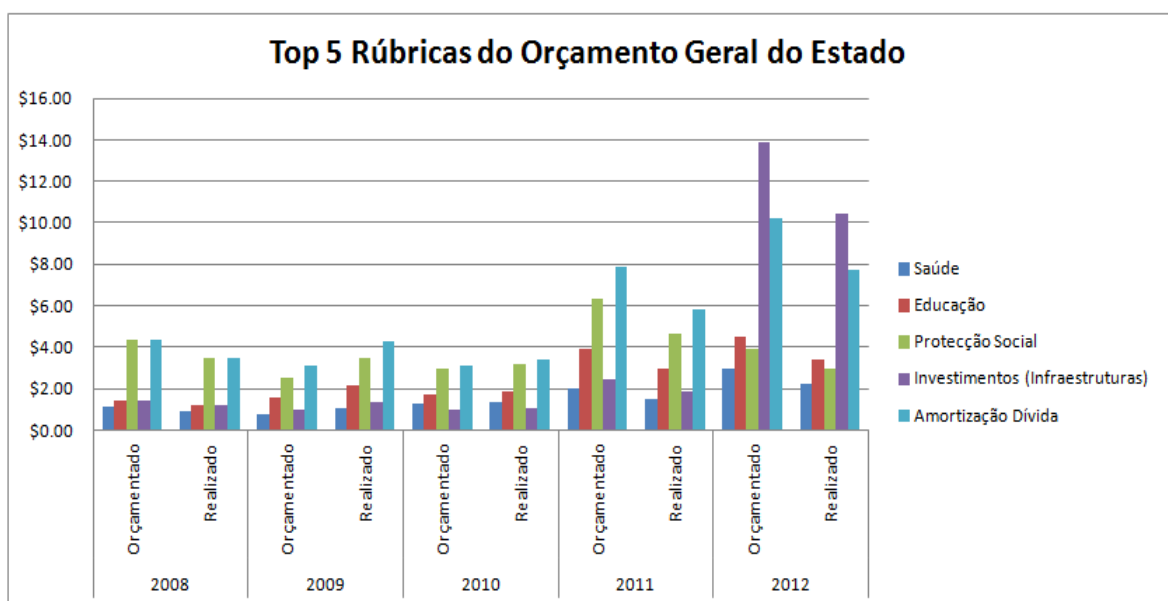
O plano nacional de desenvolvimento 2013-2017, elaborado pelo Ministério do Planeamento de Angola em 2012, prevê a elaboração e implementação de uma estratégia nacional de desenvolvimento dos recursos humanos, abrangendo e integrando todos os níveis de formação base e de qualificação desde a alfabetização, educação e formação iniciais até à formação avançada, que responda às necessidades de desenvolvimento do país e melhore substancialmente a qualidade da educação. O governo prevê desenvolver e qualificar os Angolanos, através de acções de formação profissional específicas que promovam o espírito criativo e de inovação. Contudo, pretende apostar na criação de mais escolas e universidades, para conseguir dar resposta à procura, e necessidades de formação.

O plano Estratégico para a formação de quadros em Angola, prevê também a capacitação de professores, promover a sua formação, através de acções de formação específica e adequada ao seu desenvolvimento.

Veja-se o mapa abaixo contendo as verbas direccionadas para os cinco setores fundamentais ao desenvolvimento de Angola, onde podemos concluir que a Educação, a Saúde, e a melhoria do bem-estar em geral dos angolanos, continuam a não fazer parte das prioridades fundamentais do governo.

Tabela 11: Rubricas principais do OGE de Angola nos últimos 5 anos

Top 5 Rúbricas do Orçamento Geral do Estado										
	2008		2009		2010		2011		2012	
	Orçamenta	Realizado	Orçamenta	Realizado	Orçamenta	Realizado	Orçamenta	Realizado	Orçamenta	Realizado
Saúde	\$1.14	\$0.92	\$0.78	\$1.08	\$1.24	\$1.35	\$1.98	\$1.46	\$2.97	\$2.24
Educação	\$1.46	\$1.18	\$1.56	\$2.15	\$1.74	\$1.89	\$3.95	\$2.93	\$4.49	\$3.38
Protecção Social	\$4.34	\$3.50	\$2.50	\$3.45	\$2.96	\$3.21	\$6.32	\$4.68	\$3.94	\$2.97
Investimentos (Infraestruturas)	\$1.46	\$1.18	\$0.98	\$1.35	\$0.99	\$1.08	\$2.47	\$1.83	\$13.85	\$10.44
Amortização Dívida	\$4.34	\$3.50	\$3.12	\$4.31	\$3.11	\$3.37	\$7.90	\$5.86	\$10.23	\$7.71



Source:  
<http://www.minfin.gv.ao/>

Note-se que o Programa de Desenvolvimento 2013-2017 traçado pelo Governo, prevê estimativas quanto a despesa social e melhoria do bem-estar, e pressupõe-se que a mesma seja superior a 30% do total do Orçamento Geral do Estado para 2012, sendo distribuídos da seguinte forma (Ministério do Planeamento, Plano Nacional de desenvolvimento 2013-2017, Dez2012):

- **Setor Social:** com 33,5% dos recursos, sendo 8,09% para a educação, 5,29% para a saúde, 10,83% para protecção social, 7,02% para a habitação e 1,1% para a protecção ambiental.
- **Administração pública:** com 23,6%
- **Setores da defesa e económico:** com cerca de 18,2%.
- **Investimentos:** com cerca de 24,7%, onde: 19,51% para pessoal, 18,24% para a

amortização da dívida, e 17,5% com aquisição de bens e serviços

Não obstante, esta distribuição para que possa ser devidamente produtiva, deve ser suportada pela definição de uma estratégia económica global para Angola, que permita clarificar os objetivos da sociedade angolana, nortear o seu desenvolvimento e harmonizar o coordenar as políticas económicas. Qualquer que seja a Estratégia que venha a ser definida, o papel do petróleo será sempre uma resultante combinada da sua tríplice função económica (Vicente, 2005:42):

- É energia não renovável com reservas limitadas;
- É matéria-prima de combustíveis e diversos produtos petroquímicos (intermédios e finais);
- É o principal produto de exportação de Angola e a sua principal fonte de divisas;
- Além disso, é preciso sempre considerar que o mais valioso recurso de Angola – o Petróleo – está no norte do país. Petróleo ainda é Cabinda para os angolanos.

Após esta análise, concluímos que os objetivos estratégicos principais relacionados com o petróleo, a constar de um efetivo Plano de Desenvolvimento Estratégico do país deveriam ser os seguintes:

- Maximizar o valor económico e político do petróleo;
- Atribuir ao petróleo a segunda prioridade do desenvolvimento económico e lançar as bases (mobilizando o petróleo para financiar o investimento em vez do consumo) para uma retoma do crescimento na Agricultura e na Indústria, priorizando a produção alimentar e de bens e serviços necessários ao desenvolvimento de recursos humanos de Angola.

A médio prazo, enquanto se processa a transformação da economia de Angola numa economia de mercado, uma parte das receitas petrolíferas poderá ser investida em Ativos capazes de gerar um fluxo de rendimentos permanentes e em negócios com taxas de retornos elevadas. Este objetivo estratégico implicará o aumento da capacidade de Angola para absorver estes recursos de modo eficiente e a diversificação económica de Angola e, consequentemente a estabilização das suas receitas fiscais e das receitas em divisas a médio

e longo prazo. Tais Ativos e negócios de alta prioridade seriam, por exemplo, os seguintes:

- Infraestruturas: Hard (água potável, rede viária, pontes, portos, aeroportos, hidroeletricidade, barragens e albufeiras para uso múltiplo da água, irrigação, telecomunicações, transportes, habitação, serviço de extensão agrícola, saneamento, rede de frio, urbanização), e Soft (capital humano, instalações e equipamentos para a educação e saúde visando o desenvolvimento de recursos humanos, segurança social, assistência social), e;
- O crédito ao investimento produtivo, em setores relacionados com bens transacionáveis não-petrolíferos, sobretudo para micro e pequenas empresas, visando a produção para o mercado interno (priorizando a segurança alimentar), a diversificação das exportações e a criação rápida de emprego para qualificações profissionais médias e baixas (mas sem descurar as qualificações relacionadas com os bens transacionáveis, principalmente no setor exportador tradicional: diamantes e outros minérios, rochas ornamentais, café, madeira, sisal, algodão, pescas) em sintonia com o provável não-retorno do grosso da população rural nas cidades, o acelerado crescimento demográfico, a rápida urbanização e a crescente litoralização económica e populacional de Angola.

As infraestruturas **hard** e **soft** determinarão a velocidade de desenvolvimento em Angola mas, só por si, elas não criam atividades que possam substituir as divisas fornecidas pelo setor petrolífero. A sua contribuição para a diversificação económica e para o crescimento estará sempre dependente da capacidade de estimulação e maior eficiência que eles prometem para a produção futura de bens transacionáveis. Mas só o investimento produtivo fará descolar o país. O investimento produtivo em setores de bens transacionáveis não petrolíferos - convencionalmente, agricultura (alimentar e não alimentar), indústria e processamento de recursos naturais – é uma tentativa mais directa e frontal para diversificar a economia fora do domínio petrolífero e uma via mais curta para terminar a dependência no petróleo.

Estes dois tipos de investimentos domésticos precisam de ser equilibrados porque:

- Alguns investimentos têm grande teor de *inputs* importados enquanto que outros baseiam-se primariamente em recursos domésticos;

- Certos investimentos impõem uma pressão futura sobre a receita fiscal enquanto que outros retornarão, em teoria, lucros para o tesouro público.

Assumindo uma eficiente capacidade de investimento e eventuais *booms* finitos de duração incerta, é crucial para Angola adotar uma estratégia prudente de absorção que consistiria em esterilizar, pela acumulação de poupanças externas num fundo específico, todo o rendimento excessivo (*windfall profits*). O consumo não deverá ser estimulado com estes rendimentos por causa do risco de desincentivo dos produtos domésticos (exacerbando-se os efeitos da *Dutch disease*<sup>23</sup>) e de criação de padrões de gastos insustentáveis que poderão bloquear depois o ajustamento económico post-boom.

O investimento infraestrutural tem limites. O capital infraestrutural é geralmente criado lentamente e de maneira incremental e deve ser em resposta à procura emanado das outras atividades produtivas em vez de o ser em antecipação da procura na esperança de estimular a produção.

A absorção doméstica através do investimento requer, por sua vez:

- A sincronização dos projetos de investimentos,
- O investimento diretamente produtivo
- A expansão infraestrutural

A qualidade da gestão macroeconómica é a chave determinante do desempenho do petróleo, na sua nova função de apoio ao desenvolvimento económico.

Qualquer estratégia para usar o petróleo para desenvolver o país necessitará de:

- Um empenho firme à livre convertibilidade do kwanza,
- Orçamentos equilibrados.

A convertibilidade é também o ajustamento atempado da taxa de câmbio para ajudar a sustentar o setor de bens transacionáveis que não esteja em *boom* e reduzir o risco do impacto negativo proveniente da absorção minar a economia não petrolífera. A exigência de orçamentos equilibrados impõe uma disciplina útil pelo ajustamento afinado às quebras de

---

<sup>23</sup> *Dutch disease*: É o impacto negativo sobre a economia, que dá origem a um fluxo acentuado de moeda estrangeira, como por exemplo, a descoberta de grandes reservas de Petróleo.

recursos sem a qual torna-se depois difícil contrair as tendências de consumo.

O petróleo não deverá mais ser utilizado para alimentar empresas privadas ou públicas, *escrow accounts* e *countertrades*, servir de garantia real para financiamentos ou ser vendido *forward*, em termos extremamente desvantajosos, para pagar importações de bens e consumo.<sup>24</sup>

Porém, qualquer definição estratégica do novo papel a atribuir ao petróleo na economia de Angola, dependerá:

- Da evolução das suas reservas (e da sua produção)
- Da estabilidade dos contratos e da organização da indústria
- Da estratégia de investimento do país

A relação reservas/produção tem sido historicamente baixa em Angola. Conforme previsões da Sonangol, as reservas de Angola esgotar-se-iam em 18 a 20 anos, dependendo da definição de reservas, da tecnologia e da fonte de informação. Para termo da comparação é assaz importante referir que o Iraque, Kuwait ou o Abu Dhabi têm reservas acima dos 100 anos e apenas quatro países não OPEC têm reservas acima dos 25 anos.

As estimativas de reservas provadas desenvolvidas totalizam 5,4 bilhões de barris. Cerca de 3 bilhões de barris estão por produzir, o que representa cerca de 54%. Cabinda é a área mais prolífera pois concentra 66% das reservas remanescente totais, e já produziu 64% do total das reservas produzidas. O *Onshore* de Angola com as descobertas mais antigas, com campos produzindo há 40 anos, está agora na fase madura com menos de 18% das suas reservas remanescentes conhecidas por produzir.

Dado o nível de investimento planeado para o futuro, e a atenção dada a pesquisa em áreas novas, outras grandes descobertas são possíveis no futuro próximo. O rácio de sucesso de exploração para o *offshore*, de 1986-1990, atingiu a média de 54% - um número alto pelos padrões mundiais. No mesmo período, uma média de 8 milhões de barris de petróleo comercial foi descoberta por cada poço de exploração perfurado em *offshore*.

---

<sup>24</sup> *Escrow accounts*: Um arranjo feito ao abrigo das disposições contratuais entre as partes que transacionam, pelo qual uma terceira parte confiável e independente, recebe ou desembolsa dinheiro para as partes que transacionam, com um timing dependente do cumprimento das condições contratualmente acordadas.  
*Countertrades*: troca de bens e serviços por outros bens e serviços.

A descoberta de novas reservas depende da evolução dos dois cenários mais prováveis:

- Sucesso no *Deepwater*: A produção diária poderia ultrapassar 1 milhão de bpd e as reservas seriam significativamente acrescidas dado a dimensão exigida para a comercialização, de uma descoberta e melhoria da atratividade geológica de Angola. Considerando a disponibilidade de sondas, o custo de um poço (cerca de \$10 milhões para poço seco e \$12 milhões para poço com óleo), o ritmo mais lento de desenvolvimento, este cenário está para além de 1999. O *deepwater* tem um elevado potencial geológico e já atraiu todas as maiores companhias (Esso, Shell, BP, Chevron, Elf, Mobil, Amoco).
- Insucesso no *Deepwater*: O declínio da produção seria mais acelerado, embora moderado por projetos de recuperação secundária e entrada em produção de campos marginais. A exploração das bacias do Namibe, *onshore* do Kwanza, Okavango, e Etosha permaneceriam como áreas de elevado risco geológico e estas bacias sedimentares continuariam desconhecidas.

A estabilidade dos contratos de pesquisa e produção é resultante da relação apropriada entre risco e prémio, da garantia de execução dos termos contratuais, da estabilidade dos regimes (fiscal, cambial e aduaneiro) e da estabilidade institucional e política do setor petrolífero e do país.

A indústria continuará a ser integrada e concentrada e de alta intensidade de capital. A organização da indústria petrolífera angolana, depende da manutenção ou não do princípio da concessionária exclusiva, da melhoria da qualidade do controle das operações petrolíferas e da modernização da cultura empresarial visando uma visão estratégica da indústria, maior comunicação, maior produtividade e eficiência como resultante de salário competitivo, redução de custos, treino permanente, redefinição da empresa e medição do desempenho (o que é medido é feito). O controlo das operações petrolíferas, se for implementado o SIOP (Sistema de Informação das Operações Petrolíferas), terá qualidade suficiente e necessária para que haja maior eficiência na gestão das operações petrolíferas, para que a concessionária cumpra integralmente a sua função definida nos termos da lei 13/78 (Lei das Atividades Petrolíferas) e possibilitará ao Governo acompanhar e reagir à evolução da conjuntura, em tempo real.

O petróleo apresenta-se essencial para que uma economia como Angola possa obter aquilo que é geralmente mais difícil a um país menos avançado: os fundos necessários para o investimento e o seu desenvolvimento.

Porém, a estratégia de investimento que vier a ser adotada por Angola, e os setores que forem considerados cruciais para o seu desenvolvimento, só encontrarão condições para persistirem de forma sustentada e sustentável se permitirem o aumento das receitas públicas não tributárias no petróleo (via lucratividade dos negócios, rendibilidade dos fatores e gestão dos *cashflows*) no *upstream* (pesquisa, produção e refinação) e *downstream* (venda e comercialização), para capturar as margens de lucro do *downstream*, ou seja, se for possível diversificar negócios e melhor gerir o risco.

O Estado não se pode contentar a ser apenas fiscal, se quiser ter um papel activo na implementação da estratégia de desenvolvimento 2013-2017, e na definição da política do Petróleo em Angola. É como investidora que a Sonangol carrega a maior fatia do petróleo produzido em Angola. Além disso investindo ela desenvolve mais aptidão e perícia para controlar as operações petrolíferas e os custos e para catalisar os projetos de investimentos nas fases de pesquisa e desenvolvimento. Além de aperfeiçoar a sua função de concessionária, é no entanto, como investidora e operadora que a Sonangol deverá crescer aceleradamente e em concorrência com outras empresas petrolíferas angolanas, públicas e privadas, que deverão ser apoiadas e incentivadas (como foi a Sonangol) para se criar rapidamente um contexto competitivo que permitirá depois aferir, com objetividade, o próprio desempenho da Sonangol, cujo capital deveria ser aberto aos acionistas angolanos por meio de ofertas públicas de venda/aquisição para que o Estado esteja sob pressão dos outros acionistas visando o mais alto desempenho dos negócios.

A Sonangol, neste sentido, tem sido, e espera-se que continue ainda por muitos anos, a ser crucial para as estratégias de desenvolvimento de Angola. Todavia, considera-se que ela cumprirá muito melhor a sua missão se se concentrar no seu core business, potenciando as suas fontes de receita para o Estado angolano.

Competirá ao próprio Estado angolano, por sua vez, através das suas políticas económicas e sociais, promover o desenvolvimento mais harmonioso do país. Para isso deve ser promovida a capacidade de desenvolver setores com maior potencial de afirmação e sustentabilidade, “despertando” iniciativas empreendedoras, criando as condições legais, de concorrência, de financiamento, de recursos, etc., que permita o seu aparecimento,

crescimento e poder de arrasto para outras iniciativas similares.

## **6.2 Limitações da investigação**

Identificam-se como principais limitações da presente investigação as seguintes:

- Ausência de bibliografia em Angola, sobre Angola e, em particular, sobre o tema em análise.
- Dificuldade de obtenção de dados para o problema em estudo, devido à sensibilidade dos mesmos e à inerente “pouca vontade” do Governo e das suas respectivas entidades (Banco Nacional de Angola, Ministério dos Petróleos, Ministério do Planeamento e Ministério das Finanças), para fornecerem os dados económicos.
- Falta/Inexistência de indicadores económicos e financeiros atualizados.

Ainda que importantes, acredita-se que estas limitações não colocam em causa as principais conclusões e achievements científicos do presente trabalho, pese embora constituam objeto de melhoria em futuros trabalhos a desenvolver neste domínio.

## **Capítulo 7**

### **Reflexões&Pistas Futuras de Investigação**

#### **7.1 Reflexões Finais (A Era Pós-Petróleo)**

Mesmo com o desenvolvimento de novas fontes energéticas, a dependência de Angola do Petróleo parece ainda estar longe de ter os dias contados.

Ser energeticamente independente significa não estar refém do controlo de produção da OPEP e, por conseguinte, da variação de preços do barril nos mercados internacionais.

Segundo o Banco Mundial (2011), Angola deverá ter reservas de petróleo para mais 30 anos. Assim, a questão que desde logo se coloca é, o que acontecerá após se esgotarem as reservas líquidas de ouro negro. Será que, sem alternativas a esta indústria, Angola caminhará para um abismo profundo, onde teremos os pobres cada vez mais pobres, e uma classe política a zelar apenas pelos seus interesses pessoais? Exemplos recentes deste tipo de realidade são os países como a Somália, ou o Sudão, bem no seio de África, caracterizados por nada produzirem, e dependerem fundamentalmente da ajuda de terceiros.

Para o Eng. Botelho de Vasconcelos, a exploração de Petróleo em Angola, e apesar de este recurso ser finito, é de esperar que novas descobertas sejam feitas nas próximas décadas, assim como, novas técnicas de prospeção em águas cada vez mais profundas e até mesmo novas tecnologias para recuperar quantidades cada vez maiores de hidrocarbonetos existentes nos reservatórios. Estes cenários permitirão que o período de exploração de hidrocarbonetos em Angola ultrapasse os vinte anos (Entrevista ao Eng. Botelho de Vasconcelos, Dez2012).

Depois de uma sociedade ter ou não previsto um problema antes da sua ocorrência, o passo seguinte envolve a perceção ou não desse problema (Diamond, 2005:494) e, diríamos, os passos dados no sentido de o resolver.

Considerando o horizonte de 20 anos como aquele que deve abranger uma efetiva estratégia de desenvolvimento económico de um país, entende-se que Angola tem que mudar já, tem que traçar novos planos estratégicos e apostar em setores menos desenvolvidos, como a Agricultura, as Pescas, o Turismo, etc. Angola é um país que tem um enorme potencial em inúmeros setores, fundamentalmente por via da sua dotação e riqueza em termos de matérias-primas como a madeira, o ferro, ou o zinco. Todavia, até ao presente, Angola parece ser um país que pouco ou nada faz, em termos efetivos, para desenvolver estes segmentos.

Independentemente dos problemas que possa trazer ao desenvolvimento do país, parece não haver, no curto prazo, alternativas efetivas para o país, pelo que a aposta deve continuar a passar pela internacionalização da Sonangol, e esta deve continuar a ser uma prioridade do governo.

Neste sentido, regista-se a recente *joint venture* estabelecida entre a Sonangol, a Venezuelana PVDSA e a empresa cubana Cupet, para a exploração petrolífera dos campos de Mígas e Meolnes localizados a 23 km da cidade de El Trigre.

Outra forma de internacionalização, e que a Sonangol bem utiliza, é o investimento comercial. Trata-se de um importante salto quantitativo face a mera atividade exportadora. A empresa envolve os seus próprios recursos e constitui uma nova empresa no país estrangeiro, permitindo-lhe por um lado um maior controlo sobre o processo de comercialização e respetivos canais de distribuição, e por outro lado, a redução dos intermediários na sua relação com o mercado externo. Para esse exemplo foi

estrategicamente criado, em Junho de 2009, o Banco Sonangol Caixa, em parceria com o banco português Caixa Geral de Depósitos.

Para além desta, também tem sido muito importante a expansão empresarial. Neste caso são constituídas empresas no estrangeiro, à imagem da empresa nacional, como forma de facilitar a penetração em certos mercados. Estas filiais não têm apenas funções comerciais, mas também ao nível da conceção do produto, engenharia de produção, processo produtivo, etc. A título de exemplo temos a Sonasia estabelecida em princípios de 2004, que tem a sede em Singapura. O seu objetivo social é a venda do crude produzido em Angola aos mercados asiáticos.

Outra forma de internacionalização utilizada pela Sonangol, tem sido a utilização dos contratos de serviço, estes consistem na venda de serviços ao estrangeiro e raramente surgem dissociados da venda do produto a que vai prestar serviço. Adotam formas bastantes diversas como, por exemplo, assistência técnica a equipamentos ou na conceção de um projeto, fornecimento de informações sobre determinada tecnologia, formação e colocação em funcionamento de uma unidade de produção ou serviço. Como exemplo, um dos maiores ganhos para a projeção internacional da imagem da Sonangol como uma empresa multinacional forte que foi ter ganho a exploração de petróleo no Iraque.

Todas estas iniciativas são, sem dúvida, muito interessantes para a atividade da Sonangol. Porém, elas só se tornarão interessantes para o país, como um todo, se houver capacidade das políticas económicas do governo tirarem partido destas relações comerciais e financeiras, criando sinergias com o desenvolvimento de setores e empresas nacionais, algo que até agora parecê-lo ter acontecido, pelo menos a uma escala considerável.

A Sonangol beneficia ainda da visão estratégica do governo Angolano, que mediante a nova dinâmica da sociedade internacional, aprovou na 9ª reunião extraordinária de conselho de ministros de 29 de Novembro 2006, a entrada de Angola na OPEP, como membro de pleno direito. Assim na primeira ampliação da OPEP feita deste 1975, Angola tornou-se o 12º membro, beneficiando do seu potencial de exploração, que alcançou os 400 por cento nos últimos 20 anos, com maior relevo nos anos de 2003 com o alcance da Paz, o que “catapultou” a produção nacional para 1,700,000 barris dia (Agência Lusa 1/7/2008).

Contudo, a relação entre a Sonangol, a petrolífera nacional, e o Governo cria conflitos de interesse e é contra as boas práticas na gestão das finanças públicas. A Sonangol desempenha múltiplos papéis em nome do governo, incluindo atividades que normalmente seriam realizadas pelo Tesouro e Banco Central.

Tem que haver um divórcio claro entre estas duas entidades, e centralizar-se certos poderes para os órgãos criados para o devido efeito. O *focus* da Sonangol, deve e tão-somente ser a exploração e produção de petróleo. Esta visão é também compartilhada pelo Ministro dos Petróleos (Entrevista ao Eng. Botelho de Vasconcelos, Dez2012).

A arrecadação de impostos, através das atividades parafiscais, o investimento em fundos públicos, e a regulamentação do setor, são atividades que devem ser claramente abandonadas pela Sonangol passando para as mãos do governo, onde poderão, se devidamente aplicados, potenciar o desenvolvimento de inúmeros setores, a partir de uma visão global do sistema económico angolano.

Este leque de atividades variadas cria conflitos de interesse e caracteriza uma relação complexa entre a Sonangol e o governo que enfraquece o processo formal orçamental e cria incerteza quanto à atual posição fiscal do Estado.<sup>25</sup>

Os fundos públicos devem ser empregues na melhoria e bem-estar da população, bem como no relançamento da economia através do investimento em áreas com enorme potencial. Neste sentido, fica-nos a esperança que o Fundo Soberano de Angola, criado em 2012, possa vir a desempenhar um importante papel na promoção da iniciativa privada, na atração de Investimento Direto Estrangeiro catalisador do desenvolvimento do país, e no desenvolvimento de setores tradicionais que não apenas reduzem o risco de concentração e dependência de Angola sobre o petróleo, mas que simultaneamente permitem reduzir a sua dependência da importação de um conjunto de bens essenciais para a vida e bem-estar da população de Angola.

Como angolano e cidadão, espero vivamente que o governo olhe mais para o país, e que tome decisões que tenham impacto positivo para o povo e de uma maneira geral para a economia do país.

---

<sup>25</sup> Fonte: Angola Country Economic Memorandum – World Bank

## Capítulo 8

### Bibliografia

#### 8.1 Bibliografia

- ARTHUR, Little D. (1995) - *Oil Economics and Marketing Program*, Parte I e II, ADL Editora, London-United Kingdom
- AUTY, R.M. (1990) - *Resourced based Industrialization*, Clarendon Press, New York-United States of America
- CLUBLEY, Sally (1990) - *Trading in Oil Futures*, Woodhead-Faulkener Inc, Cambridge-United Kingdom
- BEREDJICK, Nicky (1998) - *Petroleum Investment Policies in Developing Countries*, Graham & Trotman Ltd, Boston-United States of America
- BLAUG, Mark (1994) - *A Metodologia da Economia*, Gradiva Editores, Lisboa-Portugal
- BURGEMEIER, Beat (2005) – *Economia do desenvolvimento sustentável*, Instituto Piaget Editores, Lisboa-Portugal
- CARVALHO, António Luvualu (2011) – *Angola: Economia e Petróleo*, Lisboa, Universidade Luisfada editora, Lisboa-Portugal
- DIAMOND, Jared (2005) – *Colapso, Ascensão e queda das sociedades*, Gradiva editores, Lisboa-Portugal
- DINIZ, Francisco (2010) – *Crescimento e desenvolvimento económico*, Edições Silabo, Lisboa-Portugal
- FIGUEIREDO, António (2008) – *Crescimento Económico*, Escolar Editora, Lisboa-Portugal
- FERNANDES, Ana (2004) – *A Diplomacia Económica do Petróleo*, Principia Cascais, Lisboa-Portugal
- GUERRA, Henrique (1991) – *Angola, Estrutura Económica e Classes Sociais*, Instituto dos escritores Angolanos, Luanda-Angola
- HAMILTON, Adrian (1986) - *Oil: The price of power*, Rainbird Editora, London-United Kingdom
- MADDISON, Angus (1991) – *Dynamic Forces in Capitalist Development – a Long-Run comparative view*, Oxford University Press, New York-United States of America

- MURTEIRA, Mário (1990) – *Lições de Economia Política do Desenvolvimento*, Editorial Presença, Lisboa-Portugal
- PERROUX, François (1981) – *Ensaio Sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa-Portugal
- PEREIRA, Luiz Carlos (2006) – *O Novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional*, São Paulo editora, São Paulo-Brasil
- SACHS, Jeffrey (2008) – *Common wealth – Um novo modelo para a economia mundial*, Casa das letras, Lisboa-Portugal
- SACHS, Jeffrey (2005) – *O fim da pobreza*, Casa das letras, Lisboa-Portugal
- SHANKLEMAN, Jill (2006) – *Oil, profits and peace*, United States Institute of Peace, Washington DC-United States of America
- SHAXSON, Nicholas (2007) – *Poisoned Wells*, Palgrave Macmillan, New York-United States of America
- SMITH, Adam (1983) – *A Riqueza das nações*, Edições Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa-Portugal
- STIGLITZ, Joseph (2004) – *More instruments and broader goals*, Helsinki Editions, Helsinki-Finland
- VICENTE, São (1995) - *A Gestão Política da Economia de Angola*, Instituto Nacional de Livros e Discos Editores, Luanda-Angola
- VICENTE, São (1995) - *O Petróleo*, Instituto Nacional de Livros e Discos Editores, Luanda-Angola
- VICENTE, São (1993) - *A Estratégia para a recuperação e o desenvolvimento de Angola*, Associação Industria de Angola Editores, Luanda-Angola
- VICENTE, São (1994) - *A estabilização da economia de Angola*, EA2 Editora, Luanda-Angola
- VICENTE, São (1995) - *O Petróleo em Angola, no Prelo*, Instituto Nacional de Livros e Discos Editores, Luanda-Angola
- VICENTE, São (1993) - *O Petróleo política económica e Estratégia em Angola*, Instituto Nacional de Livros e Discos Editores, Luanda-Angola

**Internet:**

- Agência Internacional de Energia: Angola dados estatísticos, 2011, consultado em 31 de Março de 2012. Disponível em: [www.iea.org](http://www.iea.org)
- Banco Nacional de Angola: Balança de Pagamentos, Ano de 2009, 2010, 2011, 2012, consultado em 04 de Maio de 2013. Disponível em: [www.bna.co.ao](http://www.bna.co.ao)
- CIA World Fact Book: Angola dados demográficos, 2012, consultado em 06 de Junho de 2013. Disponível em <https://www.cia.gov>
- FMI: Angola dados estatísticos, 2012, consultado em 31 de Março de 2012. Disponível em [www.imf.org](http://www.imf.org)
- Ministério das Finanças de Angola: Orçamento de estado, Ano de 2009, 2010, 2011, 2012, consultado em 31 de Março de 2012. Disponível em [www.minfin.gov.ao](http://www.minfin.gov.ao)
- Ministério do Planeamento de Angola: Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017. Disponível em [www.minplan.gov.ao](http://www.minplan.gov.ao)
- OPEP: Angola - Quota de Petróleo, 2012, consultado em 02 de Janeiro de 2013. Disponível em [www.opec.com](http://www.opec.com)
- Sonangol: Missão, estratégia, objeto social, 2011, consultado em 05 de fevereiro de 2011. Disponível em [www.sonangol.co.ao](http://www.sonangol.co.ao) :
  - [http://www.sonangol.co.ao/wps/portal/!ut/p/c1/04\\_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3hDI5AQUzN\\_QwMDwyBTA09DR2djAy8XYwNHI6B8JLJ8gIUbUN4\\_MMDHx9XQwNyUIt1mBHSHg1yL33a88mYQeQMcwNGAgH5z\\_PJhZnj13Q0M9P088nNT9YMLSvQLckMjDDI9MwPSHRUBywYVqQ!!/dl2/d1/L2dJQSEvUUt3QS9ZQnB3LzZfMURUVDU2TzEwMFA4RjBJMU9RUExMRTEwVjY!/](http://www.sonangol.co.ao/wps/portal/!ut/p/c1/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3hDI5AQUzN_QwMDwyBTA09DR2djAy8XYwNHI6B8JLJ8gIUbUN4_MMDHx9XQwNyUIt1mBHSHg1yL33a88mYQeQMcwNGAgH5z_PJhZnj13Q0M9P088nNT9YMLSvQLckMjDDI9MwPSHRUBywYVqQ!!/dl2/d1/L2dJQSEvUUt3QS9ZQnB3LzZfMURUVDU2TzEwMFA4RjBJMU9RUExMRTEwVjY!/)
  - [http://www.sonangol.co.ao/wps/portal/!ut/p/c1/04\\_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3hDI5AQUzN\\_QwODAAAs3A09D\\_8AAHx9XQ3cTM6B8JE55A3NTinSbEdAdDnItftvxyptB5A1wAEcDAvrN8cuHmeGVdzcw0PfzyM9N1Q8uKNEvyA2NMj0zAxId1QEAF2aWY!/dl2/d1/L2dJQSEvUUt3QS9ZQnB3LzZfMURUVDU2TzEwME9PMDBJMUFSUOtZM4NDI!/](http://www.sonangol.co.ao/wps/portal/!ut/p/c1/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3hDI5AQUzN_QwODAAAs3A09D_8AAHx9XQ3cTM6B8JE55A3NTinSbEdAdDnItftvxyptB5A1wAEcDAvrN8cuHmeGVdzcw0PfzyM9N1Q8uKNEvyA2NMj0zAxId1QEAF2aWY!/dl2/d1/L2dJQSEvUUt3QS9ZQnB3LzZfMURUVDU2TzEwME9PMDBJMUFSUOtZM4NDI!/)
  - [http://www.sonangol.co.ao/wps/portal/!ut/p/c1/04\\_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3hDI5AQUzN\\_QwMDf38DA09DxyBfbz9\\_YwsTI6B8JLJ8gIUbUN4\\_MMDHx9XQwNyUIt1mBHSHg1yL33a88mYQeQMcwNGAgH5z\\_PJhZnj13Q0M9P088nNT9YMLSvQLckMjDDI9MwPSHRUB5eUnQQ!!/dl2/d1/L2dJQSEvUUt3QS9ZQnB3LzZfMURUVDU2TzEwME9PMDBJMUFSUOtZM4NDc!/](http://www.sonangol.co.ao/wps/portal/!ut/p/c1/04_SB8K8xLLM9MSSzPy8xBz9CP0os3hDI5AQUzN_QwMDf38DA09DxyBfbz9_YwsTI6B8JLJ8gIUbUN4_MMDHx9XQwNyUIt1mBHSHg1yL33a88mYQeQMcwNGAgH5z_PJhZnj13Q0M9P088nNT9YMLSvQLckMjDDI9MwPSHRUB5eUnQQ!!/dl2/d1/L2dJQSEvUUt3QS9ZQnB3LzZfMURUVDU2TzEwME9PMDBJMUFSUOtZM4NDc!/)

- World Bank: Angola dados estatísticos, 2012, consultado em 06 de Junho de 2013, Disponível em [www.worldbank.org](http://www.worldbank.org) :
  - Angola - Memorando económico do país  
[http://www-wds.worldbank.org/external/default/main?menuPK=64187510&pagePK=64193027&piPK=64187937&theSitePK=523679&menuPK=64154159&searchMenuPK=64258546&theSitePK=523679&entityID=000011823\\_20061211130339&searchMenuPK=64258546&theSitePK=523679](http://www-wds.worldbank.org/external/default/main?menuPK=64187510&pagePK=64193027&piPK=64187937&theSitePK=523679&menuPK=64154159&searchMenuPK=64258546&theSitePK=523679&entityID=000011823_20061211130339&searchMenuPK=64258546&theSitePK=523679)
  - Angola - Dados estatísticos do país  
<http://www.indexmundi.com/angola/>
- Wood Mackenzie: Angola dados estatísticos, 2012, consultado em 12 de Janeiro de 2013. Disponível em [www.woodmacresearch.com](http://www.woodmacresearch.com)
- Fundo Soberano: Missão e objetivo estratégico, 2013, consultado em 26 de Julho de 2013 em <http://www.fundosoberano.ao>
- Angonoticias: Investir na Indústria Diamantífera em Angola, 2013, consultado em 26 de Julho de 2013 em <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/10062/investir-na-industria-diamantifera-angolana>
- Deutsche Bank: Oil Economy and Diversification path, consultado em 27 de Julho de 2013 em [https://www.dbresearch.com/PROD/DBR\\_INTERNET\\_EN-PROD/PROD000000000315346.pdf](https://www.dbresearch.com/PROD/DBR_INTERNET_EN-PROD/PROD000000000315346.pdf)
- African Development Bank: Relatório sobre o setor privado em Angola, consultado em 26 de Julho de 2013 em <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Evaluation-Reports/Angola%20-%20Private%20Sector%20Country%20Profile%20-%20Portuguese%20Version.pdf>
- UNECA: African Economic Outlook, consultado em 27 de Julho de 2013 em <http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/Angola%20Full%20PDF%20Country%20Note.pdf>

**Artigos:**

- ROCHA, Alves (2006) - *O Petróleo em Africa e em Angola*, Latitudes
- VELHO, Amândio (2008) – *Ciência, liderança e espiritualidade*, Jornal de Angola

**Revistas:**

- O Petróleo (Março 2008): [www.revistaopetroleo.net](http://www.revistaopetroleo.net)
- Revista Exame Angola (Dezembro 2009): [www.exameangola.com](http://www.exameangola.com)
- Revista Exame Angola (Março 2010): [www.exameangola.com](http://www.exameangola.com)

**Relatórios Internacionais:**

- PNUD (2011) – *Relatório do desenvolvimento humano*
- World Bank (2011), *Economic Outlook Africa*

# ANEXOS



## ANEXOS

### Entrevista – Eng. José Maria Botelho Vasconcelos (Ministro dos Petróleos)

- O sector petrolífero representa 57% do PIB nacional, 80% das receitas, e 97% das exportações; acha que esse cenário irá prevalecer-se no futuro?



*Se considerar o futuro o curto e médio prazo, pode-se dizer que sim, uma vez que, a mudança destes indicadores, pressupõe alterações na estrutura económica de Angola que provavelmente vai acontecer a longo prazo. Por outras palavras, a alteração da composição do PIB nacional, das fontes de receitas e das exportações, irá exigir a diversificação da economia que não é uma actividade de curto prazo.*

- Grande parte das receitas petrolíferas são empregues no esforço do desenvolvimento do país, como a recuperação de estradas, pontes, edifícios, e infra-estruturas em geral que foram danificadas durante o período de guerra, acha que Angola esta no bom caminho para o desenvolvimento económico?



*Certamente que sim, porquanto o aumento e a renovação de infra-estruturas sociais em todo território nacional, para além de ser uma via de distribuição da riqueza (Stocks) e do Rendimento (Fluxos) de um país, vai aumentar o nível de crescimento económico que a economia angolana registou nos últimos anos, atraindo mais investimentos privados em diversos sectores económicos tais como: Agricultura, Turismo, Indústria Ligeira entre outros. Outrossim, o aumento de infra-estruturas sociais vai expandir os serviços de saúde, educação em áreas remotas do nosso país. Por exemplo, a construção de uma Planta de tratamento de Gás Natural, permitiu a construção de uma central térmica movida a gás para produção de corrente eléctrica no município do Soyo. Estes investimentos vão atrair outros investimentos em sectores industriais e agrícolas na região.*

Mestrado em Gestão/MBA

## ANEXOS

- Nos dias de hoje, o povo Angolano depara-se com imensas dificuldades, como o acesso a bens básicos, como a água e energia eléctrica, educação, etc... qual será o papel da indústria petrolífera no sentido de melhor esta condição social?



*O objectivo principal da indústria petrolífera é a exploração de hidrocarbonetos, mas perante a situação de carência de bens e serviços básicos por parte da sociedade angolana, as companhias têm prestado atenção as comunidades em que se encontram inseridos, mas também em outras áreas do território nacional. A responsabilidade social da indústria petrolífera, tem em conta as prioridades do Executivo angolano, compreendendo contribuições em sectores como educação, saúde, agricultura. Para melhor exemplificar, as contribuições das companhias são geralmente efectuadas por blocos ou áreas de produção e podem rondar na ordem de milhões de USD anualmente por cada bloco em produção, destinados para construção de escolas, hospitais, apoios a ONGs e até mesmo, à famílias mais necessitadas em áreas rurais, como o programa de agricultura para mulheres camponesas realizado pela Esso em 2011.*

- É sabido que o mercado Angolano, é bastante cobiçado pela grandes companhia internacionais, não só pelo potencial do país em petróleo, como também o clima favorável ao negócio, um número significativo da população vive com menos de 1 dólar dia, e é visível nas ruas imensas crianças carenciadas, qual o papel social do país e nomeadamente das empresas petrolíferas a actuarem no mercado?



*A desigualdade económica é entendida como a existência de disparidade na distribuição dos rendimentos, que geralmente conduz a desigualdade social que se manifesta no facto de existirem na sociedade, grupos que se beneficie mais do que outros. Entretanto, este mal é um problema que afecta muitos países do mundo e Angola não seria excepção, uma vez que, o combate a pobreza extrema, passa pela adopção de políticas públicas que visam a melhoria dos rendimentos mais baixos, assim como, pela promoção de empregos resultante do incentivo no sector empresarial privado. Por exemplo, a criação de infra-estruturas eléctricas, vias de comunicação, em regiões com grande potencial agrícola, certamente vai criar empregos para a população rural e possivelmente absorve os desempregados das zonas urbanas. Deste modo, poderá reduzir-se a pobreza em Angola.*

Mestrado em Gestão/MBA



## ANEXOS

- Angola, segundo o relatório do FMI-2011, tem conseguido cumprir as suas obrigações para com os países credores, muito como consequência da alta do petróleo e daí a liquidez do país em honrar as suas dívidas; a seu ver acha que o petróleo continuará a ser o garante da dívida para com terceiros?



*Digamos que sim, porquanto, fora dos financiamentos multilaterais ou seja os financiamentos provenientes de acordos bilaterais ou melhor de países como a China, Brasil, Japão, entre outros, têm sempre como garantia o petróleo, que pode ser entendido, que sem este recurso, provavelmente estes financiamentos não seriam concedidos. Assim, enquanto o petróleo continuar a ser a única e significativa fonte de receitas para o país, sem dúvidas que continuará a garantir o pagamento dos financiamentos externos quer bilaterais como multilaterais.*

- O ensino, bem como a inovação são os grandes garantes de desenvolvimento de um país, pode citar exemplos de como têm sido empregues os fundos petrolíferos para desenvolver estes dois sectores?



*O sector petrolífero é bastante dinâmico, e exige o aperfeiçoamento técnico e científico permanente dos seus quadros a todos os níveis. Assim, o sector anualmente disponibiliza milhões de dólares para formação. Porém, as companhias petrolíferas em Angola também têm apoiado o ensino em geral desde a construção e apetrechamento de escolas primárias em várias regiões do país, bem como, a concepção de bolsas de estudos internas para estudantes angolanos em diversas Universidades existentes no país.*

Mestrado em Gestão/MBA



## ANEXOS

- Muito se tem criticado a actuação da Sonangol como polícia do estado, na definição da estratégia de actuação petrolífera, bem como na arrecadação de impostos que alimenta os cofres do estado, no seu ver, acha que alguns poderes passaram para outras entidades como o Ministério dos petróleos, e ministério das finanças, deixando a Sonangol de ser o pivot de estado, e preocupando-se ela apenas com a exploração petrolífera?



*Sim, é consensual que a SNL se dedique somente no seu objecto social que é a exploração de hidrocarbonetos, deixando as outras tarefas como por exemplo, as concessões com o Ministério dos Petróleos e as participações financeiras nacionais e internacionais com o Ministério das Finanças. Desta forma, a SNL prestaria maior atenção às actividades de pesquisa e produção do petróleo.*

- A Sonangol, tem uma forte presença internacional, através de aquisições e parcerias estratégicas que se têm afirmado, diz-se no seio da comunicação social, que a definição destes investimentos, partem da política interna de estado com vista a procura de presença internacional e expandir a marca Sonangol, concorda?



*Geralmente, a penetração de um país em mercados internacionais, é sempre feita com os sectores económicos mais fortes de um país, logo, Angola não seria excepção, porquanto, o sector petrolífero de Angola é sem dúvida o de vanguarda que serve de alicerce para as restantes actividades económicas do país. Assim sendo, a penetração de Angola em mercados europeu e americanos foi feita através do petróleo angolano, comercializado pela companhia nacional-SNL, detentora dos direitos de concessão de petróleo em Angola. Por esta via, foi possível a internacionalização do sector financeiro de Angola, que permitiu uma maior abertura para entrada de capitais internacionais por meio de investimento estrangeiro directo.*

Mestrado em Gestão/MBA



## ANEXOS

- A taxa de inflação em 2002 era de 105,6% sendo a taxa de juro nos empréstimos bancários superior a 50%, hoje temos uma inflação estável a rondar os 12%, e taxas de juros na ordem dos 20%, acha que a descoberta de novos campos petrolíferos e consequente arrecadação de receitas do estado, veio influenciar e estabilizar de algum modo a economia Angolana?



*Certamente que sim, o Banco Nacional de Angola, tem utilizado essencialmente as moedas estrangeiras, particularmente o dólar norte-americano como instrumento de política monetária ou seja realiza operações de "open market" que consiste na venda de divisas para controlar a massa monetária em circulação, bem como a taxa de inflação. Entretanto, este instrumento é eficaz quando existem disponibilidades de reservas em moedas estrangeira suficientes. O aumento da produção e do preço do petróleo, associado ao fim do conflito armado, permitiu que as reservas internacionais líquidas do BNA aumentassem substancialmente, passando de 15.672,51 milhões em 2002 para 2.550.728,20 milhões de Kwanzas "equivalentes em divisas" em 2011( Ver Boletim Estatístico do BNA- 2000-Dezembro de 2011.pág.12). Este aumento permitiu a redução das taxas de inflação e de juro na nossa economia.*

- Na sua opinião, e tendo em conta que o Petróleo Angolano perdurará apenas para mais 20, como antevê o futuro de Angola e da Sonangol, o que se seguirá após este período?



*Relativamente a previsão de apenas mais 20 anos, para exploração de petróleo em Angola e apesar de este recurso ser finito, é de esperar que novas descobertas sejam feitas nas próximas décadas, assim como, novas técnicas de prospecção em águas cada vez mais profundas e até mesmo novas tecnologia para recuperar quantidades cada vez maiores de hidrocarbonetos existentes nos reservatórios. Estes cenários permitirão que o período de exploração de hidrocarbonetos em Angola ultrapasse os vinte anos.*

Mestrado em Gestão/MBA

**Sonangol: Relatório & Contas 2012**



SOCIEDADE NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS DE ANGOLA - SONANGOL, E. P.

**Balanco com referência a 31 de Dezembro de 2012**

	Notas	Valores expressos em Kwanzas (AKZ)	
		Exercícios	
		2012	2011
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Imobilizações Corpóreas	4	47.718.979.292	465.490.466.305
Imobilizações Incorpóreas	5	294.114.536	746.228.072
Investimentos da Actividade Mineira	4A	262.473.345.800	252.476.029.270
Investimentos em subsidiárias e associadas	6	1.421.699.937.850	399.971.556.929
Outros activos financeiros	7	36.662.317.625	42.908.505.230
Outros activos não correntes	9	1.135.658.505.441	1.268.323.442.298
<b>TOTAL DO ACTIVO NÃO CORRENTE</b>		<b>2.904.507.200.544</b>	<b>2.429.916.228.103</b>
<b>Activos correntes</b>			
Existências	8	945.610.612	717.703.258
Contas a receber	9	715.735.481.434	428.739.314.711
Disponibilidades	10	448.966.657.039	361.045.016.043
<b>TOTAL DO ACTIVO CORRENTE</b>		<b>1.265.647.749.085</b>	<b>790.502.034.012</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>4.070.154.949.629</b>	<b>3.220.418.262.115</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital Social	12	1.000.000.000.000	1.000.000.000.000
Prestações Suplementares	12	116.863.497.943	0
Reservas e fundos	13	342.762.153.065	66.517.791.381
Resultados do exercício		641.267.184.111	298.836.332.268
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>2.100.892.835.119</b>	<b>1.365.354.123.649</b>
<b>Passivo não corrente</b>			
Empréstimos de médio e longo prazo	15	26.666.666.667	0
Provisão para pensões	17	180.805.743	28.963.098.503
Provisão para riscos e encargos	18	95.963.915.085	62.501.318.630
Outros passivos não correntes	19	1.136.788.023.756	1.036.513.742.411
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE</b>		<b>1.259.599.411.250</b>	<b>1.127.978.159.544</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Contas a pagar	19	479.595.388.390	377.068.419.489
Empréstimos de curto prazo	15	16.666.666.667	0
Outros passivos correntes	21	213.400.648.203	350.017.559.433
<b>TOTAL DO PASSIVO CORRENTE</b>		<b>709.662.703.259</b>	<b>727.085.978.922</b>
<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		<b>4.070.154.949.629</b>	<b>3.220.418.262.114</b>

Chefe de Departamento de Contabilidade

Maria de Fátima Calundungo

Director de Finanças

Jacinto Manuel Veloso

Director de Auditoria e Controlo Interno

Mbiavanga Filipe  
Inscrição n.º 3227



SOCIEDADE NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS DE ANGOLA - SONANGOL, E. P.

**Demonstração de Resultados com referência a 31 de Dezembro de 2012**

Valores expressos em Kwanzas (AKZ)

	Notas	Exercícios	
		2012	2011
Vendas	22	3.224.514.786.859	3.156.868.449.342
Outros proventos operacionais	24	11.949.379.571	18.779.845.681
		<u>3.236.464.166.430</u>	<u>3.175.648.294.822</u>
Varição nos produtos acabados e produtos em vias de fabrico	25.1	(63.236.517.796)	46.952.970.337
Entrega de vendas - concessionária	25.2	(2.493.104.121.480)	(2.399.058.797.223)
Custos das mercadorias vendidas e matérias primas consumidas	27	(177.348.838.201)	(179.429.201.006)
Custos com o pessoal	28	(35.401.615.921)	(44.515.038.526)
Amortizações	29	(70.451.251.429)	(52.152.978.330)
Outros custos e perdas operacionais	30	(34.338.741.727)	(34.721.976.957)
		<u>(2.873.881.086.544)</u>	<u>(2.662.925.021.703)</u>
<b>Resultados operacionais</b>		<b>362.583.079.886</b>	<b>512.723.273.119</b>
Resultados financeiros	31	33.625.243.190	(5.193.955.092)
Resultados e de filiais e associadas	32	17.679.674.583	11.800.540.611
Resultados não operacionais	33	(39.240.328.704)	(18.782.391.823)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>374.647.668.955</b>	<b>500.547.466.815</b>
Imposto sobre o rendimento	19.3-4	(158.433.245.253)	(164.447.659.096)
<b>Resultados líquidos das actividades correntes</b>		<b>216.214.423.703</b>	<b>336.099.807.719</b>
Resultados extraordinários	34	425.052.760.408	(37.263.475.451)
<b>Resultados líquidos do exercício</b>		<b>641.267.184.111</b>	<b>298.836.332.268</b>

Chefe de Departamento de Contabilidade

María de Fátima Calundungo

Director de Finanças

Jacinto Manuel Veloso

Director de Auditoria e Controlo Interno

Mbiavanga Filipe

Inscrição n.º 3227

## Resultados financeiros

Rubricas	2012	2011
<b>Proveitos e ganhos financeiros</b>		
Juros	38.573.951.635	39.814.551.640
Rendimentos de investimentos em imóveis	2.850.084.936	2.892.922.563
Rendimentos de participação de capital	7.647.920.905	8.518.110.242
Diferenças de câmbio favoráveis	63.521.593.309	81.607.880.000
	<b>112.593.550.785</b>	<b>132.833.464.446</b>
<b>Custos e perdas financeiras</b>		
Juros	36.302.860.522	21.483.319.339
Despesas bancarias	5.009.752.425	9.946.409.804
Encargos com Financiamentos	9.056.368.075	10.446.357.874
Diferenças de câmbio desfavoráveis	28.599.326.574	56.625.306.237
Provisão para aplicação financeira	0	39.526.026.284
	<b>78.968.307.596</b>	<b>138.027.419.538</b>
<b>Totais</b>	<b>33.625.243.190</b>	<b>(5.193.955.092)</b>

Empresa	Contas da Subsidiária		% Dividendos	Dividendos Pagos	Sócios	
	Capital Próprio	Resultados de 2011			EP	Outros
<b>Subsidiárias</b>						
Sonangol Gás Natural	14.250.000.000	11.988.169.905	60%	7.192.901.943	6.473.611.749	719.290.194
Sonangol Refinaria de Luanda	18.641.168.000	1.997.878.999	70%	1.398.515.299	1.258.663.769	139.851.530
Sonangol Finance Ltd	18.750.000.000	41.447.670	100%	41.447.670	41.447.670	0
Sonangol Holdings Lda	20.000.000.000	1.126.007.678	60%	675.604.607	675.604.607	0
MST - Telecomunicações	7.000.000.000	14.651.344.110	70%	10.255.940.877	9.230.346.789	1.025.594.088
<b>Total - Subsidiárias</b>	<b>206.891.168.000</b>	<b>29.804.848.362</b>		<b>19.564.410.396</b>	<b>17.679.674.583</b>	<b>1.884.735.812</b>
<b>Total Geral</b>	<b>206.891.168.000</b>	<b>29.804.848.362</b>		<b>19.564.410.396</b>	<b>17.679.674.583</b>	<b>1.884.735.812</b>

### Proveitos e ganhos extraordinários

Rubricas	2012	2011
Proveitos e ganhos não operacionais		
Ganho da Venda de Imobilizado		
Outros Ganhos	267.854	1.957.781.134
	<b>267.854</b>	<b>1.957.781.134</b>
Custos e perdas não operacionais		
Provisões Cobrança Duvidosa	0	362.256.096
Cobertura de prejuizos cadeia social	23.247.457.466	10.913.347.737
Perdas em imobilizações	367.603.015	1.283.766
Correcções relativas ex. anteriores	4.229.185.383	4.561.393.434
Indemnizações	0	1.524.512.000
Descontinuidade de operações (projectos)	6.936.917.556	416.834.702
IAC	2.407.792.830	0
Outros Perdas	2.051.640.309	2.960.545.223
	<b>39.240.596.558</b>	<b>20.740.172.957</b>
<b>Totais</b>	<b>(39.240.328.704)</b>	<b>(18.782.391.823)</b>

Rubricas	2012	2011
Proveitos e ganhos extraordinários		
Outros Ganhos	44.244.067	13.070.320.544
Subvenção		
Actividade Refinação	3.481.247.726	0
Actividade Logística	368.763.339.127	0
Actividade Distribuição e comercialização	52.913.015.293	0
	<b>425.157.602.146</b>	<b>0</b>
	<b>425.201.846.213</b>	<b>13.070.320.544</b>
Custos e perdas extraordinárias		
Outras perdas	149.085.805	0
Multas e Penalidades	0	50.333.795.995
	<b>149.085.805</b>	<b>50.333.795.995</b>
<b>Totais</b>	<b>425.052.760.408</b>	<b>(37.263.475.451)</b>

## Resultados em Filiais e Associadas

Empresa	Saldo Inicial	Recebimentos		Pagamentos		Saldo Final a receber (Nota 9)	Saldo Final a pagar (Nota 19)
		Tesouraria	Cobranças Recebidas	Tesouraria	Cobranças Emitidas		
Sonangol P&P	(8.392.862.875)	138.113.264.138	112.240.549.500	108.331.163.957	116.231.949.366	25.380.637.172	0
Sonangol Gás Natural	129.970.218	71.056.662.170	11.163.110.585	41.035.519.251	4.408.186.061	23.396.178.612	0
Sonangol Refinaria	881.198.645	58.091.960.265	1.445.643	77.781.575.541	1.384.006.416	0	(17.425.855.858)
Sonaref	5.223.307	27.583.856	0	1.781.780.405	17.681.642	1.731.291.600	0
Sonangol Shipping Holdings	5.523.966.000	28.287.709.592	284.899.481	29.113.299.057	137.806.254	16.477.245.047	(11.925.961.740)
Sonangol Logística	(84.759.415.174)	481.399.617.394	17.780.584.345	183.676.239.662	17.090.402.181	212.273.760.394	0
Sonangol Distribuidora	(50.117.613.324)	290.203.828.590	8.651.978.230	188.498.140.440	940.393.346	0	(56.123.510.059)
Sonangol Finance	16.845.034.089	791.776.011.810	0	802.722.868.292	0	16.489.928.855	0
Sonangol Holdings	3.846.526.812	30.230.092.895	39.340.190	32.199.953.226	10.021.967.423	11.859.293.755	0
Sonair	(683.683.813)	25.190.433.702	121.609.999	41.128.693.005	7.656.260.403	0	(9.187.292.712)
Sonangol Mercury	(12.148.634.843)	21.548.993.020	1.491.607.710	(4.336.505.164)	9.284.390.086	0	(21.529.645.716)
Clinica Girassol	8.886.915.571	9.711.317.362	(9.515.750.659)	20.821.830.839	3.233.353.958	10.525.506.711	0
Essa	20.518.167	1.904.129.713	80.712.422	1.804.654.676	157.960.247	197.231.028	0
Sonip	(7.380.380.136)	0	0	0	1.935.608.106	0	(5.444.772.030)
SIIND	(462.096.022)	8.098.908.697	0	830.131.166	39.225.806	6.845.907.315	0
CFMA	1.758.493	1.944.618.797	0	33.159.320	983.930.348	2.897.148.318	0
<b>Total</b>	<b>(133.346.268.935)</b>	<b>72.365.026.691</b>	<b>98.873.289.420</b>	<b>239.200.839.345</b>	<b>410.439.155.457</b>	<b>338.074.128.767</b>	<b>(121.637.038.115)</b>

Descrição	Saldo Inicial	Desembolso	Reembolso		Recapitalização	Saldo Final
			Cobrado	Liquidado		
SONANGOL PESQUISA & PRODUÇÃO	493.905.950.380	477.993.023.744	25.558.132.200	0	713.251.261.898	233.089.580.025
SONAGAS	47.723.067.238	26.594.185.248	2.947.631.278	0	57.495.600.000	13.874.121.207
SONAREF - Investimentos e Participações	52.690.532.889	9.741.522.571	0	0	0	62.433.155.460
SONANGOL SHIPPING HOLDINGS LIMITED	74.680.174.458	15.753.794.400	12.549.693.484	0	0	77.884.275.374
SONANGOL HOLDINGS LIMITADA	40.249.022.154	89.195.107.916	15.746.401.839	0	0	123.697.728.231
SONAIR	63.372.043.304	1.939.878.065	3.655.200.543	17.063.987.770	0	44.592.733.056
HIDROCARBONETOS	0	135.941.668.537	0	0	135.941.668.537	0
SIIND	15.981.366.965	11.960.145.472	0	0	0	27.941.512.437
SONILS	3.097.959.575	151.235.074	589.978.508	0	0	1.659.116.141
ESSA	2.930.045.173	128.559.704	0	0	0	3.058.704.877
SONIP	379.123.692.105	289.438.977.670	108.395.855.503	135.293.031.703	92.655.906.189	467.510.908.083
<b>Total</b>	<b>1.173.754.124.187</b>	<b>1.058.839.398.401</b>	<b>169.442.893.355</b>	<b>167.357.019.473</b>	<b>999.344.436.624</b>	<b>1.046.741.934.892</b>

### Outros custos e perdas operacionais

Natureza	31.12.2012	31.12.2011
Conservação e reparação	4.334.665.972	6.721.713.363
Assistência técnica	1.377.306.415	896.000.826
Despesas de representação	927.748	624.688.181
Combustíveis e lubrificantes	309.165.549	243.988.116
Rendas e alugueres	222.273.185	566.289.925
Comunicação	1.082.728.303	741.591.983
Seguros	658.761.379	1.626.090.539
Material informático	11.701.421	159.660.689
Deslocações e estadas	44.952.227	313.720.112
Honorário e avenças	30.265.354	34.293.053
Publicidade e propaganda	3.431.079.255	3.973.354.458
Serviços de vigilância e segurança	809.751.502	876.284.208
Ofertas e donativos	5.383.510	535.507.823
Impostos e taxas	5.498.645.700	979.024.827
Trabalhos especializados	791.225.072	2.336.151.503
Material de higiene e conforto	501.715.437	143.366.103
Medicamentos	9.074.408	0
Água e electricidade	133.042.945	188.249.326
Audidores e Consultores	12.516.382.493	13.263.701.889
Material de escritório	268.969.278	217.829.455
Contencioso e notariado	1.997.876.356	51.862.642
Géneros alimentícios e refeições	173.336.069	148.956.201
Livros e doc. Técnica	5.080.977	10.829.239
Outros	124.431.172	68.822.495
<b>Totais</b>	<b>34.338.741.727</b>	<b>34.721.976.957</b>



Ernst & Young  
Audit & Associados - SROC, S.A.  
Avenida da República, 90-6º  
1600-206 Lisboa  
Portugal  
Tel: +351 217 912 000  
Fax: +351 217 957 586  
www.ey.com

#### Relatório do Auditor Independente

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Sonangol - Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola, E.P., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de AKZ 4.070.154.949.629 e um total de Capital próprio de AKZ 2.100.892.835.119, incluindo um Resultado líquido de AKZ 641.267.184.111), a Demonstração dos Resultados por Naturezas relativas ao exercício findo naquela data, bem como as Notas.

#### Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material, devidas a fraude ou a erro.

#### Responsabilidade do Auditor

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, que foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas Normas exigem que cumpramos requisitos éticos e planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

Sociedade Anónima - Capital Social 1.105.000 euros - inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - inscrição N.º 9011 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários - Contribuinte 505 988 263 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - A member firm of Ernst & Young Global Limited

# FIM